



O Ideário Patrimonial О идеарио

Na Rota dos Mosteiros
Património da Humanidade (e
outros Patrimónios)



O Ideário
Patrimonial
О идеарио

www.cta.ipt.pt

N. 07 // dezembro 2016 // Instituto Politécnico de Tomar

PROPRIETÁRIO

Centro Transdisciplinar das Arqueologias, Instituto Politécnico de Tomar

EDITORA

Ana Pinto da Cruz, Instituto Politécnico de Tomar

DIRECTORES-ADJUNTOS

Professora Doutora Teresa Desterro, Instituto Politécnico de Tomar
Professora Especialista Fernando Salvador Sanchez, Instituto Politécnico de Tomar
Doutor Gustavo Portocarrero, Faculdade de Belas-Artes, da Universidade de Lisboa (CIEBA)

CONSELHO CIENTÍFICO

Professor Catedrático Carlos Costa, Universidade de Aveiro
Professor Doutor Carlos Cupeto, Universidade de Évora
Professor Doutor André Luis Ramos Soares, Universidade Federal de Santa Maria, Brasil
Professor Doutor Fabio Negrino, Università degli Studi di Genova
Professora Doutora Hália Santos, Instituto Politécnico de Tomar e Directora do ESTAJornal
Professora Doutora Maria João Bom, Instituto Politécnico de Tomar

DESIGN GRÁFICO

Gabinete de Comunicação e Imagem, Instituto Politécnico de Tomar

EDIÇÃO E SEDE DE REDACÇÃO

Centro Transdisciplinar das Arqueologias, Instituto Politécnico de Tomar

PERIODICIDADE

Semestral

ISSN 2183-1394

**ANOTADA DA ERC
REGISTADA NA INPI**

Os textos são da inteira responsabilidade dos autores



Índice

EDITORIAL	04
Introdução. O Mosteiro da Batalha e o(s) seu(s) Território(s) Joaquim Ruivo	06
Do Património Natural aos Patrimónios Culturais – a Singularidade do Cársico Estremenho Nuno Carvalho e Mário Oliveira	13
A Âncora de um Imenso Navio António Jorge Figueiredo	25
Património Industrial dos Antigos Coutos de Alcobaça António Maduro	44
Os Administradores da Fábrica do Juncal e a Real Casa da Nazaré Maria Filomena Costa Coelho da Silva Martins	57
Mosaico	66
Caixa Geral de Depósitos. Os Depósitos Públicos e o aparecimento da Junta do Crédito Público Joaquim Pombo Gonçalves e Helena Real Gomes	67
Territórios Culturais: Sagrado e Profano na Feira de São Cristóvão no Rio de Janeiro e suas relações com a Cidade, o Turismo e o Patrimônio Cultural Elis Regina Barbosa Angelo	78
Paisagem Cultural: Caminhos e Possibilidades da Educação Patrimonial como Experiência Interdisciplinar Lauro César Figueiredo e Marta Rosa Borin	103
Rio de Janeiro – Lisboa, um Programa de Estudos sobre Imagética: 10 anos de cooperação pedagógica e científica entre Universidades Maria Leonor García da Cruz	114

EDITORIAL



Editorial

Este número de Dezembro surge dividido em duas partes.

A primeira parte consta dos artigos produzidos depois das apresentações que tiveram lugar no III Fórum cuja temática versava sobre Patrimónios.

O III Fórum “Património Natural, Etnográfico e Arqueológico. Na rota dos Mosteiros Património da Humanidade – Alcobaça, Batalha e Tomar: outros patrimónios a salvaguardar” é organizado pelo Instituto Politécnico de Tomar, a Câmara Municipal da Batalha, o CITCEM (Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»), o Mosteiro de Santa Maria da Vitória (Batalha) e o Convento de Cristo (Tomar), com o objetivo trazer a lume património natural, etnográfico e arqueológico que gravita na órbita do grande eixo de Património da Humanidade definido pelos mosteiros de Alcobaça e Batalha e pelo Convento de Cristo, em Tomar.

A relevância destes três monumentos transporta virtudes e também algumas dificuldades acrescidas no processo de estudo e valorização de “outros patrimónios”. De facto, a sua projeção internacional constitui uma garantia de um permanente interesse pela região, desde logo, em termos científicos, mas também numa perspetiva mais abrangente de fruição cultural. No entanto, também existe uma perceção de que a presença destas fortes marcas patrimoniais pode, se não devidamente tido em conta, absorver uma atenção, de alguma forma, propícia a um diminuto investimento em patrimónios relacionados entre si e que explicam, em boa parte, aqueles monumentos. Estes “outros patrimónios” representam, de resto, um manancial de valorização territorial suscetível de ser evidenciado de forma acrescida.

Como sucedeu nas edições precedentes, este fórum pretende abrir um espaço a estudos de investigadores de diversas áreas e cujos resultados e reflexões se pretende dar a conhecer, no interesse das comunidades que diariamente convivem com as suas paisagens, identidade e memórias e, neste caso, contribuir para potenciar, com utilidade recíproca, as valências de um eixo patrimonial de projeção inestimável.

A segunda parte consta de artigos enviados para publicação na Ideário como o artigo acerca do primórdios da CGD, e sobre tradições, costumes e ambientes de discussão teóricos vindo do outro lado do Atlântico (Brasil).

O conteúdo deste número é concerteza um convite a entrar no mundo da Ideário.

INTRODUÇÃO

O MOSTEIRO DA BATALHA E O(S) SEU(S) TERRITÓRIO(S)

Joaquim Ruivo

Licenciado em História
Diretor do Mosteiro da Batalha
jruivo@mbatalha.dgpc.pt



Introdução

O Mosteiro da Batalha e o(s) seu(s) Território(s)

Joaquim Ruivo

Com grande prazer acolhemos neste auditório o III Fórum sobre Património Natural, Etnográfico e Arqueológico “Na rota dos Mosteiros Património da Humanidade: Alcobaça, Batalha e Tomar – Outros patrimónios a salvaguardar”. Começo por dar-vos as boas vindas e felicitar a organização.

Foi-me solicitado, como diretor anfitrião, que fizesse a comunicação de abertura deste Congresso. Ora esta minha intervenção será mais uma divagação, uma conversa, uma reflexão despreziosa, sem grandes preocupações epistemológicas e de rigor académico, sobre o Mosteiro da Batalha, onde procurarei falar um pouco sobre a sua história e um pouco da sua interpretação.

Deambularemos, subliminarmente, entre a noção do território físico, material e a noção do território do imaterial, da representação.

Quando se fala de espaço, a sua organização e representações, é obrigatório recuperar as preocupações de Émile Durkheim e Marcel Mauss, que remontam aos finais do séc. XIX e início do XX, quando definiram duas construções conceptuais e metodológicas do espaço e que hoje ainda são tidas como referência. Como sublinha Filomena Silvano, citada pelo investigador Fernando Magalhães, na sua tese “À procura de um lugar na Europa: O Território e o património nos discursos sobre Leiria e suas regiões” (IPL,2012), falamos do espaço pensado como uma **realidade material** e do espaço pensado como uma **representação**.

Nesta segunda concepção, como contraponto (ou complementar?) da primeira, e acompanhando ainda Fernando de Magalhães na obra citada, o espaço surge como representação “imaterial” e, mais do que isso, mas também por isso mesmo, como uma representação “mutável”, porque ele é também uma representação coletiva, exprimindo realidades coletivas; o espaço é uma coisa social, produto do pensamento coletivo. O espaço é uma categoria social, indissociável da própria organização social, espelho da organização social.

E como a História lida com o tempo e o espaço, este espaço antropológico, de Durkheim, neste jogo de dupla dimensão conceptual (se me permitem a expressão), acabará, sempre, por enriquecer – mas também complicar, acrescentamos nós – a abordagem estritamente histórica.

Ora, se há monumento onde as concepções de espaço e território, nessa dupla condição – material e de representação – são claramente evidentes, é o da Batalha.

II

Sabemos razoavelmente bem, o **como** tudo começou:

Há, ou houve, um espaço onde se deu uma batalha. E antes da batalha, uma promessa: a de D. João I, rei de Portugal, a de construir, em caso de vitória, uma “casa de oração” dedicada a N^a Sr^a.

Mas não uma casa qualquer, decidiu D. João logo após a vitória na Batalha Real: uma casa de oração que fosse a maior que até então se tivesse construído em toda a Hispânia, no dizer de Frei Luís de Sousa.

Sendo o lugar da batalha ermo, seco, sem água, foi escolhido um vale, a menos de 1 légua dali, junto à encosta – “a par da Canoeira”. Como dirá ainda Frei Luís de Sousa, na sua *História de S. Domingos* – “*logo abaixo pêra vista ha estendida & fértil veiga regada da mesma & doutra mayor ribeira. E fez conta que onde ouvesse agoa & gente curioza não faltaria todo genero de frascura*”.

Lugar de água em abundância, mas também com pedra ali perto (o calcário oolítico) e madeira em abundância, no “pinhal do rei”.

E neste preciso local, até aí despovoado, irá nascer o Mosteiro, afastado quanto baste dos principais cursos de água, para o distanciar de terrenos mais alagadiços ou precavendo inundações e, por essa mesma razão, próximo da encosta poente, mas, ainda assim, por ela abrigado, como sempre bem evidencia Virgolino Jorge no seu estudo pioneiro sobre o sistema hidráulico e nas suas visitas guiadas que regularmente têm sido feitas.

Um ano ou dois após a vitória na Batalha Real, chegam os primeiros agrimensores, cabouqueiros, pedreiros e carpinteiros, assomando na paisagem, perto e em redor do espaço marcado para o Mosteiro e seus anexos, os primeiros casebres provisórios.

A 1^a comunidade povoadora quantas almas teria? Dez, vinte, trinta homens, a que se juntarão algumas das suas famílias, na previsão, mais do que legítima, que a construção de uma casa de oração daquela grandeza ocuparia dezenas de anos, ou vidas inteiras. E efetivamente, só a Igreja, desde os caboucos iniciais ao fecho da nave central e ao portal principal, ocupará 50 anos de trabalhos consecutivos, a que corresponderá, naqueles tempos, mais do que o tempo de uma vida.

Sabemos, também, com grande certeza **o quando** – porque no testamento de D. João I de 1426, recordando os motivos que o levaram a dar o governo do Mosteiro à Ordem Dominicana, claramente é dito, que o rei o decidiu (influenciado pelo seu homem de leis, João das Regras e pelo seu confessor, o dominicano Frei Lourenço Lampreia), por ocasião do cerco de Melgaço, ocorrido em Março de 1388, quando já os trabalhos iam já avançados.

Para a sua construção, de todo o Portugal e toda a Europa foram chegando homens e saberes.

O primeiro mestre arquiteto é o português Afonso Domingues, mas só até 1402. Huguet – com toda a probabilidade de origem Catalã – traz ao monumento abordagens arquitetónicas e estilistas mais inovadoras, menos arcaizantes, e a sua obra – respeitando o traçado inicial de Afonso Domingues, marcará todo o programa arquitetónico do monumento: conclusão do Claustro Real e da Sala do Capítulo, o fecho da Igreja e a construção do portal principal e da Capela do fundador, o início do panteão de D. Duarte (hoje chamado “Capelas Imperfeitas”).

Os primeiros vitrais são para aqui construídos em meados do séc. XV – por Luís, o Alemão e uma das mais antigas máquinas de relógio ainda se encontra aqui, obra provável de João, o Alemão.

Uma comunidade que funda uma povoação cada vez mais ativa e empreendedora, composta por artesãos de diferentes artes e categorias e que pelo seus cargos e estatutos, prerrogativas

e mercês, isenções e ordenados, serão invejados por Leiria – ainda para mais quando a povoação tem pretensões de autonomia.

Logo em 1417, 30 anos após o início das obras, já acolhia em Agosto uma Feira Franca e em 1500, com a carta de foral dada por D. Manuel, o lugar, durante 100 anos designado por “Mosteiro de Santa Maria da Vitória”, é desanexado do termo e jurisdição Leiria, concedendo-lhe o título de vila, que será cada vez mais a vila da Batalha.

Uma população que cresce, dizem os censos de 1527 e de 1537 – 30% (de 300 almas para 400 almas).

E ao mesmo tempo que se instala a comunidade de artesãos, o Mosteiro acolhe a comunidade conventual dominicana – duas comunidades que trabalham paredes meias, sem se misturarem.

Desde cedo uma autorização papal permite ao convento a posse de terras como meio de prover o seu sustento e a comunidade irá alargando as suas propriedades com doações e aquisições, que se estenderão nas proximidades, desde Pombal, até Porto de Mós e Ourém.

A Ordem dos Frades Dominicanos é uma ordem de clausura e logo se justifica uma cerca, que delimite as terras do Mosteiro. Primeiro a cerca velha, e, mais tarde, em meados do séc. XVI, a cerca nova, precisamente quando no contexto da reforma católica, os Frades Pregadores passam a estar sujeitos à clausura rigorosa.

E naturalmente, a cerca que se foi estendendo para norte, na orientação natural dos Claustros, também rodeando os melhores terrenos agrícolas, condicionará o crescimento da vila para Sul, Poente e Nascente, numa envolvência, desde sempre condicionada pelos estaleiros de obra que, pelo menos durante perto de 150 anos, continuamente demarcariam o perímetro do lugar.

Já um 2º claustro – o D. Afonso V - havia sido construído com plano de Fernão d’Évora e mais outros dois se haveriam de construir (já a expensas da comunidade: o da Botica e o da Portaria), espelhando uma comunidade dominicana que é próspera e prospera na sua missão de orar, evangelizar, ensinar, receber peregrinos, manter os ofícios de culto do panteão real – num espaço onde convivem, em devida disposição e independência, professores, noviços, conversos, trabalhadores diversos.

Numa época, meados do séc. XVI, em que os estudos teológicos aqui desenvolvidos obtêm pelo papa o reconhecimento de Estudos Gerais.

Estima-se que esta comunidade dominicana comportaria, entre 1390 e 1520 cerca de uma vintena de frades. No final do séc. XVIII, James Murphy, que aqui viveu 3 meses, dá-nos uma dimensão dessa comunidade em 1789 – cerca de 60 elementos, entre frades professores, conversos, noviços, contando com os trabalhadores a tempo inteiro nos terrenos do Mosteiro – da cerca e da quinta da Várzea (MURPHY, James - *Travels in Portugal*, 1795).

E conhecemos também o ocaso da vida conventual. Nos últimos anos 4 anos de vida conventual, antes da extinção das ordens masculinas em 1834, o Mosteiro foi habitado em média somente por 10 frades. (BERNARDINO, Luísa - *Os últimos anos - A vida quotidiana no Convento da Batalha, 1830-1834*, CEPAE, 2013).

O Mosteiro da Batalha nunca será tão marcante, nem nada que se pareça, na paisagem socioeconómica, como foi Cister e os seus Coutos em Alcobaça. Mas, ainda assim, foi muito agregador, pelo emprego que deu nas suas obras de construção e manutenção e também por

ter sido um polo de ensino teológico de grande relevo, após 1549 equiparado a universidade, aqui acolhendo nos séculos XVII e XVIII também alunos externos; já para não falar do Mosteiro como lugar de homenagem, devoção e peregrinação aos reis e príncipes “santos”.

III

Mas tal como salientei na 1ª primeira parte da intervenção, o espaço e o território do Mosteiro, vão naturalmente muito para além da sua dimensão física, material.

Em 1º lugar, porque em vários domínios o Mosteiro se integra no grande território da Cristandade de Quatrocentos. Tal como bem salienta Saul António Gomes, o seu carácter europeizante advém-lhe, desde o início, pelo facto de o Mosteiro pertencer a uma ordem mendicante, de pregadores, cujas estruturas institucionais de governo eram supranacionais, de herança cisterciense – de algum modo integrando esse grande território espiritual tão ansiado por S. Bernardo – a *Christianitas*, - o ocidente unificado pelo Sumo Pontífice.

Depois, também, porque podemos falar do território da arte e da arquitetura – e da Batalha como estaleiro de inovação artística e arquitetónica durante cerca de 150 anos, com importância supranacional, como centro atrativo para mestres vindos de toda a Europa, aqui tendo nascido com Mateus Fernandes, no alvor da modernidade, um estilo de características regionais, o chamado “estilo manuelino”. Aqui encontramos, também ao longo do séc. XV, Mestres Conrate e Guilherme, João de Flandres, Henrique Nicola, Mestre Ambrósio, João de Aragão, Pero de Gasconha; e, já nos começos do séc. XVI, Álvaro de Eillan, Tornilhes de Lião, João de Castilho e Boytac, entre outros – homens que vêm da Europa ibérica, mediterrânica e central e, alguns, aqui se fixam, casam, prosperam e alguns enriquecem.

Uma obra que no seu tempo seria sinónimo de um Portugal moderno e de uma realeza poderosa.

E podemos falar, ainda do Mosteiro da Batalha, simplificando, como território da memória e da identidade.

Logo desde a sua génese, marco de uma vitória considerada divina, é 1º Panteão Régio de uma dinastia fundadora: a dinastia de Avis. E sempre, depois, pelo significado histórico e identitário da Batalha Real, dita de Aljubarrota e pela memória dos ilustres sepultados: D. João I, Dª Filipa de Lencastre, D. Duarte, D. João II, D. Afonso V, os Infantes D. Pedro, D. Henrique, D. João, D. Fernando e o Príncipe D. Afonso.

De que território falamos, finalmente, agora? O território identitário, que até há bem pouco tempo fundamentava, sem contestação, o conceito de estado-nação.

Na realidade, como já referimos, desde a sua fundação o Mosteiro da Batalha sempre se assumiu como território de memória identitária, como espaço de vocação do destino pátrio, citando ainda Saul António Gomes – investigador incontornável no estudo do monumento e da vila. Na introdução do catálogo do Centro de Interpretação, compilado em 2013, mas só recentemente acessível, também dirá: “O Mosteiro da Batalha é um dos lugares mais sagrados da História de Portugal”.

Uma vocação que está na génese do monumento e que foi renovada no decurso dos séculos e, especialmente, na época contemporânea.

Alexandre Herculano, disse desta obra, alegoricamente, que era “Lavrada em pedra, a Divina Comédia portuguesa”.

E o mesmo Alexandre Herculano, coincidindo com as campanhas de restauro, levadas a cabo pelos governos liberais após 1840 e que o salvaram da ruína, apoderar-se-á, até hoje, do imaginário popular português (e mesmo do erudito) com a sua narrativa da “Abóbada não caiu, a abóbada não cairá” e do sacrifício de Mestre Afonso Domingues.

Jaime Cortesão, por exemplo, lembrará com foi decisiva na sua vocação a sua visita ao mosteiro em jovem; em particular, o Prof. José Mattoso, recorda como, em plena Sala do Capítulo, a descrição vívida e emocionada por parte do seu professor primário da narrativa de Alexandre Herculano sobre a abóbada e de Mestre Afonso Domingues, o marcará decisivamente e o encaminhará, - aqui sim, irrevogavelmente – no gosto pela História.

Em plena época do Romantismo revivalista, na defesa do património, de que são paladinos Alexandre Herculano, Almeida Garrett e Feliciano de Castilho, é dada a primazia o Mosteiro da Batalha para ensaio do novo conceito de restauro em vigor

No **ocaso** da Monarquia, também o Mosteiro da Batalha se fortalecerá simbolicamente como berço da nação, porque representativo de uma das épocas mais “ilustres” da nossa História – a dinastia de Avis. Sete anos antes do regicídio, as ossadas de D. Afonso V, de D. João II e de seu filho o príncipe D. Afonso, serão trasladadas de outros espaços do Mosteiro para a Capela do fundador, em novos túmulos que copiam integralmente os modelos originais, – correspondendo “à promoção política de uma imagem de unidade, através da reconstrução de um passado que se queria glorioso e heróico” (citando Saul António Gomes) e a que se juntará, bastante cedo, em 1907, a qualificação de Monumento Nacional.

E na 1ª república, a decisão tomada em 1921 de aqui, na Sala do Capítulo, honrar os soldados desconhecidos, confirmará o estatuto memorial do Monumento. O então presidente da República, António José de Almeida, dirá: “(...) *a deliberação de os levar em definitivo para a Batalha traduz o melhor preito que à sua memória se podia prestar*”.

O Mosteiro da Batalha é, conjuntamente, uma obra de poetas, de guerreiros e de crentes. (...) A dentro daquelas majestosas e poéticas paredes, ninguém se pode sentir mal, porque o templo magnífico satisfaz os anelos e as aspirações de toda a gente, bastando para isso ser-se português”.

O Estado Novo, bem perto de nós (basta ver os manuais do ensino primário, que passaram integralmente por gerações de alunos), reforçará significativamente, à sua maneira, este projeto memorialista, que é por todos bem conhecido. O Monumento tornou-se um dos seus ícones de culto e eleição – pelo que o Estado Novo procederá nos anos 40, 50 e 60 à reedificação de toda a paisagem urbana envolvente – na tentativa de o projetar como monumento purificado, no dizer de Pedro Redol, recentrando-o na amplidão dos vastos espaços envolventes e, para isso, destruindo o casario próximo, criando praças, desviando estradas.

Mas já os homens da literatura, tal como Miguel Torga, insuspeito de qualquer inclinação nacionalista menos sensata – também dirá num dos seus diários, nos anos 50: “Todo o português tem deveres e obrigações para com a Pátria e um deles é de vir, pelo menos uma vez às Capelas Imperfeitas e aqui ajoelhar perante a História de Portugal!”

E antes dissera Afonso Lopes Vieira, sem ambiguidades, que o mosteiro da Batalha é o “Monumento em que mais Pátria há!”

Bem perto de nós, também o historiador Veríssimo Serrão, num trabalho apresentado no III Encontro de História Dominicana (Atas 1991), enaltecia de uma forma exaltada: *“É num ambiente de profunda comunhão, com a alma cheia de graça e de reverência, que nos encontramos em Santa Maria da Vitória a exaltar o amor da Pátria e a glória de Deus.*

Somos Portugueses e somos cristãos! (...). Por isso hoje viemos a Santa Maria da Vitória como peregrinos da mesma fé e do mesmo ideal. Para mostrar a vivência dos laços seculares que nos prendem à história e à vida. Para exaltar a aliança do sangue e de espírito que nos faz amar Portugal como berço dos nossos maiores e reverenciar Deus como senhor de todas as coisas e de todas as criaturas”.

Saul António Gomes - na introdução ao nº 8 dos Cadernos de Estudos Leirienses, lançado, neste mesmo auditório, no passado dia 21, escreve: *“As gerações de antanho souberam manter e renovar, em torno do Mosteiro da Batalha, a chama de um sentido de portugalidade que se plasma na estremenha pedra rendilhada em flor que flameja por todo o monumento (...)”.*

Ora, nem de propósito, este sentido – o da portugalidade, afirmado ainda com toda a convicção, como vimos, por historiadores contemporâneos, acabou de ser confirmado, por decisão do Parlamento que atribuiu ao Mosteiro o estatuto de Panteão Nacional.

Porque para além da Capela do Fundador ser o 1º panteão régio (com essa mesma finalidade mandada construir por D. João I, em 1426), em todo o seu espaço, como que numa representação da realidade social que forja uma identidade, encontram-se sepultados, entre muitos frades anónimos, quem representa as elites governativas (4 reis, 3 rainhas, 1 regente, 3 infantes, 1 príncipe e vários nobres), quem representa o povo comum (dois soldados desconhecidos mortos na 1ª guerra mundial) e, ainda, uma das maiores figuras da arte e arquitetura portuguesa e criador do 'manuelino', Mateus Fernandes, que, caso único no seu tempo, teve a honra de ser sepultado em lugar nobre, à entrada da Igreja.

Com este estatuto agora atribuído, poderemos dizer que se encerra, neste começo do séc. XXI, um ciclo de reconhecimento do Mosteiro como lugar de memória identitária por excelência, conceito que está na sua génese e explica a grandeza do empreendimento e que, como vimos, nunca deixou de ser (re)afirmado ao longo dos séculos, até ao presente.

DO PATRIMÓNIO NATURAL AOS PATRIMÓNIOS CULTURAIS – A SINGULARIDADE DO CÁRSICO ESTREMENHO

Nuno Carvalho

ESEC – IPCoimbra / CICS. NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais,
FCSH-UNL

ncarvalho@esec.pt

Mário Oliveira

– ESECS – IPLeiria /

NIDE – Núcleo de Investigação e Desenvolvimento em Educação

mario.oliveira@ipleiria.pt



Do Património Natural aos Patrimónios Culturais – A Singularidade do Cársico Estremenho

Nuno Carvalho

Mário Oliveira

Historial do artigo:

Recebido a 09 de dezembro de 2016

Revisto a 15 de dezembro de 2016

Aceite a 19 de dezembro de 2016

RESUMO

O presente texto reflete sobre a importância do património natural para a construção das culturas locais, seus patrimónios e consequente identidade. Reflete-se, no caso presente, sobre os ambientes cársicos da região. Efetivamente, os ambientes calcários (cársicos) – no caso presente, o Maciço Calcário Estremenho (MCE) – revelam uma singularidade ímpar quando estudados em termos geomorfológicos, ambientais, paisagísticos, sociais, culturais e patrimoniais, com influências determinantes no modo de vida das populações que os habitam, fornecendo contributos essenciais para a definição espacial dos territórios que abrangem.

O MCE, eventualmente o mais importante conjunto calcário português devido à diversidade de formas estruturais, erosivas e cársicas que apresenta, é constituído por um bloco de calcários jurássicos onde predominam os calcários pertencentes ao dogger (jussássico médio) que se erguem por meio de imponentes falhas geológicas acima de áreas que se situam a cotas de aproximadamente 200 metros. Secundariamente, são ainda abrangidas formações modernas, detriticas e de *terra rossa*, nos vales e depressões fechadas. Recorde-se que foi a singularidade deste património geológico que esteve na origem da classificação de uma parte significativa do MCE como parque natural, em 1979, o PNSAC. Este ambiente é responsável pela existência de uma flora e fauna únicas no país.

No caso das populações do MCE, e conforme acima referido, e base da presente reflexão, constata-se que a sua cultura está intimamente relacionada com a rocha calcária que predominantemente o compõe, tantas são as evidências e diversidade do seu uso, considerando-se mesmo a existência de uma *cultura da pedra*. O expoente máximo desta relação está expresso no grandioso património construído, algum do qual classificado como património mundial pela UNESCO.

Palavras-Chave: Cársico, Património(s), Identidade(s), Cultura Local.

ABSTRACT

The present text reflects on the importance of natural heritage in the construction of local cultures, its heritages and consequent identity. In this case, the local limestone environments.



Effectively, the limestone environments - in this case the Estremenho Limestone Mass (MCE) - reveal a unique singularity when studied in geomorphological, environmental, landscape, social, cultural and heritage terms, with determining influences in the way of life of populations that host them, providing essential contributions to the space definition of the territories they cover.

The MCE, possibly the most important portuguese limestone assembly due to the diversity of structural, erosive and carsic forms that it presents, is constituted by a block of jurassic calcaries where the limestone belonging to the dogger (medium jurassic) predominate and that rise amongst imponent geological faults above areas that are situated at approximately 200 meters. Secondly, modern, detritic and rosra earth formations are still covered, in the valleys and closed depressions. It should be remembered that it was the singularity of this geological heritage that was in the origin of the classification of a significant part of the MCE as natural park in 1979, the PNSAC. This environment is responsible for the existence of a unique flora and fauna in the country.

In the case of the populations of the MCE, as referred above, and based on this reflection, it concludes that its culture is intimately related to the limestone rock that predominately constitutes it, so many are the evidences and diversity of its use, considering even the existence of a stone culture. The maximum expo of this relationship is expressed in the great built heritage, some of which is classified as a world heritage by UNESCO.

Key-words: Carsic, Heritage, Identities, Local Culture.

Introdução

A comunicação apresentada e o presente texto resultam do trabalho que os autores têm desenvolvido ao longo dos anos nos domínios da educação ambiental e da conservação, valorização e divulgação dos patrimónios natural e cultural do Macico Calcário Estremenho em geral, e do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros em particular, quer em contexto associativo, no âmbito das atividades da Oikos – Associação de Defesa do Ambiente e do Património da Região de Leiria, quer em contexto académico.

Reflete-se sobre a importância do património natural para a construção dos patrimónios culturais e respectivas indetidades locais tendo como objecto de análise o Maciço Calcário Estremenho. Num primeiro ponto faz-se uma abordagem teórica sobre a relação homem-natureza e património(s) e identidade(s), num segundo ponto apresenta-se uma breve caracterização do património natural do Maciço Calcário Estremenho e num terceiro ponto, também de forma breve faz-se referência à ocupação humana e património construído do maciço. Conclui-se com uma síntese que pretende demonstrar a importância da simbiose entre o património natural e a população do maciço para a construção do património natural e cultural hoje existente.

1. Natureza e Cultura

1.1. Relação homem-natureza

Natureza é antes de mais o *universo* na sua totalidade cósmica, visível e invisível, na qual o homem se insere. “A totalidade do cosmos, inclui as coisas, os seres, os animais, os homens e as forças – conhecidas e desconhecidas que os regem. Por natureza compreende-se também o



ambiente ecológico, a terra, a vegetação, os animais; a vida humana desenvolve-se em simbiose com esta realidade” (BERNARDI, 1982:20). É sobre o ambiente ecológico, o *oikos*, enquanto fator da cultura que assentamos a nossa reflexão.

Assim, o homem faz parte da natureza com a qual se relaciona e da qual depende para a sua existência. No entanto, essa relação assumiu um caráter diferente da relação que é estabelecida por todas as outras espécies vivas a partir do momento em que o homem adquiriu capacidade para a transformar e criar cultura e cirar *cultura*. Mais do que um modo de vida dos homens, a cultura é tudo o que o homem “acrescenta à natureza, ou seja, a cultura é a natureza, materializada, objectivada”. (MESQUITELA LIMA, 1991: 39).

A cultura assenta necessariamente sobre a natureza. “Se, portanto, se quer compreender a fundo o complexo fenómeno da cultura, convém não descurar o fundamento natural que permite ao homem desenvolver a atividade mental e criar a cultura” (BERNARDI, 1982:23)

Para uma análise dinâmica da cultura, Bernardi (1982) apresenta quatro fatores: “o *anthropos*, ou seja, o homem na sua realidade individual e pessoal; o *ethnos*, comunidade ou povo, entendido como associação estruturada de indivíduos; o *oikos*, o ambiente natural e cósmico dentro do qual o homem se encontra a atuar; o *chronos*, tempo, condição ao longo da qual, em continuidade de sucessão, se desenvolve a actividade humana. (BERNARDI, 1982:50)

É, pois, sobre o *oikos*, que assenta a base da nossa reflexão, ou seja, sobre a importância do património natural para a criação dos patrimónios culturais. *Oikos* é uma palavra grega que significa casa, no sentido de habitat. Dela deriva o termo ecologia que nas ciências naturais indica o estudo do ambiente e mais especificamente as relações entre o ambiente e os organismos biológicos. Enquanto fator da cultura, tal como é apresentado por Bernardi, o *oikos* é o meio ambiente no qual a espécie humana desenvolve a sua atividade e cria cultura e, é esse meio ambiente que vai influenciar a cultura de cada povo, de cada local, na medida que pode dizer-se que a cultura é uma resposta do homem à natureza, e aos desafios que esta lhe coloca, para satisfazer as suas necessidades, *físicas e espirituais*. É deste desafio-respeita que resulta a diversidade cultural, na medida em que consoante o *oikos*, assim são os desafios e respetivas respostas. É assim que, por exemplo, os desafios e as respostas são muito diferentes, logo culturas diferentes, em *oikos* tão diversos como, por exemplo, a floresta tropical e o deserto. Ou seja, a espécie humana apresenta uma grande diversidade cultural, que está intimamente relacionada com o seu meio. “As culturas são respostas adequadas e adaptadas ao ambiente geográfico-natural”. (MESQUITELA LIMA, 1991: 157).

1.2. Património e Identidade

Se o património natural se assume como determinante para a construção dos restantes patrimónios culturais, também esses patrimónios, por sua vez, se assumem como relevantes para a construção das identidades locais na medida em que se encontram intimamente relacionados e são frequentemente entendidos como uma extensão um do outro. Nesta perspectiva, a identidade assume-se como a “essência” de um determinado coletivo humano e o património como a sua manifestação “natural” que subsiste no tempo e que se torna premente resgatar e preservar (PERALTA e ANICO, 2006:11).

A produção e reprodução de identidades tendo por base as questões patrimoniais estão geralmente associadas ao contexto espacial de um determinado local. O local remete para o conjunto das relações interpessoais que se desenvolvem na vida quotidiana e que sobre uma base territorial constroem a sua identidade. Essa base territorial consiste no cenário de

representações e de práticas humanas que são desenvolvidas nesse lugar e que definem a singularidade de uma comunidade.

Estabelecendo uma relação entre o local e a identidade, CAVACO (2009: 39) considera que o local designa o lugar onde se investe emocionalmente e onde se criam e se tem raízes considerando-o “o espaço de ancoragem, de pertença, o espaço praticado, percorrido, sentido e representado, segundo diferentes condições de existência afectiva do tipo económicas, sociais, profissionais e etárias”. Acrescenta ainda que o local está relacionado com o quotidiano, com o património como sendo uma prática pessoal, mas igualmente por consistir numa experiência contada por outros, do presente ou passado, mais ou menos imaginada ou sonhada a partir de um passado distante.

2. O património natural do Maciço Calcário Estremenho

2.1. Localização, geologia e geomorfologia

O Maciço Calcário Estremenho, individualizado através da sua maior altitude relativamente aos terrenos circundantes, localiza-se na região central de Portugal continental, e é enquadrado pelas cidades de Leiria, Alcobaça, Rio Maior, Torres Novas e Ourém. Corresponde a uma unidade geomorfológica, geológica e hidrológica situada no sector leste da Bacia Sedimentar Ocidental, que, através de soerguimento tectónico, cavalga a Bacia do Tejo.

Apresenta-se como o mais importante conjunto calcário português devido ao diversificado conjunto de formas estruturais erosivas e cársicas que apresenta. É constituído por um bloco de calcários jurássicos, onde predominam os calcários pertencentes ao Dogger (Jurássico Médio), que se erguem por meio de imponentes falhas geológicas acima de áreas que se situam a cotas de aproximadamente 200m. Secundariamente, são ainda abrangidas formações modernas, detríticas e de “terra rossa”, nos vales e depressões fechadas (RODRIGUES, 1991).

Diferenciam-se no maciço três sub-unidades, correspondentes a estruturas elevadas: a Serra dos Candeeiros a Oeste, O planalto de Santo António ao Centro e Sul, e o Planalto de S. Mamede e a Serra de Aire a Este. Estas sub-unidades estão separadas por três depressões originadas por grandes fraturas: a depressão da Mendiga, separando a Serra dos Candeeiros do Planalto de Santo António, o polje de Minde-Mira de Aire e a depressão de Alvalos que marcam uma fronteira entre o Planalto de S. Mamede/Serra de Aire (RODRIGUES, 1991).

O Maciço Calcário Estremenho apresenta, assim, uma individualidade bem marcada e muito acentuada do ponto de vista estrutural e morfológico. Com base na caracterização efetuada por RODRIGUES (1998) assinala-se que esta individualidade está patente na predominância da rocha calcária, na sua altitude face às áreas circundantes, na ausência de cursos de água subaéreos permanentes no interior do maciço, numa grande diversidade de formas cársicas, superficiais e profundas, e ainda nas características climáticas particulares, na existência de um coberto vegetal típico e nos aspetos singulares da ocupação humana.

As formas cársicas atrás referidas, que constituem um importante património natural, resultam na sua maioria de fenómenos erosivos que atingiram a rocha calcária:

- as *depressões cársicas*, como os poljes, as dolinas e as uvalas;
- as formações resultantes de *carsificação de superfície*, como os lapiás; **(vd Figura 1)**

- as formações resultantes de *carsificação profunda*, como as grutas e os algares.

Os poljes são depressões de fundo plano e vertentes abruptas, podendo atingir grandes dimensões e apresentando por vezes acumulações de água, como é exemplo o polje de Minde-Mira de aire; as dolinas são depressões de forma circular e de fundo preenchido por sedimentos. Por vezes o fundo localiza-se ao nível do lençol freático originando lagoas à superfície, como as lagoas de arrimal. As uvalas, resultam da coalescência de dolinas e, salienta-se no maciço a depressão de Chão das Pias.

Lapiás são blocos de rocha fissurada resultando da sua dissolução pela água ao infiltrar-se nas fraturas.

Algares são aberturas naturais de progressão vertical que dão acesso ao meio cársico subterrâneo e que podem atingir várias dezenas de metros. As grutas são cavidades de progressão horizontal e cuja singularidade assenta essencialmente em formas únicas como as estalactites e as estalagmites.

Neste conjunto litológico deve ainda salientar-se a existência de importantes escarpas de falha resultantes do longo e complexo conjunto de processos orogénicos que estiveram na base da elevação deste maciço calcário (RODRIGUES, 1998: 12-16).

A singularidade do património geológico e geomorfológico do Maciço Calcário Estremenho esteve na origem da classificação, em 1979, de uma parte significativa da sua área, aproximadamente 38,4 Km² como parque natural, o Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros.

2.2 Flora e Vegetação

No que respeita à flora, os estudos desenvolvidos comprovam a sua diversidade e importância, conhecendo-se cerca de sete centenas de espécies, entre as quais vários endemismos lusitanos, ibéricos e ibero-norteafricanos. Um elevado número de plantas apresenta características aromáticas e medicinais conferindo a esta região cársica elevadas potencialidades neste domínio, no contexto nacional.

As formações vegetais naturais predominantes no passado seriam o carvalho-cerquinho (*Quercus faginea* L.) que cobriam as áreas mais húmidas, a par de algumas manchas de azinheira e sobreiro nas áreas mais secas. Desta floresta inicial restam hoje pequenas manchas na base das encostas onde se instalou a agricultura. Os efeitos da acção humana, nomeadamente com o objectivo de aumentar a área agricultável estão na origem do desaparecimento da floresta primitiva, dando origem a matos onde predominam o carrasco (*Quercus coccifera* L.) e o alecrim (*Rosmarinus officinalis* L.).

Assim, e fruto do conjunto de interações entre o homem e o meio, a paisagem do maciço apresenta um conjunto variado de associações vegetais de grande importância, destacando-se, carvalhais de carvalho-cerquinho (*Quercus faginea* L.); carvalhais de carvalho negral (*Quercus pyrenaica* Willd), que só ocorre na zona do arrimal, e representa um testemunho paleoclimático importante; manchas de azinhal; manchas de sobreiral; matagais (CARVALHO, 2000: 87-88).

2.3 Fauna

Também do ponto de vista faunístico o Maciço Calcário Estremenho pode ser considerado como uma área de grande importância. As características climáticas, geomorfológicas, e também a intervenção humana ao longo de séculos, contribuem para a existência de diversos biótopos de que são exemplo, a floresta (carvalhais), os matos, o garrigue, as escarpas, os campos agrícolas (olival associado a culturas arvenses) e as zonas húmidas, o que favorece a existência de uma fauna abundante e de grande riqueza.

Quanto à avifauna são conhecidas cerca de 140 espécies de aves, 100 das quais nidificantes. O bufo real (*Bubo bubo*), o corvo (*Corvus corax*), o peneireiro comum (*Falco tinnunculus*), a coruja das torres (*Tyto alba*), o andorinhão real (*Apus apus*), são algumas das espécies associadas às escarpas. Nas bolsas de carvalhal ainda existente em volta dos campos agrícolas podem encontrar-se entre outras espécies o gavião (*Accipiter nisus*), o pica-pau-malhado-grande (*Dendrocopos major*), o papa-figos (*Oriolus oriolus*), o gaio (*Garrulus glandarius*) e a toutinegrade-barrete-preto (*Sylvia atricapilla*). Os matos rasteiros constituem locais de caça para a águia cobreira (*Circaetus gallicus*) e para o falcão tagarote (*Falco subbuteo*), podendo ainda encontrar-se entre outras a carriça (*Troglodytes troglodytes*), o pisco de peito ruivo (*Erithacus rubecula*) e o rouxinol (luscínia megarhynchos). Do conjunto da avifauna destaca-se a gralha-de-bico-vermelho (*Pyrrhocorax pyrrhocorax*), que é um verdadeiro ex-libris desta região cársica, particularmente do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros. Ocorre nos locais onde existe uma vegetação rasteira e esparsa, constituída principalmente por alecrim (*Rosmarinus officinalis* L.) e tomilho (*Thymus* sp.), vulgarmente designada por garrigue. Estas áreas constituem também bons territórios de caça para algumas aves de rapina. Os campos agrícolas assumem uma grande já que a eles se associa um conjunto avifaunístico mais diversificado. A rola (*Streptopelis turtur*), a poupa (*Upupa epops*), a alvéola branca (*Motacilla alba*) e o tentilhão (*Fringilla coelebs*), são algumas das espécies frequentes neste tipo de habitat.

Os mamíferos registam também uma presença muito significativa, sendo de salientar as importantes colónias de morcegos, cujo habitat são as grutas e algares, fazendo-se representar por cerca de uma dezena de espécies (das 26 existentes em Portugal) quase todas ameaçadas. Outros mamíferos, como os pequenos roedores, e o colho bravo são abundantes. Estão também presentes algumas espécies de mamíferos predadores como a raposa, o toirão e o gato bravo, algumas das quais, também ameaçadas.

A herpetofauna é, também ela, muito rica. No que respeita aos anfíbios, apesar de, aparentemente o meio não lhe ser muito propício – escassez de água à superfície, motivada pela estrutura da rocha calcária do maciço – a existência de lagoas e pias naturais, e uma grande variedade de cisternas e pias artificiais ligadas à ocupação humana, proporcionam condições favoráveis à reprodução destes animais. A existência de cavidades naturais (grutas), com um elevado grau de humidade proporcionam refúgio da seca exterior a algumas espécies, como por exemplo o sapo comum (*Bufo bufo*), ou a salamandra de pintas (*Salamandra salamandra*). São conhecidas 13 espécies de anfíbios (cerca de 70% das espécies que ocorrem em Portugal). No que respeita aos répteis, a grande diversidade de biótopos, e o seu bom estado de conservação, parecem ser as causas para a existência de uma grande variedade de répteis, sendo conhecidas 17 espécies, assinalando-se a osga (*Tarentola mauritanica*), o sardão (*Lacerta lépida*), a lagartixa do mato (*Psammotromus algerus*), a cobra-de-ferradura (*Coluber hippocrepis*) e a víbora-cornuda (*Vipera latastei*). (CARVALHO, 2000: 88-90).

3. Ocupação humana e património construído no Maciço Calcário Estremenho

A paisagem do Maciço Calcário Estremenho é profundamente marcada pela presença humana cujo povoamento e conseqüente humanização da paisagem remonta à pré-história, atravessando todos os grandes períodos, prolongando-se pelas épocas romanas e árabe até aos nossos dias. (ARAÚJO, 1991). Esteve, contudo, mais localizado nos limites da serra e nas grandes depressões, intensificando-se a partir do Séc. XVI até à sua estrutura atual, estando sempre “relacionado com as atividades económicas e estas com o tipo de recursos valorizados em cada época” (ABREU, 1991: 47).

Testemunhos dessa ocupação humana bastante antiga, são os numerosos vestígios arqueológicos. Segundo ZILHÃO (1991, cit por CARVALHO, 2000) para além de um conjunto de importantes estações arqueológicas, merecem destaque, a Anta de Alcobertas, a Estrada Romana em Alqueidão da Serra, as Salinas da época romana, em Fonte da Bica, rio Maior.

No presente texto, no que respeita ao património cultural, destacamos o património construído, relativamente ao qual a presença do calcário é determinante nas suas características imprimindo-lhe uma singularidade marcante, indo ao encontro da ideia central, aqui apresentada acerca da importância do património natural para a construção dos patrimónios culturais. Efetivamente, a rocha calcária é o principal material usado na construção, quer das habitações, quer de todo um vasto conjunto de património edificado. No que respeita às habitações, estas são “essencialmente de dois tipos, consoante se localizem na Beira Serra, onde os terrenos são mais férteis, com casas de dois pisos, emoldurados por alpendre e anexos, e as casas das aldeias serranas, onde a subsistência é mais difícil, e as casas se apresentam de piso térreo e anexos exíguos” (PNSAC, 1997: 51).

Associado aos modos de vida das populações, provenientes das condições naturais – que são a falta de água à superfície, e a presença da pedra - como, aliás, tão singularmente assinalou Martins (1949) – existe um importante conjunto de estruturas de grande valor patrimonial, que merecem realce.

No que ao aproveitamento da água diz respeito, assinalam-se as cisternas, das quais existem diversos tipos, tendo como finalidade o aproveitamento da água das chuvas, as caleiras em pedra, que conduziam a água para as cisternas, e as pias naturais cavadas na rocha. “O aproveitamento das águas pluviais torna-se objeto de minuciosos cuidados: nas povoações todos os telhados das casas de habitação e dependências anexas, por menor que seja a superfície, estão providas de caleira, e cada unidade familiar dispõe de uma cisterna (...), e em alguns lugarejos, por exemplo no Covão do Coelho há uma cisterna pública alimentada pela água recebida nas caleiras dos beirais da capela” (MARTINS, 1949: 39). Destacam-se as cisternas coletivas de Serro Ventoso e Mendiga, que aproveitam uma laje de dimensão assinalável para encaminhar a água para uma cisterna que abastecia a povoação através de fontanários públicos. **(vd Figura 1.)**

Da presença da pedra, para além do seu uso nas habitações e nas estruturas de captação e armazenamento de água, acima referidos, bem como nas eiras, assinalam-se construções ímpares como os abrigos de pastor, as casinas, **(vd Figura 2.)** e os muros, **(vd Figura 3.)** cuja pedra vem da despedrega efetuada nos campos para possibilitar o seu aproveitamento agrícola, os quais para além do importante conjunto de funções que desempenham, como a delimitação dos campos, vedação para o gado, protecção contra a erosão provocada pelo vento e pela chuva, particularmente nas zonas de encosta, constituem uma paisagem de *bocaje* de beleza única, e de grande valor cultural. “A pedra de facto rompe por todo o lado: até nas obras do homem está

sempre presente. Para não falar nas casas de habitação, (...) aponto as cabanas de circulares com paredes e coberturas de laje, tudo sem reboco edificadas pelos pastores (...). Quanto a vedações, sebe viva não se vê... mas são tantos, tantos, os muros que chegam a formar verdadeiros labirintos (...)” (MARTINS, 1949: 45).

Os moinhos de vento, destinados a *moer o pão*, existiam em grande número, aproveitando-se assim as condições favoráveis de vento existentes na serra. Os que ainda existem constituem um importante legado patrimonial.

Como expoente máximo deste património construído que tem por base a pedra calcária assinalam-se o património monumental que tem como expoentes máximos os Mosteiros de Alçobaça e da Batalha classificados como património da Humanidade pela UNESCO.



Figura 1. Cisterna coletiva, Serro Ventoso **Fonte:** Nuno Carvalho



Figura 2. Casina, Serra de Stº António **Fonte:** Nuno Carvalho



Figura 3. Muros e olival, Serra de Stº António **Fonte:** Nuno Carvalho

Conclusão

A natureza, aqui entendida como o meio ambiente, *o oikos*, tem uma forte influência nas culturas dos povos na medida em que, a sua diversidade, coloca à espécie humana diferentes desafios e obtém desta uma diversidade de respostas para satisfação das suas necessidades físicas e espirituais, culminando na cultura de cada local, consubstanciada nos seus patrimónios culturais, que dão corpo à sua identidade.

O Maciço Calcário Estremenho tem características únicas no que respeita ao seu património natural, assentando a sua singularidade na geologia e geomorfologia, constituindo-se como o mais importante conjunto calcário português devido ao diversificado conjunto de formas estruturais erosivas e cársicas que apresenta.

Em suma, estas características naturais, e uma notável simbiose entre a natureza e as populações que ao longo dos séculos habitaram o maciço deram origem não só a um património cultural, mas também natural, ímpares. No que respeita ao património natural essa simbiose está patente na diversidade de biótopos hoje existente e que alberga uma flora e fauna muito ricas. Relativamente ao património cultural destacámos o património construído tal é a sua riqueza assente no uso da rocha calcária, podendo mesmo falar-se na existência de uma *cultura da pedra*.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Diogo - Aspectos do Povoamento no Maciço Calcário Estremenho. In **Actas das 1^{as} Jornadas – Ambiente Cársico e Educação Ambiental**, 1991. Porto de Mós: PNSAC.

ARAÚJO, Ana – Aspectos da Dinâmica do Povoamento nas Serras de Aire e Candeeiros e sua Periferia. In **Actas das 1^{as} Jornadas – Ambiente Cársico e Educação Ambiental**, 1991. Porto de Mós: PNSAC.

BERNARDI, Bernardo - **Introdução aos Estudos Etno-Antropológicos**, 1^a Ed. Lisboa: Edições 70, 1982.

CARVALHO, Nuno - **Conservação da Natureza e Áreas Protegidas – O Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros**. 2006. Dissertação de Mestrado em Geografia Humana e Educação Ambiental. Acessível na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal.

CAVACO, Carminda - Os espaços rurais como espaços de vida: mobilidades residenciais e novas formas de habitar. In BAPTISTA, F, O.; JACINTO, R.; MENDES, T. - **Os territórios de baixa densidade em tempos de mudança**. Proença-a-Nova: C. M. de Proença-a-Nova. 2009. ISSN 1647-360X. p. 39-72.

MARTINS, Alfredo Fernandes - **Maciço Calcário Estremenho – Contribuições para um Estudo de Geografia Física**. 1949. Dissertação de Doutoramento em Ciências Geográficas. Acessível na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.

MESQUITELA LIMA, Augusto - **Introdução à Antropologia Cultural**, 9^a Ed. Lisboa: Presença, 1991.

PERALTA, Elsa; ANICO, Marta - **Patrimónios e identidades - Ficções contemporâneas**. 1ª Ed. Oeiras: Celta, 2006. ISBN 972-774-233-5

Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros - **Guia do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros**, 1997. Lisboa: Instituto de Promoção Ambiental.

RODRIGUES, Maria Luísa - Alguns Aspectos da Geomorfologia do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros. In ACTAS DAS 1^{as} JORNADAS – AMBIENTE CÁRSICO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 1991. Porto de Mós: PNSAC.

RODRIGUES, Maria Luísa - **Evolução Geomorfológica e Dinâmica Actual. Aplicações ao Ordenamento do Território – Exemplos no Maciço Calcário Estremenho**. 1998. Dissertação de Doutoramento em Geografia Física. Acessível na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal.

A ÂNCORA DE UM IMENSO NAVIO

THE ANCHOR OF AN IMMEASURABLE SHIP

António Jorge Figueiredo

Município de Alcobaça, Equipa Multidisciplinar de Planeamento Estratégico e
Património Arquitectónico;
Universidade do Porto, Faculdade de Letras, CITCEM –
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR CULTURA, ESPAÇO e MEMÓRIA
(investigador-colaborador).
Travessa da Presa, 40, Rio Alcaide, 2480-170 Porto de Mós, Portugal;
Waza5570@gmail.com



A Âncora de um Imenso Navio

The Anchor of an Immeasurable Ship

António Jorge Figueiredo

Historial do artigo:

Recebido a 09 de dezembro de 2016

Revisto a 15 de dezembro de 2016

Aceite a 19 de dezembro de 2016

RESUMO

O mosteiro de Santa Maria de Alcobaça é a expressão física e histórica mais forte de um território que, genericamente, identificamos com o concelho de Alcobaça. No entanto, nessa faixa territorial entre o Maciço Calcário Estremenho e o Oceano Atlântico, o homem deixou um conjunto perene de marcas, quase todo por explorar, do ponto de vista científico e, subsequentemente, em termos de valorização cultural.

Entre estas marcas do homem, evidenciam-se as realizações de Cister, na paisagem agrária e nas expressões da religiosidade. Mas, discretos, subjazem vestígios, neste caso, do universo da arqueologia, que teimam em não se revelar. Recorrendo a alguns exemplos de trabalhos e de contextos históricos, essencialmente de acompanhamentos de obras, pretende-se sublinhar duas questões fundamentais. Por um lado, a importância e a dimensão, do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça não podem ser entendidas sem um aprofundado entendimento daquilo que foi a exploração do território envolvente e que, neste, resistem aspetos patrimoniais que devem merecer a maior atenção. Por outro lado, há a necessidade de valorizar outras facetas do património cultural de Alcobaça, mais especificamente o arqueológico, e de demonstrar que existe uma longa história antes de Cister, que merece um lugar de memória e cujo estudo e a fruição poderiam ser potenciados pela existência de um ícone patrimonial, como o é o mosteiro. Afinal, este constitui uma âncora que pode funcionar em dois sentidos: conferir vigor à diversidade patrimonial de Alcobaça ou, pela sua “omnipresença”, simplesmente submergi-la.

Palavras-chave: Mosteiro, património, valorização, diversidade.

ABSTRACT

The monastery of Santa Maria de Alcobaça is the strongest physical and historical expression of a territory that, generally, we identify as the county of Alcobaça. However, in this territory between the Limestone Massif Estremenho and the Atlantic Ocean, man left a perennial set of marks, almost everything to explore, from the scientific point of view and, subsequently, in terms of cultural valorization.

Among these marks of man, the achievements of Cister, the agrarian landscape and the expressions of religiosity are evident. But, discreetly, underlie traces, in this case, of the universe of archeology, which insist on not revealing itself. Using some examples of works and historical contexts, essentially of accompaniments of constructions, it is intended to underline two



fundamental questions. On the one hand, the importance and the size of the Monastery of Santa Maria de Alcobaça can not be understood without a deep understanding of what was the exploration of the surrounding territory and, in this one, it is manifest a patrimonial aspect that deserve the greatest attention. On the other hand, there is a need to value other facets of the cultural heritage of Alcobaça, more specifically the archaeological one, and to demonstrate that there is a long history before Cister, which deserves a place of memory and whose study and enjoyment could be fostered by the existence of a patrimonial icon, such as the monastery is. After all, this is an anchor that can work in two ways : to give vigor to the diversity of assets of Alcobaça or, by its "omnipresence", simply submerge it.

Key-words : Monastery, heritage, cultural promotion, diversity.

1. Introdução

O Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça constitui parte indissociável de uma realidade patrimonial substancialmente mais vasta. Magnificante e omnipresente na pouco mais que modesta cidade por ele acolhida, este colosso arquitetónico, hoje como ontem, impõe-se, esmagando de forma quase brutal as expressões patrimoniais ditas menores do contexto territorial sem o qual, sublinhe-se a ironia, tamanha grandeza jamais existiria.

Hoje, como ontem, o comumente designado Mosteiro de Alcobaça assume um papel estruturante com profundos reflexos nas mentalidades e no pensamento político de todos aqueles que vivem à sua sombra. Esse papel é-lhe conferido pelo seu elevado valor simbólico e histórico, enquanto potentado religioso, económico e político de outrora, o que o converte num ícone turístico, talvez demasiado ícone, como se de o epicentro de um vórtice que tudo absorve se tratasse.

Descobrir o “navio” por detrás desta âncora implica sublinhar os fundamentos de tamanho estatuto, traduzíveis numa rica herança cultural predominantemente de origem cisterciense. Também importa sublinhar que, apesar da sua importância e dada a sua enorme dimensão física, o futuro do mosteiro passa por não o tomar de forma isolada. Impõe-se a valorização das pluralidades territoriais dos antigos Coutos de Alcobaça. Neste processo, o estudo, a conservação e a valorização da diversidade patrimonial, no âmbito de um plano estratégico interdisciplinar e interinstitucional e no qual o mosteiro é ponto de partida e de chegada, são condições essenciais para garantir a identificação e a transmissão de um vasto legado e para potenciar atividades económicas correlacionadas.

O III Forum sobre Património Natural, Etnográfico e arqueológico, promovido pelo IPT-CPH, permitiu evocar a necessidade da permanente reflexão sobre estas matérias, numa perspetiva técnica e científica, mas também no campo da promoção do território e dos benefícios socioeconómicos daí decorrentes.

2. Mosteiro de Alcobaça – uma questão de escala e de escolhas

O concelho de Alcobaça estende-se, de forma muito bem delimitada, entre a Serra de Candeeiros, a nascente, e a costa atlântica, a poente. A norte, confronta com os concelhos de Marinha Grande e Leiria. A sul, o concelho de Caldas da Rainha denuncia já o Oeste pleno.

Sujeito ao condicionalismo geográfico imposto pelo Maciço Calcário Estremenho, este território esteve arredado dos principais itinerários da antiguidade, que se processavam pela bacia

hidrográfica do Tejo. Não estava, porém, destituído de uma rede de vias que o integravam num contexto suprarregional. Refira-se, a título de exemplo, a “via oceânica” que, em época romana, ligava *Olisipo* a *Conimbriga*, passando por *Eburobrittium* (Gaeiras – Óbidos) e *Collipo* (S. Sebastião do Freixo – Batalha). Esta via permitia a ligação ao grande eixo norte/sul, a via *Olisipo – Bracara* (FIGUEIREDO, 1999, p. 132-136).

Com a chegada de Cister, no dealbar da nacionalidade, formou-se, nesta faixa territorial, um pequeno Estado dentro do Estado, os Coutos de Alcobaça. À sua cabeça, a poderosa Abadia cisterciense. Após a extinção das ordens religiosas, a sede civil manteve a centralidade definida por aquela.

O Mosteiro de Alcobaça tem sido considerado, e bem, uma âncora para o desenvolvimento da região. Além do seu inegável valor histórico e artístico, profusamente estudado, vários motivos concorrem para o monumento ser a marca mais perene destas paragens.

Antes de mais, sobressai o contributo cúmplice da comunidade cisterciense na fundamentação de um Portugal soberano. De acordo com a Carta de Fundação da Abadia, datada de 8 de Abril de 1153, esta nasce de uma doação de D. Afonso Henriques a S. Bernardo de Claraval. Desde então e ao longo de quase sete séculos cistercienses, as relações de proteção mútua com a Coroa foram evidentes. Que melhor exemplo dessas relações do que o próprio ato de doação (BARBOSA; MOREIRA, 2006, p. 44), que teria tido lugar em troca do apoio à causa da independência? Recorde-se que Bernardo de Claraval era, à época, a cabeça de uma ordem que detinha numerosas abadias que lhe conferiam um imenso poder económico e político. O apoio à soberania portuguesa viria a manifestar-se em vários momentos da história da nacionalidade, valendo à abadia reafirmadas benesses.

A presença dos túmulos de D. Pedro I e de Inês de Castro é outro dos motivos que dão um profundo significado histórico ao recinto monástico, decorrente da escolha deste para deposição dos túmulos e transformando-o no fiel guardião dos protagonistas do mais romanesco episódio da primeira dinastia. Aliás, a tragédia de Pedro e Inês há muito que passou além-fronteiras, como o testemunho o interesse longínquo de pintores russos. Além disso, os túmulos são duas das obras tumulares góticas do século XIV português mais bem conseguidas. O de D. Pedro apresenta uma delicada rosácea, na face superior, e passagens da vida de S. Bartolomeu, nas faces laterais. O túmulo de D. Inês apresenta, na face superior, Deus a presidir ao tribunal divino, nas faces laterais, expressivas e bem executadas cenas do novo testamento e, na face inferior, o Juízo Final. As estátuas jacentes, de ambos, encimam os túmulos. A qualidade escultórica destas peças é reconhecida, tendo sido determinante no processo de integração do mosteiro na lista de Património Mundial da UNESCO, em 1989.

À importância do monumento acresce o papel desempenhado pela casa de Alcobaça no fomento das atividades agrárias, na introdução de conhecimentos técnicos de hidráulica, secagem de pântanos e construção, na animação de atividades produtivas e comerciais, entre tantos outros domínios, dos quais beneficiaram esta e outras regiões. Aliás, a imagem de rica região agrícola deixada pela Abadia de Alcobaça ainda hoje perdura e identifica o concelho. Vejam-se, entre outros, o exemplo da marca “Maçã de Alcobaça” e os férteis campos da Maiorga e da Cela (vd. figura 1), outrora laguna navegável.



Figura 1. Campos da Cela, antiga Lagoa da Pederneira. **Fonte:** António Figueiredo, 2014.

De facto, reencontramos Cister em todo o território do atual concelho de Alcobaça e em parte dos concelhos vizinhos. As granjas ou quintas de sua pertença pontuaram o território. Algumas, como Vale de Ventos, a Casa do Monge Lagareiro e a Quinta do Vimeiro ainda têm expressão monumental. Outras, como a granja de Alqueidão da Serra, em Porto de Mós, pertencem ao campo de uma memória sem expressão visível do edificado, embora sejam tangíveis distintas marcas de cister, tais como o plantio sistemático de oliveira, nas áridas encostas da Serra de Candeeiros.

Na linha de costa em permanente mutação, os monges precipitaram o próprio curso da natureza. O território dos Coutos de Alcobaça era bordejado por duas extensas reentrâncias marinhas, as comumente designadas “Lagoa de Alfeizerão” e “Lagoa da Pederneira” (vd. figura 1). Manuel Vieira Natividade demonstrou, de forma pioneira e ainda atual, como estas lagunas, especialmente a da Pederneira, foram ocupadas, pelo menos, desde o Neolítico. Mais recentemente, vários autores retomaram a questão, adiantando um pouco mais sobre as motivações do povoamento destas orlas na Antiguidade (FIGUEIREDO, 1999: 161-167). Dos tempos da nacionalidade, abundam as referências às “lagoas”. Para além de Natividade, relembra-o Castelo-Branco (Castelo-Branco, 1975), socorrendo-se dos escritos de Jaime Cortesão e de Virgínia Rau. Dos portos de Alfeizerão, Pederneira e, no século XIII, outros possíveis na Maiorga e na Fervença, serviram-se intensamente os monges de Alcobaça. Mas o destino tendencial dos ambientes lagunares era para o assoreamento. Das mais diversas causas deste, destacam-se a sistemática desflorestação de encostas, por iniciativa da Abadia, e a consequente libertação de terras que eram arrastadas pelas chuvas, bem como a grande quantidade de areia do lastro dos navios, lançada à água quando os portos estavam ativos. Numa fase de fraca navegabilidade, trabalhos igualmente promovidos pela Abadia, designadamente pelo abade Frei Manuel de Mendonça (BONIFÁCIO, 1949, p. 361), levaram ao enxugo das baixas de Alfeizerão e do Valado, mediante a abertura de valas e o desvio de cursos de água.

Aliás, esta relação com a água, a capacidade de domesticação, o seu uso racional e matemático está bem patente naquele que é mais um dos traços de genialidade que contribuem para a expressão monumental do Mosteiro de Alcobaça, o seu sistema hidráulico. A sabedoria cisterciense sobressai, desde logo, pela escolha estratégica do local para edificação da Abadia, uma estreita língua de terra entre os rios Alcoa e Baça, a uma cota que permitiu construir um complexo sistema de canais de abastecimento. A água era conduzida a partir da captação no rio Alcoa, no lugar de Chiqueda, através da Levada, um canal de caudal considerável, e da conduta de água potável, de dimensões mais reduzidas. Chegadas ao mosteiro, estas condutas transformavam-se numa complexa rede de distribuição, com registos, controlos, sistemas de retenção, armazenagem, elevação e drenagem. Este sistema hidráulico supria as necessidades de consumo para alimentação, banhos, atividades artesanais, limpeza, força motriz, rega, evacuação de águas sujas e esgotos e, não menos importante, para o próprio lazer, testemunhado pelas bicas e fontanários que se multiplicam pelo espaço monástico (TAVARES, 2004). A genialidade sobressai no engenho do sistema, na hierarquização do uso das águas, no seu transporte, no caso da água potável, ao longo de mais de dois quilómetros, com uma inclinação mínima digna da engenharia moderna.

Tudo isto perderia coesão sem o monumento em si mesmo. Ora, ao contrário da larga maioria das restantes abadias cistercienses, Alcobaça apresenta um elevado grau de conservação. Permite-nos, apesar das transformações que foi sofrendo, usufruir de um belíssimo monumento gótico no qual a filosofia de vida cisterciense, despojada e austera, ainda é perceptível. Ao longo dos séculos, o monumento foi crescendo, ampliando-se e sacrificando fases de construção anteriores. Trabalhos arqueológicos desenvolvidos entre 2005 e 2011 permitiram constatar a presença de paredes adossadas a estruturas mais antigas, o rompimento de paredes pré-existentes ou de vãos, a supressão de vãos e a sobreposição de pavimentos, numa sucessão de reconversões espaciais que traduz uma utilização com cronologias e motivações complexas e que demonstram que a história do monumento merece sempre ser revisitada.

Assim, história, túmulos, sistema hidráulico e a escala do edificado, que faz da Abadia de Alcobaça a maior das que se conservam do mundo cisterciense, contribuíram para imprimir a marca mais recente do mosteiro, a de Património Mundial, reforçando o seu potencial polarizador de uma rica herança cultural.

Este colosso vivia de um complexo sistema económico, em íntima relação com o seu território. As múltiplas áreas de intervenção da comunidade monástica alimentavam-no e justificavam todo o seu espaço. Desmantelado esse universo, com a saída da comunidade monástica nos alvares da extinção das ordens, em 1834, o monumento teve direito a uma segunda vida. Nele funcionou a vila de Alcobaça dos séculos XIX e XX. Os seus múltiplos espaços albergaram serviços camarários, finanças, escolas, um asilo, militares, a biblioteca municipal e habitação privada. Nas últimas décadas, anos de esforço permitiram reunificar, sob uma só batuta, a propriedade do monumento. Para isso concorreram também outros serviços que se instalaram em locais funcionalmente mais adaptados.

Hoje, o monumento está uno, mas falho de recursos e de usos. Para além da igreja abacial, aberta ao culto católico e ao público, o mosteiro só é permeável a quem o queira visitar em alguns espaços, como a Sala dos Túmulos, a Sala do Capítulo, o Claustro do Silêncio e as dependências que o envolvem, entre as quais o Parlatório, o Dormitório, a Sala dos Monges, a Cozinha, o Refeitório e a Sala dos Reis. Os serviços administrativos e as salas de trabalho e de investigação funcionam na Ala Norte. Na Ala Sul, de recuperação recente, foi criada uma galeria de exposições ao nível do rés-do-chão e, no primeiro piso, os espaços estão ao serviço da paróquia.

Excluído de qualquer uso sistemático fica um espaço edificado e não edificado vasto, no qual se destacam o edifício nobre da biblioteca, a Capela do Desterro, Monumento Nacional inteiramente revestido com azulejos do século XVIII que retratam a “Fuga para o Egipto”, e uma extensa área aberta que inclui o Jardim do Obelisco. A recente concessão do chamado Claustro do Rachadouro, para a instalação de uma unidade hoteleira, poderá vir a colmatar algumas das dificuldades sentidas pela tutela para garantir a conservação do conjunto monumental.

Parece, pois, que o início deste novo milénio anuncia um renovado interesse por este legado, tendo o próprio município promovido a requalificação da envolvente. No entanto, pode o expectável uso mais alargado do monumento, só por si, ser suficiente à sua sobrevivência ou, pelo contrário, deve ser equacionada uma estratégia de valorização patrimonial integrada que passe os limites do edificado e inclua o território correlacionado? Afinal, pode esta pesada âncora dispensar o navio que a sustentou durante séculos?

3. Um vasto património num território heterogéneo

Nos estudos que, desde finais do século XIX, se debruçaram sobre Alcobaça e nas intervenções públicas da última centúria, ao longo da qual o património de carácter histórico ganhou o estatuto de herança a preservar e a transmitir às gerações vindouras, é nítida a grande atenção prestada ao Mosteiro de Alcobaça, em detrimento de outras manifestações materiais de cultura pretérita. Exemplo dessa atenção muito focalizada encontra-se nos investimentos recorrentes na remodelação do Rossio, a atual Praça 25 de Abril, em frente ao mosteiro (NEVES, 2001). Ao longo do século XX e no dealbar do terceiro milénio, assumiu várias configurações, todas elas com o objetivo de dignificar o emblemático monumento. A mais recente data de 2005.

Uma exceção precoce a esta visão quase unidirecional dos saberes, dos poderes e da sociedade foi Manuel Vieira Natividade. De facto, este alcobacense de finais de oitocentos, debruçou-se amplamente sobre o mosteiro, mas foi igualmente pioneiro no estabelecimento da sua relação com o território, dando forma a uma interpretação abrangente. Natividade revelou a ampla riqueza do mundo cisterciense, mas também soube ir além da realidade recente da nacionalidade, demonstrando que, antes deste horizonte, milhares de anos de história tinham deixado as suas marcas bem vincadas nas terras dos coutos. Trouxe à luz do dia dezenas de ocupações paleolíticas e neolíticas, identificou testemunhos calcolíticos, da Idade do Bronze e da Idade do Ferro, localizou unidades de povoamento romanas e reconstituiu unidades de paisagem hoje desaparecidas, das quais se destaca a antiga Lagoa da Pederneira, oportunamente referida. Os seus trabalhos, ainda atuais, revelaram um património imóvel e móvel com ricas coleções arqueológicas, à espera de ser estudado com novas metodologias, conservado e valorizado. Em suma, Natividade demonstrou que o mosteiro ultrapassa a sua dimensão arquitetónica, espelhando-se num território de profusa diversidade patrimonial, inclusivamente anterior a Cister. Mais tarde, Eduíno Borges Garcia também mostraria o seu interesse por temáticas que não o mosteiro. Contribuiu com alguns importantes trabalhos para evidenciar as características do povoamento antigo em torno da antiga Lagoa da Pederneira e prestou particular atenção ao templo visigótico de S. Gião, no concelho de Nazaré, um dos mais bens conservados exemplos de templo cristão com iconostasis, na Península Ibérica.

É certo que as práticas mais sistemáticas de inventariação e de classificação de imóveis e o acompanhamento arqueológico de obras sugerem um interesse crescente pelo património. No entanto, não se tem passado muito além deste patamar inicial. No domínio do investimento, talvez pela parcimónia de recursos, o esforço dos decisores concentra-se, de forma recorrente, naquilo que se afigura mais perceptível: os grandes ícones, como os Mosteiros Património da Humanidade. De alguma forma, é uma opção compreensível.

No entanto, no caso de Alcobaça, para além da Abadia, existe um vasto legado que lhe confere consistência, mas também com significado intrínseco.

3.1. O património classificado e outros imóveis

O concelho de Alcobaça conta com vinte e três imóveis classificados, dos quais três na categoria de Monumento Nacional (MN), catorze como Imóvel de Interesse Público (IIP) ou Monumento de Interesse Público (MIP), um como Sítio de Interesse Público (SIP) e cinco na categoria de Imóvel de Interesse Municipal (IIM). A União de Freguesias de Alcobaça e Vestiaria, no berço da Abadia, concentra todos os MN, dois IIP e dois IIM. Alcobaça e algumas das freguesias mais próximas constituem o núcleo mais denso. Este facto prende-se com a área de influência mais direta do mosteiro e por Alcobaça ser um burgo monástico. Aqui, existe uma maior densidade de elementos patrimoniais conservados e meritórios de proteção, à luz dos critérios da época em que tiveram lugar as classificações.

Alfeizerão e São Martinho do Porto constituem um segundo núcleo. Em muitos aspetos, estas duas freguesias partilham o seu percurso histórico. De facto, pelo menos até ao século XVI, a Lagoa de Alfeizerão permitia a esta vila, atualmente a dois quilómetros da linha de costa, estar dotada de um porto que podia albergar oitenta navios de longo curso. No entanto, a importância crescente do porto de São Martinho, na centúria seguinte, indicia o assoreamento incidente sobre o de Alfeizerão. É, pois, sintomático que os elementos classificados em Alfeizerão, o castelo e o pelourinho manuelino, correspondam a um momento de maior prosperidade da povoação, como, de resto, acontece em São Martinho, onde os dois palacetes classificados constituem exemplos da próspera estância balnear que aqui se desenvolveu ao longo do século XX.

Outros aspetos, de carácter qualitativo, merecem uma maior atenção. Coz, apesar de contar apenas com a Igreja de Santa Maria classificada como IIP, engloba um contexto monástico cisterciense feminino em fase de redescoberta. Já em 2016, o município promoveu a abertura de um procedimento para elevar o monumento à categoria de MN, categoria amplamente justificada pelo acervo artístico do templo, no qual se destaca a azulejaria setecentista, a talha de estilo Joanino, os caixotões e o cadeiral do coro e, ainda, o trabalho de Josefa de Óbidos (vd. figuras 2 e 3). Coz confere ao concelho de Alcobaça o privilégio de ter dois mosteiros cistercienses, dos quais um dos femininos mais expressivos e ricos do país.



Figura 2. Igreja de Santa Maria de Coz, Painéis de azulejo com cenas da vida de S. Bernardo, na sacristia. Fonte: Fundo Municipal, 2014.



Figura 3. Igreja de Santa Maria de Coz, vista geral do coro. Fonte: Fundo Municipal, 2014.

Do ponto de vista temático, o património classificado é constituído por quatro grandes grupos: a arquitetura religiosa e outras estruturas correlacionadas, a arquitetura militar, os pelourinhos e a arquitetura civil de origem burguesa.

Todos os monumentos nacionais pertencem ao primeiro destes grupos: o Mosteiro de Alcobaça, a Capela do Desterro, a sul da igreja abacial, e, com o seu pórtico radiado de seis pontas e esfera armilar ao centro, de estilo manuelino, a Igreja Matriz da Vestiaria. Apenas esta é de classificação recente (1997).

Nas estruturas correlacionadas com a arquitetura religiosa incluímos, não pelas funções, mas sim pela natureza da propriedade, as grandes estruturas rurais do mosteiro (quintas ou granjas e lagares), das quais sobressaem a Casa do Monge Lagareiro, a Quinta de Vale de Ventos e a Quinta do Vimeiro, estas duas últimas, com processos de classificação caducados.

A arquitetura militar é constituída pelas ruínas de duas fortificações que valem, sobretudo, pelo potencial arqueológico que ainda encerram. O castelo de Alcobaça é fundamental para estabelecer uma cronologia clara que determine se a sua fundação é anterior à da própria nacionalidade. Chegou a ser morada de alguns abades e, nos primeiros tempos da Abadia, serviu de refúgio, nem sempre eficaz, aos monges que pretendiam resguardar-se das investidas sarracenas que ainda se fizeram sentir nos finais do século XII. O aparecimento de materiais datáveis de época romana sugere que outras ocupações antecederam a de época medieval. No caso de Alfeizerão, a maior incógnita reside na possível existência de níveis que confirmem uma ocupação islâmica e que especifiquem a importância daquela fortaleza portuária nessa e nas épocas precedentes. Em tempos de cristandade, pelos portos desta lagoa, exportavam-se madeiras para a construção naval e outras produções desenvolvidas sob a alçada da abadia.

Os pelourinhos de Alfeizerão, Aljubarrota, Alpedriz, Cela, Maiorga e Turquel constituem um grupo muito específico. A classificação de todos eles é determinada pelo Decreto 23 122, publicado no Diário do Governo 231 de 11 Outubro 1933. São testemunhos do tempo em que as vilas dos coutos cujas comunidades tinham frequentes conflitos com a Abadia, sempre empenhada em monopolizar meios de produção como moinhos e lagares, beneficiaram dos forais novos atribuídos por D. Manuel I.

Com exceção da Capela de S. Bento e do solar da Rua Dr. Brilhante, os imóveis de interesse municipal são a expressão da afirmação da burguesia em tempos pós-cistercienses, da segunda metade do século XIX e da primeira do século XX, responsável pelo desenvolvimento industrial, social e cultural da cidade em contexto não monástico. Entenda-se que a ascensão e o florescimento desta classe burguesa muito devem ao contexto precedente. De facto, após a fuga dos monges, o Estado tomou posse das extensas propriedades, retalhou-as e vendeu-as naquilo que terão sido autênticas oportunidades de negócio para os compradores.

Para um só concelho, o conjunto do património classificado é expressivo e revela quatro traços fundamentais do território: a presença e a importância da comunidade monástica cisterciense, a afirmação municipalista das vilas dos coutos, a situação estratégica das fortalezas costeiras e a expressão da burguesia contemporânea, permitindo-nos vislumbrar uma rica realidade histórica que ultrapassa os limites do monumento Abadia *tout court*.

Ainda assim, o património classificado é apenas uma amostragem da diversidade do edificado merecedor de proteção e qualitativa e quantitativamente significativo, no domínio do valor simbólico, histórico e artístico. Na área do concelho, por iniciativa do município, foi registado mais de um milhar de imóveis, dos quais se destacam cerca de centena e meia. Destes, a exemplo do património classificado, existe uma maior incidência de imóveis de sublinhado interesse na cidade de Alcobaça e nas freguesias da sua periferia imediata. Para além dos edifícios setecentistas, alguns associáveis à presença monástica, entre os quais celeiros e ermidas, evidencia-se, na cidade, um conjunto de palacetes de período tardo-romântico que, a partir da segunda metade do século XIX, exprimiram a já referida ascensão da burguesia. Assim,

o pós-cisterciense colhe a sua forte expressão à custa do legado do período precedente, sendo-lhe, por esta via, indissociável.

Um segundo núcleo é definido por São Martinho do Porto, o que, mais uma vez, encontra justificação no grande protagonismo da vila enquanto estância balnear que viu erguerem-se, ao longo do século XX, numerosos palacetes.

Os edifícios de carácter industrial, marca do dinamismo contemporâneo alcobacense, também ganham expressão no atual edifício da Biblioteca Municipal, antiga Fábrica da Alimentícia, e na central hidroelétrica da fábrica de fiação e tecidos.

Do concelho, pelo seu valor histórico e artístico, merecem menção vários templos, como a Igreja de Santiago Maior, em Évora de Alcobaça, localizada no itinerário de um dos caminhos de peregrinação a Santiago de Compostela.

Na sua globalidade, o património não classificado reforça a marca profunda da presença de Cister na região, mas também enfatiza a fase pós-cisterciense, abrindo uma porta à abordagem da contemporaneidade.

A todo este legado, acresce a existência, no concelho, de quatro núcleos históricos: Alcobaça, Aljubarrota, São Martinho do Porto e Coz, este último em fase de proposta. Por fim, à margem dos núcleos bem delimitados, existem unidades de paisagem onde meio ambiente e ação humana se entrelaçam intimamente, destacando-se, pela sua importância histórica, a Lagoa da Pederneira.

3.2. O património arqueológico

A realidade arqueológica do concelho oficialmente apreendida está longe de traduzir o potencial efetivo. Considerando as estações georreferenciadas pelo município e aquelas que se encontram mencionadas no Endovélico, centena e meia de sítios pontua o território. No entanto, as referências bibliográficas remetem-nos para múltiplos sítios cuja confirmação futura exige, em muitos casos, trabalhos arqueológicos que não se compadecem com a mera prospeção de superfície ou com a intervenção oportunística em função de acompanhamentos de obras. De resto, estes últimos são responsáveis pela identificação de muito dos sítios referenciados no Endovélico. Ora, estas identificações, se não devidamente consideradas na sua representatividade relativa, podem mesmo constituir uma imagem errónea da ocupação pretérita do território, isto, por dois motivos fundamentais. Por um lado, muitos dos sítios identificados traduzem ocorrências pouco significativas quantitativa e qualitativamente, podendo a frequência de ocorrências de Época Moderna e Contemporânea constituir uma “máscara” das ocupações anteriores. Por outro lado, os imperativos dos empreendimentos que propiciam os acompanhamentos arqueológicos não seguem uma lógica de investigação própria desta disciplina. Assim, o mapeamento dos vestígios identificados neste tipo de trabalhos não permite a identificação dos padrões de povoamento de facto, mas apenas das tendências que as áreas sobre as quais incidem os acompanhamentos revelam e que não são forçosamente as mais significativas. Neste sentido, apesar da preciosa informação decorrente dos acompanhamentos arqueológicos, a leitura dos padrões de ocupação pretérita do espaço revela-se de forma mais eficaz na prospeção, naturalmente, mas também na leitura propiciada pelos achados fortuitos ou pelos trabalhos direcionados por problemáticas de carácter arqueológico. Nestes casos, sim, tendem a destacar-se os sítios mais expressivos para cada contexto histórico e em função do questionamento do investigador e não as ocorrências que são atravessadas por força das circunstâncias resultantes de obras.

Numa abordagem, ainda que breve, da realidade arqueológica, várias situações se destacam.

Alcobaça e algumas das freguesias mais próximas, Aljubarrota, Turquel e Évora, evidenciam-se, somando mais de 50% dos sítios identificados. A exemplo do património classificado, as razões que explicam este facto estão em relação directa com a presença cisterciense. Mas outras entram em linha de conta. A cidade de Alcobaça tem merecido o interesse de numerosos investigadores, motivado pela existência do mosteiro. Além disso, a presença deste último e do centro urbano que se desenvolveu à sua sombra são razões para que qualquer obra dê lugar à identificação de vestígios. Os sítios da freguesia refletem o mundo medieval e moderno cisterciense, com grande domínio de condutas daquele que foi o já referido sistema hidráulico.

Às restantes freguesias deste núcleo também corresponde uma maior concentração de interesses de investigação, por razões que nada têm de arbitrário. De facto, por aqui se desenvolvem corredores naturais de circulação que mereceram o continuado interesse de comunidades pré e proto-históricas. E foi isso mesmo que Manuel Vieira Natividade revelou, ao identificar dezenas de povoados, ocupações em gruta e de ar livre, designadamente no Vale da Ribeira do Mogo. Do ponto de vista arqueológico, também a influência da comunidade cisterciense é notória. No lugar de Chiqueda, onde a Ribeira do Mogo cede o lugar ao Alcoa, iniciam-se as captações de água da levada e da conduta de água potável, elementos basilares do sistema hidráulico da Abadia. Mas é nos edifícios classificados e em vias de classificação que deveremos procurar o testemunho mais expressivo de Cister, designadamente na Casa do Monge Lagareiro e na Quinta de Vale de Ventos, onde subsistem os níveis arqueológicos ainda por investigar.

Na região de Pataias, no norte do concelho, há motivos específicos para a existência de várias ocorrências. O povoado de Paredes da Vitória, sujeito à erosão costeira, assume, pela sua localização estratégica na linha de costa e pelo seu horizonte cronológico ao longo dos tempos da nacionalidade, uma importância de primeira ordem. Recorde-se que Paredes foi uma póvoa piscatória que recebeu foral de D. Manuel I. Na Lagoa de Pataias, foram constituídas três reservas estratigráficas puramente científicas, na medida em que o estudo dos depósitos lagunares permitirá reconstituir a flora, os ciclos agrícolas e o clima pretéritos. A investigação futura poderá viabilizar a comparação entre períodos anteriores à presença cisterciense e os sete séculos da sua permanência na região. Por fim, os restantes sítios pertencem ao domínio da arqueologia industrial e refletem a exploração de minerais não metálicos e o fabrico de cal, de grande importância na economia local até meados do século XX. Os fornos de cal, alguns deles com elevado valor tipológico, enquadram-se perfeitamente numa dinâmica de valorização da memória da comunidade pataiense.

As freguesias que apresentam uma menor densidade de vestígios não são necessariamente de interesse mais reduzido. Na realidade, os sítios aqui identificados e a aptidão do seu potencial científico para responder a importantes questões deveriam merecer a maior atenção. Na freguesia de Vimeiro, é exemplo o povoado do Castelo, um sítio da Idade do Ferro romanizado que poderia lançar alguma luz sobre o incógnito povoamento do primeiro milénio a. C. na região. Além disso, após adequado estudo e proteção, o acesso público permitiria alargar e diversificar a rede patrimonial/turística. O facto deste povoado se encontrar, do ponto de vista administrativo, repartido pelos concelhos de Alcobaça e de Caldas da Rainha propicia o desenvolvimento de um projeto intermunicipal, perfeitamente integrável nas tendências atuais do investimento em rede.

Alfeizerão, pelo seu antigo porto de mar e pela expressão dos seus sítios arqueológicos, tendo merecido o castelo e a envolvente a classificação de SIP, constitui um núcleo por explorar em todos os domínios. A existência de um extenso *vicus* por nós identificado em prospeção, no lugar

de Ramalheiras, e de uma necrópole romana, em Pedrógão, reforça esta perspetiva. Alfeizerão e S. Martinho eram portos que a Abadia usava assiduamente, mantendo um ativo fluxo comercial. Mas, em Alfeizerão, o interesse acrescido decorre mais do facto deste lugar ser um repositório de conhecimentos para os períodos anteriores à nacionalidade, sobre os quais são mais as fabulações do que os conhecimentos efetivos.

Aliás, a ausência de intervenções arqueológicas de fundo são uma constante em todo o concelho. Das poucas estações escavadas com alguma continuidade, conta-se com Parreitas (BARBOSA, 2008). Trata-se de uma *villa* (FIGUEIREDO, 1999, p. 121) com ocupações até ao século IV. Aqui existem, porém, indícios de ocupações do Calcolítico e da Idade do Ferro ainda não investigados.

Num cenário de uma ampla riqueza científica e patrimonial, mas com um grande *deficit* de investigação e valorização, Coz constitui um exemplo emergente.

É do lugar da Póvoa, nesta freguesia, um mosaico romano de razoáveis dimensões, com motivos geométricos e de inspiração marinha, em depósito no Museu Nacional de Arqueologia desde o início do século XX. Constituiria o piso de um dos compartimentos de uma *villa* datável dos séculos III/IV. No local do achado, conhecido pelo topónimo de Pedrógão, ainda se registam ocorrências de materiais de superfície desse período, justificando-se claramente um programa de sondagens arqueológicas que tracem o perfil desta importante ocupação. A proximidade da Lagoa da Pederneira explica, em boa parte, este assentamento romano, embora seja de crer que, através deste, também se compreendam muitas das estratégias de exploração do território à época, nomeadamente em relação com a *Collipo* romana, sede municipal desta região.

Mas é a presença do mosteiro cisterciense feminino e a atenção crescente que tem merecido que fazem de Coz uma rotura com o modelo de atenção centrado na Abadia de Alcobaça. Com a aquisição, por iniciativa do Município de Alcobaça, de várias parcelas do antigo recinto monástico, foi possível implementar um programa de estudo e de valorização do sítio que começa a dar os primeiros passos. Antigos claustros, as cercas, os arruamentos e o sistema hidráulico já deram sinais da sua presença. Na rua Afonso Barbosa, rasgada por entre as antigas estruturas do mosteiro, foram identificados compartimentos datáveis do século XVII (FIGUEIREDO, 2014). O seu estudo aguarda o dia em uma alternativa viária viabilize a escavação. Na rua de Santa Rita, antiga Rua Direita, a demolição de estruturas incaracterísticas permitiu identificar a matriz da cerca monástica que delimitava o terreiro de acesso à igreja. A sua fundação serviu de base de assentamento a todas as construções posteriores a 1834, momento em que se inicia a ocupação laica do espaço (vd. figura 4). Além da identificação da cerca, a remoção dos elementos arquitetónicos atípicos permitiu reconstituir a área desse antigo terreiro (vd. figura 5), tal como este se encontraria no ocaso da ocupação monástica. Neste momento, Coz aguarda por uma oportunidade de sequência dos trabalhos, agora, em cotas negativas.



Figura 4. Mosteiro de Coz, vista geral, a partir de norte, da fundação da antiga cerca em confrontação com a rua de Santa Rita.
Fonte: António Figueiredo, 2015.



Figura 5. Mosteiro de Coz, vista geral, a partir de sudoeste, do antigo terreiro do mosteiro. Fonte: António Figueiredo, 2016.

Em síntese, embora com uma forte matriz cisterciense, o património arqueológico conhecido revela-se heterogéneo e expressivo. No entanto, subsistem grandes limitações às intervenções de campo para lá da mera identificação de sítios. Por um lado, a parcimónia de recursos afetos à investigação e, por outro, a necessidade de acorrer de forma prioritária às necessidades impostas pela Abadia de Alcobaça não têm permitido sanar essas lacunas.

4. Um novo processo de abordagem

O mosteiro, enquanto âncora, tem sido por nós entendido com um sentido duplo: aquilo que ele é atualmente, um monumento marcante que identifica e projeta a região, e aquilo que ele pode ser, na qualidade de elemento estruturante para o entendimento, a abordagem e a valorização de “todos os patrimónios”, na sua especificidade e nos domínios científico e da cultura em sentido lato. Entre o que é e o que pode ser esta âncora, impõe-se um novo processo de abordagem, no qual seja plenamente assumido que aquela que é uma arma identitária não prescinde do território que a fundamenta. O património cultural reflete-se como um precioso legado, a preservar e a transmitir, porque nele reside o que identifica e constrói a consciência de uma comunidade. Por outro lado, numa sociedade carente de soluções socioeconómicas, este mesmo património representa uma mais-valia com efeitos indutivos de desenvolvimento que requerem, porém, uma conquista de mercados tendo por base critérios de qualidade. Para o desenvolvimento de um projeto integrado de valorização patrimonial, as linhas de força que se impõem passam, desta forma, pelo desenvolvimento simultâneo e coerente da componente científica, da estruturação da promoção cultural e da mobilização de recursos institucionais e financeiros.

A componente científica compreende um leque de opções de custo significativo e continuado, nem sempre de fácil justificação junto dos decisores. No caso em análise, a imensidão do mundo cisterciense e a multiplicidade de sítios arqueológicos conhecidos e “suspeitos” denunciam um

grande vazio de conhecimentos. Das linhas de investigação que se impõe promover, destacam-se:

- a) as ocupações anteriores à Baixa Idade Média, explorando os corredores naturais de circulação de Aljubarrota e de Évora, focalizando a investigação nos povoados proto-históricos como o do Castelo, no Vimeiro, e reconstituindo a ocupação do espaço em torno dos desaparecidos ambientes lagunares;
- b) a integração de uma região individualizada pela Serra de Candeeiros nas estratégias de exploração suprarregional em tempos pré, proto-históricos e na Antiguidade;
- c) a organização cisterciense do território, bem como o reconhecimento da singularidade de cada granja e de cada manifestação local de religiosidade presente em capelas e ermidas. É evidente a importância dos monges de Alcobaça no fomento agrícola. Mas continua por caracterizar a volumosa e constante mão-de-obra especializada, de canteiros e dos mais variados artífices, que dependia das contínuas obras do mosteiro.

Em suma, a investigação histórica e afigura-se fundamental para reconstituir, de forma credível, as relações de solidariedade entre o mosteiro e o território, ao longo de sete séculos, e também para que as épocas precedentes tenham o legítimo lugar de memória. Não se explica também Cister pelas lógicas milenares de exploração territorial, designadamente no respeitante ao uso das antigas lagunas costeiras?

A par da redescoberta do passado, outras áreas científicas devem posicionar-se, designadamente ao nível da conservação e restauro do mosteiro e de outros monumentos e sítios entretanto intervencionados. A concretização de projetos de arquitetura deve, por regra, sujeitar-se aos princípios daquelas disciplinas e ao respeito pelas pré-existências evidenciadas pela investigação, precavendo ímpetos “reformistas” menos esclarecidos. Nestas ações de conservação e restauro incluem-se os projetos de valorização patrimonial que tornam cada elemento visitável, caso de sítios arqueológicos, ou suscetível de afetação a novas funções, designadamente sob a forma de unidades de alojamento e restauração, como poderão ser os casos das antigas quintas cistercienses de Vale de Ventos e Vimeiro, da Casa do Monge Lagareiro e de alguns celeiros.

O próprio mosteiro compreende espaço apto a acolher um alojamento multifacetado, palaciano, para segmentos turísticos sedentos de conforto, ou austero, seguindo uma filosofia monástica despojada que proporcione uma leitura sensitiva do monumento. Em paralelo, aponta-se para a necessidade de implantação de um programa museológico. Dentro de uma estratégia de intervenção integrada, um museu representaria o elemento aglutinador de toda a investigação, o espaço da sua partilha com os públicos e, para estes, o ponto de partida de abordagem do território. Prestam-se a essa função os claustros atualmente vedados ao público, onde alojamento e museu constituem vivências compatíveis. A concretização da componente científica resultaria numa produção credível para o desenvolvimento de projetos de valorização. A criação de oficinas de conservação e restauro e a domiciliação de um museu e de uma unidade de alojamento, devidamente coordenadas com o circuito de visita monumental e com os circuitos de visita territoriais “fora de portas”, motivariam a ocupação adequada de uma área considerável, nos claustros sem utilização.

Na estruturação da promoção cultural incluem-se todas as ações que visam potenciar, do ponto de vista turístico, os resultados da investigação e propiciar uma oferta de qualidade consistente que justifique estadias mais dilatadas. Do mosteiro monumental ao mosteiro enquanto espaço museológico, chegado a este, impõe-se a existência de ferramentas de interpretação do território que constituam convites à descoberta de circuitos locais e regionais, com elementos

visitáveis e suscetíveis de proporcionar momentos de fruição para gostos diferenciados, cruzando várias valências patrimoniais e de lazer: património cultural, natural, etnográfico e gastronómico, entre outros.

Centrando a atenção sobre o património cultural, vários eixos se evidenciam.

Um primeiro é constituído pelo “Corredor Patrimonial do Alcoa”, um extenso território que, a montante do mosteiro, tem como elementos estruturantes o sistema hidráulico cisterciense e o Vale da Ribeira do Mogo, este último, com um ecossistema específico e uma densa ocupação pré e proto-histórica. A jusante, ganham força a cidade e a paisagem arqueológica da Lagoa da Pederneira. A concretização deste corredor é hoje possível, não só pela diversidade patrimonial oportunamente referida, mas também porque, ao longo da última década e meia, a autarquia desenvolveu esforços no sentido de preservar o essencial do sistema hidráulico, através da aquisição de terrenos e de soluções de salvaguarda resultantes de acompanhamentos arqueológicos.

Um segundo corredor patrimonial, eminentemente cisterciense, é definido pelos dois mosteiros, Alcobaça e Coz, permitindo abarcar, neste conjunto, o vasto património artístico e paisagístico das envolventes de Alcobaça, Coz, Aljubarrota e Évora. Com os trabalhos de valorização do conjunto monástico de Coz, também este eixo pode ser uma realidade efetiva.

Um terceiro périplo de valorização patrimonial evidencia o mundo rural cisterciense, com as granjas e os celeiros nos lugares de Vimeiro, Vale de Ventos, Atája, entre outros, e as unidades de paisagem rurais e serranas, onde, neste último caso, o plantio sistemático de oliveira por iniciativa da Abadia permitiu a singularidade de tornar produtiva a agreste paisagem cársica.

As antigas lagoas costeiras, de Alfeizerão e Pederneira, constituem unidades de paisagem arqueológica ainda por evidenciar, requerendo a valorização dos sítios de referência, nomeadamente o conjunto de pequenas fortificações que asseguravam, ao longo de toda a Idade Média, a segurança das suas águas. Numa fase tardia, testemunham a mestria dos monges de Alcobaça em transformar pântanos em férteis várzeas. Neste caso, a ponte com elementos patrimoniais pré-cistercienses é estabelecida naturalmente e conta já com alguns sítios, caso da estação de Parreitas e da Igreja de S. Gião da Nazaré. Todo o restante universo patrimonial carece de atenção aprofundada.

Estes eixos apontam algumas de múltiplas possibilidades a explorar, conferindo consistência a uma “marca” cientificamente sustentada por trabalhos, muitos deles a promover de futuro, que não podem incidir apenas sobre o “Mosteiro – Património Mundial”, mas que nos devem remeter para os “Coutos e gentes de Alcobaça”.

Trata-se de um processo de abordagem complexo, multifacetado e nem sempre evidente, mas essencial à sustentabilidade do Mosteiro e do universo que lhe deu forma.

5. Conclusão

O Mosteiro de Alcobaça é, de facto, uma âncora e, em torno dele, gravita um universo patrimonial que, pelo contexto cronológico ou pela coincidência territorial, lhe é associável. Por outro lado, é hoje claro que o monumento “ícone”, só por si, não se basta para desenvolver uma dinâmica que lhe confira sustentabilidade e beneficie a comunidade e o conhecimento dos “outros” patrimónios que integram um todo.

Impõe-se uma nova abordagem na qual esta “âncora” deixe de ser um elemento isolado, tornando-se, pelo contrário, no motor da valorização de um imenso “navio”, propiciando o processo de investigação em domínios secundarizados, bem como o surgimento de atividades e serviços com maior distribuição territorial, reanimando produções tradicionais e, desta forma, gerando receitas que justificam o investimento continuado na valorização do monumento e do património associado.

Não se pretende que o património se torne diretamente rentável na sua função turística, mas sê-lo-á certamente pelos impactos sobre o território e o restante tecido económico. Rendibilizar o património em benefício da comunidade não é apenas uma forma de dinamização económica. É, acima de tudo, um caminho travesso para operar uma transformação de mentalidades, uma forma de, a longo prazo, fazer sobressair a razão mais profunda para preservar todo este legado: a de se tratar da memória das comunidades, dos traços que as identificam e que as posicionam num mundo global.

O “III Fórum sobre Património Natural, Etnográfico e Arqueológico, Na rota dos Mosteiros Património da Humanidade – Alcobaça, Batalha e Tomar: outros patrimónios a salvaguardar” constituiu uma oportunidade para uma reflexão centrada em Alcobaça e sublinhar que os grandes ícones patrimoniais constituem âncoras, mas que estas são indissociáveis dos territórios que lhes deram forma, seja no domínio do conhecimento científico, seja no campo da valorização patrimonial e das comunidades. Permitiu, por fim, recordar que, em torno destas âncoras, existem “outros” patrimónios merecedores de atenção, não “apenas” por encerrarem conhecimentos científicos ou por serem estruturantes na memória e na identidade, mas também por serem parte das soluções de futuro das comunidades.

BIBLIOGRAFIA

BARBOSA, Pedro Gomes; MOREIRA, Maria da Luz - **Seiva Sagrada, a agricultura na região de Alcobaça, notas Históricas**. 1.ª ed. Alcobaça: Associação dos Agricultores da Região de Alcobaça, 2006. ISBN 989-20-0189-3.

BARBOSA, Pedro Gomes (coor.) – **A região de Alcobaça na época romana. A estação arqueológica de Parreitas (Bárrio)**. 1.ª ed. Alcobaça: Município de Alcobaça, Instituto de Estudos Regionais e do Municipalismo Alexandre Herculano da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2008. ISBN 978-972-99806-4-0.

BONIFÁCIO, Luís - Alfeizerão (notas históricas e arqueológicas). **Estremadura - Boletim da Junta de Província**. Lisboa, 1949, 2ª série, nº 22, p. 359-364.

CASTELO-BRANCO, Fernando - Os portos da enseada de S. Martinho e o seu tráfego através dos tempos. **Anais da Academia Portuguesa da História**. Lisboa, 1975, II série, vol. 23, tomo I, p. 258 – 282.

FIGUEIREDO, António Jorge Ferreira - **Padrões de povoamento antigo na Alta Estremadura – Da Idade do Ferro à Romanização**. 1999. Dissertação de Mestrado em Arqueologia. Acessível na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, Portugal.

FIGUEIREDO, António Jorge Ferreira; CARVALHO, Emanuel – **Mosteiro de Alcobaça. Colégio da Conceição. Relatório de Acompanhamento Arqueológico na Ala Sul do Colégio da Conceição**. 2013. Relatório de trabalhos arqueológicos. Acessível na Direção-Geral do Património Cultural, Lisboa, Portugal.



FIGUEIREDO, António Jorge Ferreira; CARVALHO, Emanuel - **Mosteiro de Alcobaça. Claustro do Silêncio. Relatório de Sondagens Arqueológicas e de Acompanhamento das Obras de Recuperação do Claustro do Silêncio.** 2014. Relatório de trabalhos arqueológicos. Acessível na Direção-Geral do Património Cultural, Lisboa, Portugal.

FIGUEIREDO, António Jorge Ferreira – Cós: resgatar ao limbo um mosteiro e uma comunidade. Primeiros apontamentos. In **Cadernos de Estudos Leirienses**. Leiria: Textiverso, 2014. ISBN 978-989-8044-92-1. 2, P. 61-76.

FIGUEIREDO, António Jorge Ferreira – **Mosteiro de Coz. Relatório de Acompanhamento Arqueológico da Valorização do Espaço Monástico em área de propriedade municipal em Coz – demolição de edifícios (fase 1).** 2016. Relatório de trabalhos arqueológicos. Acessível na Direção-Geral do Património Cultural, Lisboa, Portugal.

GOMES, Saul António (coor.) – **500 anos da Outorga dos Forais do Concelho de Alcobaça por D. Manuel I.** Alcobaça: Câmara Municipal de Alcobaça, 2016, ISBN 978-989-99473-3-7.

NEVES, Manuela – **Alcobaça: Rossio 1820-1936.** Alcobaça: Carpe Diem, 2001, ISBN 972-95689-6-0.

TAVARES, José Pedro – Hidráulica Monástica Cisterciense em Alcobaça. In I JORNADAS DE PATRIMÓNIO E ARQUEOLOGIA DO LITORAL CENTRO, 2001 – **Estremadura Arqueológica.** Leiria: OIKOS – Associação de Defesa do Ambiente e do Património da Região de Leiria, Câmara Municipal de Porto de Mós, 2004. P. 91-144.

DOCUMENTOS ELETRÓNICOS

DIREÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL – Endovélico. Pesquisa de Sítios Arqueológicos do concelho de Alcobaça. [Em linha]. Lisboa. [Consult. 30 de Setembro de 2016] Disponível em <<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios>>

DIREÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL – Pesquisa de de Património Classificado e em Vias de Classificação do concelho de Alcobaça. [Em linha]. Lisboa. [Consult. 30 de Setembro de 2016] Disponível em <<http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/result/?name=&situation=&catprot=&invtema=&type=&concelho=2893&records=10>>

PATRIMÓNIO INDUSTRIAL DOS ANTIGOS COUTOS DE ALCOBAÇA

António Valério Maduro

Instituto Universitário da Maia, CEDTUR/CETRAD
avmaduro@gmail.com



Património industrial dos antigos coutos de Alcobaça

António Valério Maduro

Historial do artigo:

Recebido a 28 de julho de 2016

Revisto a 12 de dezembro de 2016

Aceite a 17 de dezembro de 2016

RESUMO

O complexo industrial monástico indissociável da arquitetura agrária e da distribuição espacial dos frutos da terra encontra-se soberanamente representado nas granjas e quintas que o mosteiro explorava diretamente ou dava de foro. Assim arrecadavam-se os frutos de lavra própria ou de terceiros no âmbito da economia senhorial, transformava-se a azeitona em azeite, as uvas em vinho, os cereais em farinha.

A instalação de unidades industriais para além de considerar a proximidade geográfica da exploração e a facilidade de controlo por parte da instituição que exercia o direito de monopólio, respondia, igualmente, ao critério da energia, tal situação implicava um aproveitamento eficaz das linhas de água que sulcavam o território. A vantagem do motor hidráulico explica que o rio Alcoa, o único curso de água de regime permanente, recebesse os principais assentamentos industriais. Mas nem todas as unidades podiam beneficiar da força das águas, nomeadamente os lagares que estavam adstritos aos olivais que enfeitam a charneca serrana e cuja força motriz dependia do gado de canga.

Entre os finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX assiste-se ao abandono e destruição deste património industrial, em virtude da natural obsolescência tecnológica ou da tomada do seu espaço de implantação por outras indústrias.

Temos como objetivo da presente comunicação analisar algum deste património que se filia na arqueologia industrial em articulação com o espaço e tela agrária que lhe servia de referente. Pretendemos ainda suscitar interesse a uma visita a este património ameaçado, dar-lhe visibilidade e, eventualmente, contribuir para a sua ulterior qualificação.

Palavras-Chave: Cister; Mosteiro de Alcobaça; Património Industrial

ABSTRACT

The monastic industrial complex, which is inseparable from the agrarian architecture and from the agricultural distribution of the fruits of the Earth, was supremely represented in the granges and farms directly explored by the monastery or given as a privilege. This way, they kept the

products of their own cultivation or the ones of the given privileges according to the manorial economy, the olives were changed into olive oil, the grapes into wine and cereals into flour.

The creation of industrial units, besides paying attention to the geographic proximity of the agricultural exploration and the easy control made by the institution which owned the right of monopoly, equally considered the energy criterion which implied a correct use of the waterlines that furrowed the territory. The advantage of the hydraulic engine, explains that the “Alcoa” river, the only permanent watercourse, received the most important industrial settlements. However, not all industrial units could benefit from the water force, namely the oil-presses attached to the olive groves which adorn the moorland mountain and whose motive force depended on cattle yoke. Between the last years of the 19th century and the first decades of the 20th century, this industrial heritage was abandoned and destroyed due to the natural technological obsolescence, or to the occupation of its place by other industries.

Our communication aims to analyze some of this patrimony, which proceeds from the industrial archeology together with the agrarian fields used as a reference. Moreover, we want to promote the interest to visit this threatened heritage, highlight it and, eventually, contribute to its further qualification.

Key-words: Cistercian monastery; industrial heritage

1. Introdução

Entre os séculos XVII e XVIII o senhorio alcobacense conheceu uma profunda transformação agrária que ampliou a renda e modificou a paisagem. Os monges exibem não só um pensamento coeso e estruturado sobre o território, como um notável espírito de iniciativa, de ordenamento e gestão do espaço em áreas culturais, tanto em função das aptidões produtivas do solo e da adaptação cultural das plantas, como da capacidade/incapacidade de regadio, assim como uma superior vontade de mercantilização da economia do domínio senhorial e numa rutura decisiva com os critérios estritos da autarcia. Verifica-se, na realidade, um concerto ente a manutenção de culturas de autossuficiência (dinâmica senhorial) e de mercado (dinâmica capitalista). A inovação manifesta-se não só na adesão a novas culturas, como em novos afolhamentos e rotações culturais, na racionalidade e compasso que acompanha os diferentes frutos da terra, no termo da promiscuidade cultural entre vinhas e árvores de fruto e culturas arvenses de consociação, na plantação de pomares estremes de espinho, pevide e caroço, no aprimorar dos métodos e técnicas de trabalho da terra que permitem suprimir o pousio e alcançar o teto da produtividade do Antigo Regime.

Estes monges agrónomos conduzem a partir das granjas/quintas uma verdadeira revolução cultural aproveitando áreas marginais ao trato agrícola. A capacidade de transformar o espaço selvagem num espaço produtivo tem eco tanto nos cronistas da Ordem, como nos viajantes ilustrados que estanciam na hospedaria monástica. Nestes curtos relatos dá-se conta do estado da arte agrícola no território dos coutos que, por sinal, era evocada como exemplo dado o estado geral de abandono do país. Esta revolução na estrutura agrária não só transforma a paisagem e a respetiva tela cultural, como implica uma política de atracção de gentes para os trabalhos da terra.

Esta nova arquitetura produtiva centra-se nos territórios de fronteira dos coutos. No extenso plaino, que serve de regaço à Serra dos Candeeiros, de características cársicas e povoado por matos e floresta de folhosas, os monges disseminam, a partir de meados do século XVII e ao longo do século XVIII, a cultura da oliveira obedecendo as plantações a um critério de compasso,

de que são exemplos notáveis os olivais da Quinta de Val de Ventos com 60.000 pés e os olivais do Santíssimo das Ataijas com cerca de 18.000 árvores. As carreiras de maior dimensão podiam conter entre uma a duas centenas de árvores. A orientação desta malha quadriculada respondia a critérios climáticos de modo a otimizar o benefício da exposição solar, evitar o ensombramento de umas árvores pelas outras, proteger de ventos dominantes. O traçado simétrico das plantações facilitava os trabalhos culturais, nomeadamente as lavouras de pão e permitia o trânsito de carros de bois para escoar a safra da azeitona. Para dar vazão aos milhares de alqueires de azeitona que resultam das extensas plantações são mandados levantar pelo Mosteiro vários lagares de azeite.

No domínio do litoral, aproveitando as férteis campinas, a planta do milho americano torna-se soberana entrando em consociação com o feijão branco. A difusão do milho maiz nas terras de campo do Valado, Cela e Alfeizerão faz multiplicar as tulhas e arcas de arrecadação, excedente generoso que induz alterações na dieta alimentar dos povos dos coutos e favorece os registos demográficos. Frei Manuel de Figueiredo na resposta às Perguntas de Agricultura dirigidas aos lavradores de Portugal (1787), ao pronunciar-se sobre as produções e consumos da comarca de Alcobaça, refere que “he muito o milho grosso, que as vezes sobe a preço caro, por ser o género, de que mais se sustentão estes povos” (MADURO, 2013:340). O pão dos camponeses passa a ser a broa de milho. O milho também entrava na dieta alimentar sob a forma de sopas (as migas) e papas. O consumo do trigo pelas classes populares restringia-se ao período de espera do milho novo. O novo cereal também passa a entrar na dieta de suínos no período de engorda e amamentação facilitando a estabulação animal.

Com determinação e conhecimento tecnológico o mosteiro manda proceder ao enxugo das terras de campo suprimindo pauis, ao desvio e reordenação do leito dos cursos fluviais, à distribuição por meio de valas e engueiros das águas de rega, com portas de maré e a dragagem da foz do rio da Abadia evita-se o avanço do mar e a salinização dos campos (MADURO, MASCARENHAS; JORGE, 2015). Graças a estas intervenções pesadas de engenharia hidráulica conquistam-se terras para a lavoura e multiplicam-se os frutos. Num arranjo feliz plantam-se florestas de pinho para travar o movimento das areias e os agrestes ventos marítimos, confluência de fatores que poderia levar a perder as culturas. Inovadores por natureza, os cistercienses, a escassos anos de abandonarem a sua casa secular (década de 20 do século XIX), ensaiam a cultura do arroz na Quinta do Campo e de Alfeizerão, cultura que pela fadiga que impunha à terra vai alternar com o maiz em ciclos de dois a três anos (MADURO, 2011:247).

A excelência da organização do espaço agrário tem eco nos relatos de viagem setecentistas e oitocentistas dos estrangeiros. William Beckford, falando das terras de campo, refere que “aquí tudo sorria; cada nesga de terra era aproveitada ao máximo, graças à perfeição e bom uso do sistema lombardo de irrigação. Cada casa era manifestamente um núcleo de industriosa prosperidade, com o seu quintal bem cercado de muros e profusamente embelezado pelas abóboras e melões, com as suas bicas de água abundante, as suas vinhas, figueiras e espaldeiras de romãs” (BECKFORD, 1997:92). No mesmo sentido de desenvolvimento se pronuncia William Morgan Kinsey: “The road hence to the Comarca town of Alcobaça led us through a well-cultivated country abounding with woods and green meadows, and producing large quantities of corn and Great variety of fruits (...) The system of agriculture pursued in this district is excellent, and may be entirely attributed to the superior knowledge of Bernardine brethren in all masters connected with rural economy” (KINSEY, 1829:440).

A vitória do milho grosso produziu transformações culturais assinaláveis no território dos coutos. O novo cereal trouxe para a ribalta a prática do regadio que reforça a colheita das searas, operou transformações assinaláveis nos sistemas e tecnologias de debulha, as eiras redondas trigueiras de piso de terra batido dão lugar às eiras quadrangulares lajeadas importadas do noroeste, o instrumental de debulha também se modifica em vez das récuas de gado e dos

trilhos utilizados no trigo domina o malho ou mangual para percutir as pesadas espigas e soltar o grão, nos cómodos de seca (espigueiros fixos e móveis e telheiros de apoio) e arrecadação (multiplicam-se os celeiros e tulhas para fazer face aos índices de produtividade da planta estimados ente trinta a trinta e dois alqueires por alqueire semeado), dá primazia nos engenhos de moagem às pedras segundeiras (1), reordena a hierarquia na paleta cultural relegando o trigo para segunda posição, assim como os tipos de rotação e consociação com outras plantas e vitima os milhos miúdos (os milhos de passarinho). Por meados do século XIX, os concelhos que pertencem ao distrito de Leiria, não cultivam o milho-miúdo, semeando exclusivamente a variedade branca e amarela do milho grosso (2). Em 1865, a comarca produz 400.000 alqueires de milho (a colheita de trigo só representa 1/5).

2. Património lagareiro e molinológico

O mosteiro exercia, grosso modo, o monopólio sobre os meios de produção (pisões, serrações...) e transformação dos frutos da terra (lagares de azeite e vinho, moinhos de vento e de água). Relativamente à moagem de azeitonas e extração de azeite o foral manuelino de Alcobaça garantia este direito, com a obrigação do Abade mandar reparar e aparelhar os lagares, pois não o fazendo os camponeses podiam dar a moer a sua azeitona noutros lugares. Se os lagares de azeite eram preservados na administração direta, os moinhos de cereais são ordinariamente dados de foro.

Ao contrário dos moinhos de água que laboram em todas as estações, salvo o risco de secas ou de enxurradas, os lagares de azeite iniciam o seu ciclo de laboração no mês de dezembro, podendo, em anos de safra abundante e de condições climatéricas favoráveis à maturação da azeitona recuar este prazo a meados do mês de novembro. O trabalho do lagar dependia de ser ano de safra, entre três a quatro meses e meio, ou contrassafra, entre dois a três meses (3).

O funcionamento do lagar não era igual para todas as unidades, variando consoante a área de olival que lhe estava circunscrita e a capacidade da indústria (número de varas; tração a sangue com gado bovino ou hidráulica...). Quanto à força motriz, a moenda podia ser hidráulica (neste caso, esta indústria associava-se, frequentemente, aos moinhos de água constituindo conjuntos como o da antiga Fervença), de canga bovina, ou em sistema misto, recorrendo ao gado quando a energia das águas não era suficiente para mover as galgas do engenho.

A falta de constância das linhas de água que cruzavam o território dos coutos obrigava a apetrechar os lagares hidráulicos do Mosteiro com moinhos tocados a sangue ou seja por gado de canga. Era o caso do lagar das Antas (Évora de Alcobaça) e do lagar da Laje (Azenha de Baixo, Turquel), cujos engenhos eram acionados pela ribeira das Antas. Esta opção estratégica também foi adotada no lagar da Quinta de Chiqueda (Prazeres de Aljubarrota) (4). Prevenia-se, desta maneira, os entraves para a indústria de ocorrências prolongadas de seca ou de enxurrada.

No caso dos moinhos ao motor hidráulico acrescia a força dos ventos. Mas enquanto na corrente hidráulica era garantida uma constância, o motor eólico era naturalmente imprevisível. O trabalho dos moinhos a vento estava comprometido pelo vento suão que limitava a atividade ao período matinal. A sua laboração restringia-se aos meses de Julho a Outubro. Todas estas limitações secundarizavam estes engenhos que serviam de apoio à moagem nos períodos estivais, nomeadamente quando a rega das novidades subtraía a água necessária aos casais de mós.

Os lagares são instalações amplas, abrigadas do sol e de pé baixo. O piso de terra batida e a cobertura de telha vã contribuíam para manter uma temperatura baixa e uniforme, favorável à conservação da azeitona entulhada e do azeite arrecadado nas talhas cerâmicas e nas pias de



pedra lioz. Independentemente do concurso do motor de água ou de sangue que animava a moenda, as prensas dos lagares do Mosteiro eram todas do sistema de vara. As maiores instalações possuíam oito varas, como é o caso do lagar da Ataija de Cima (5), do lagar da Lagoa Ereira (6) e do lagar da Fervença, ao qual foram acrescentadas duas varas (7). Os lagares que dispunham de mais de quatro varas possuíam sempre dois moinhos. Os moinhos distinguiam-se pela força motriz hidráulica ou animal, pela capacidade de receber azeitona do seu pio, pelo número de galgas (entre duas a quatro), etc.

Idêntica situação de solidez do edificado caracteriza os engenhos de moagem. Os moinhos do mosteiro são construções sólidas de pedra crua ou rebocada com cobertura de telha. Estas unidades destacam-se pelo espaço privilegiado do seu assentamento, pela dimensão do edifício e número de “engenhos correntes e moentes”, mobilizando em média três a quatro casais de mós alveiras e segundeiras. As valas dos moinhos funcionam solidariamente, conduzindo as águas a outros engenhos, como lagares de azeite, assim como, graças a derivações no seu ramal, servem a rega dos campos. A fim de prevenir o ímpeto das águas ou facilitar a sua guarda o leito do rio é servido de açudes que não raras vezes servem de viveiros de peixes e de criação de aves que beneficiam do alimpalho dos moinhos.

Os períodos destinados à limpeza das valas podiam implicar a redução das rendas ou foros. Esta contração da renda também se verificava no período das regas do milho e das hortas que ocorriam de maio a setembro.

A azeitona que não tinha vez no moinho era arrecadada em tulhas de pedra ou madeira, amontoada e salgada. O monopólio do lagar implicava que a azeitona das propriedades monásticas fosse a primeira a ser laborada não se depreciando nas tulhas. Já os cereais, arrecadados secos, esperavam nos celeiros e arcas as necessidades de consumo.

Para fabricar o azeite pagava-se maquia (prestação fixa que representava a dízima do melhor azeite), entre outros encargos, conforme o uso e costume da região, dos quais se contam a entrega de cereais para ração das juntas de gado ao serviço do engenho, de géneros para os lagareiros, de lenha para a caldeira, de azeite para a iluminação do lagar, etc. A estes tributos acrescia o direito senhorial do quinto da azeitona no pé da árvore. Os cereais eram igualmente taxados com o quarto, a dízima, a maquia do moinho.

Para arrecadar o azeite utilizavam-se depósitos de cantaria e vasos cerâmicos. No território dos coutos a olaria era preterida pela pedra (8).

Os foros e rendas dos moinhos estão relacionados com o estado das instalações, o número de casais de pedras moentes, a natureza do curso de água, a localização e a inclusão de logradouros, o que incorpora o pagamento do dízimo das novidades. O foro numa economia debilmente monetarizada implicava a entrega de cereais, leguminosas secas, animais (galinhas, galos capões, carneiros e porcos), alguns géneros, como cera e azeite. O cereal transportado para os celeiros da Ordem devia vir limpo e ser da terra e não de tulha, ou seja, cereal do ano.

Passamos, de seguida, a tratar algum do património industrial que, não obstante o estado de ruína, poderia ser classificado, intervencionado e conservado consoante o parecer e suporte técnico. Este património sobre o qual vou tecer uma breve história de vida podia vir a integrar uma rede de núcleos museológicos estabelecendo uma ponte entre o território e o edificado monástico, situação, aliás, que o projeto não concretizado do Museu dos Coutos de Alcobaça já parcialmente contemplava (FIGUEIREDO, 1996:40-51). Nesta perspetiva reforçar-se-ia a ligação entre o Mosteiro (Património Mundial da Humanidade a partir de 1989) com o antigo território coutado, nomeadamente com o património rústico, condição indispensável para cimentar e fornecer conteúdo à própria narrativa do monumento, ao mesmo tempo que se carrega maior

inteligibilidade e se esclarecem e fortificam os laços identitários e diferenciadores da região de Alcobaça, assim como se gera maior lastro para uma aplicação no terreno de uma economia de matriz cultural alicerçada em torno da marca de Cister.

A obsolescência tecnológica resultou no abandono destas instalações protoindustriais. Assim aconteceu aos lagares de azeite sobreviveram que à derrocada do regime senhorial. A maior parte dos moinhos de cereais foi tomada por novas instalações industriais a fim de se apropriarem do apetecível motor hidráulico, indústrias essas que, por seu turno, também já foram desativadas, como é o caso da Fábrica de Fiação e Tecidos da Fervença. A escassez patrimonial traduz, de facto, a erosão irreversível do tempo, emagrecendo significativamente os elos de ligação que poderiam não só enriquecer o discurso, como balizar a atuação do Mosteiro como eixo central e aglutinador de um corpo patrimonial disperso. Convém, pois, inventariar, classificar e reabilitar este património arquitetónico rural, peças que dão testemunho das infraestruturas produtivas e do aparato tecnológico, assim como da arquitetura económica e social da região, das relações sociais de produção...



Figura1. Casa do Monge lagareiro, Ataíja de Cima, S. Vicente de Aljubarrota. **Fonte:** A Maduro

Começamos pela mais emblemática unidade industrial, a Casa do Monge Lagareiro, a única instalação que abordamos que foi classificada como imóvel de interesse público, o que não impediu o acentuado estado de ruína e degradação. Joaquim Vieira Natividade que ainda muito jovem conheceu a tapada onde se localiza o complexo lagareiro descreve o espaço: “Dentro de uma cerca, na vizinhança da Lagoa Ruiva, erguia-se a vasta edificação com ampla alpendrada em cujas paredes se abriam, graciosamente, os nichos do pombal. Oito varas gigantescas, quatro de cada lado, peso contra peso, ocupavam o primeiro compartimento (21,80 m x 11,10 m). Seguiu-se-lhe a casa dos moinhos (35, 50 m x 9,50 m) com as tulhas para a azeitona, numerosas mas de pequenas divisões, em parte embebidas nas grossas paredes. Os estábulos ocupavam outro compartimento separado. Junto ao lagar, e voltada a nascente, levantava-se a residência do frade-lagareiro, na fachada da qual ainda hoje se veem as armas do Mosteiro, de curioso desenho. No rés-do-chão deste corpo, guardava-se o azeite em grandes pias de pedra” NATIVIDADE, sd:70). A sua implantação está de portas meias com a Lagoa Ruiva, cuja água era

indispensável para abastecer as quatro caldeiras do lagar destinadas à escalda e queima das azeitonas durante a prensagem. A água era aliás encanada para uma casa do poço (9).

Esta unidade industrial será eventualmente coeva do olival do Santíssimo, olival mandado chantar a partir de meados do século XVII. Assegurava-se assim os meios técnicos para lavar a safra do majestoso olival que ao termo de vida do instituto monástico contava com cerca de 18.000 pés (10). Sabemos que o lagar já laborava em 1714 no âmbito de uma sentença da coroa contra os oficiais da câmara da vila de Aljubarrota que tinham decretado proibir que se desfizesse azeitona no lagar (11). O imóvel conheceu reparações no triénio de 1772-1776 segundo consta nas notas da administração do Santíssimo Sacramento do Real Mosteiro de Alcobaça, a quem o imóvel estava adstrito: “Despendi no concerto das cazas de Atahije, lagares, e em cal, jornaes de pedreiros, e carpinteiros, e madeira, tudo por vários preços, trinta e outro mil sento e secenta réis” (12). Outras obras voltam a ser realizadas, nomeadamente “com pedreiros e serventes em vários concertos, portaes novos para o armazém e carroto da cal (...)” (13).

A modernidade das instalações verifica-se na separação entre a área dedicada aos moinhos de sangue (canga bovina) de três galgas, das prensas de vara (acompanhadas pelas oito tarefas de barro terçado para recolher o azeite) e pias que guardam o azeite depois de arrancado às tarefas. O lagar possuía ainda três palheiros (de fora, da entrada e do meio) e estábulos para os animais que serviam nos engenhos e carreavam a azeitona. A casa do monge lagareiro, monge converso que supervisionava as artes de laboração do azeite e a contabilidade do lagar, constituía outro corpo separado do lagar e nos baixos deste imóvel situava-se o armazém de azeite. As condições físicas de excelência que este lagar exibia e que se inscreviam nos ditames da racionalidade dos novos tempos e, claro está, nos conselhos contidos nos tratados agronómicos, nomeadamente do académico Dalla Bella nas suas Memórias e Observações sobre o modo de aperfeiçoar a manufactura do azeite em Portugal (1784) rompiam com o uso e costume. De facto, as instalações lagareiras juntavam usualmente no mesmo espaço engenhos, prensas e depósitos do azeite com evidentes problemas de higiene e salubridade, nomeadamente da convivência do gado junto a tulhas, pias e talhas.

Na atualidade o imóvel está reduzido a um corpo de ruínas da casa denominada do monge lagareiro que ainda exhibe a pedra de armas do Mosteiro. O lagar foi demolido na segunda década do século XX. Numa escritura de empréstimo datada de 1912, como caução da hipoteca faz-se menção das casas e lagar (14). Já na venda deste património rústico, efetuada em 1920, dá-se nota de “uma casa alta de primeiro andar (casa do monge lagareiro) com loja, metade duma arribana e chouso de sementeira no sítio da Lagoa dos Frades ou Quinta (...)”, o que comprova que o lagar já não existe (15).



Figura 2. Lagar das Antas, Évora de Alcobaça. **Fonte:** A. Maduro.

Frei Manuel de Figueiredo referindo os encargos que o Mosteiro tem que suportar com a manutenção das unidades industriais refere o lagar das Antas mencionando ainda que os povos pedem a sua ampliação (16). Esta instalação, eventualmente setecentista, com uma área de (40mx15,50m), dotada de seis varas e três caldeiras que beneficiava do motor hidráulico do ribeiro das Antas, mas o fraco débito do curso de água obrigava a outro moinho tocado por gado



Figura 3. Lagar da Laje, Azenha de Cima, Turquel. **Fonte:** A. Maduro

Este lagar com uma área de (36mx14m) possuía quatro varas e dois moinhos (um hidráulico e outro movido por animais). O lagar da Lage foi remodelado em 1910, altura em que terá sido instalado um engenho de tração animal com três galgas e raspadeira. Nos anos cinquenta ainda trabalhavam as quatro varas do lagar, tendo sido instalada uma prensa hidráulica.



Figura 4. Açude da Fervença, Maiorga. Fonte: R. Rasquilho

Na Fervença, como já mencionámos, tinha o Mosteiro a maior concentração de unidades industriais, nomeadamente três moinhos (que somavam dez casais de pedras) e um lagar de azeite com oito varas (17) que vai ser ampliado com mais duas varas (18). A carta de Foral da vila Maiorga mostra que já existiam os moinhos da Fervença (NATIVIDADE, 1960:69). Iria Gonçalves apenas fala dos Moinhos da Fervença de Baixo e de Cima, o que comprova que o moinho do Meio é posterior (GONÇALVES, 1989:117). Este espaço privilegiado ainda possui engenhos para o fabrico de papel com o aforamento das águas a Manuel Gois (NATIVIDADE, 1885:13). No ano de 1552, o Mosteiro manda assentar o lagar de Azeite, o que demonstra o abandono do fabrico de papel (19). Este lagar sofreu remodelações como se pode observar nas despesas do triénio de 1732-1734 com cabouqueiros que quebraram a pedra para o lagar da Fervença (5.280 réis) e com pedreiros que assentaram as pedras para encanar as águas (20). Para serviço dos moinhos e lagar manda-se levantar um imponente açude e valas, obra que se deve à intervenção do cardeal D. Henrique. Como se pode observar estes moinhos reequipam-se com mós segundeiras ao longo do século XVIII para responder às plantações do milho nas terras de campo, como bem testemunham os contratos notariais ao determinar que as entregas dos respetivos foros sejam exclusivamente em milho (21).

Com a extinção da Ordem em Portugal os bens do suprimido Mosteiro vão a hasta pública, sendo no caso da fervença adquiridos por Bernardo Pereira de Sousa (22). A herdeira, Ana Pereira de Sousa da Trindade, vai dar de aforamento perpétuo (40.000 réis ano), em 1875, o prédio de moinhos e lagar a Joaquim Ferreira D'Araújo Guimarães, com a obrigação do foreiro

estabelecer no prazo de quatro anos uma fábrica de fiação e tecidos, o que irá conduzir à demolição do conjunto (23).



Figura 5. Moinho da Fontinha, Alcobaça. Fonte: R. Rasquilho

Embora não pertencente ao Mosteiro, o Moinho da Fontinha (de duas pedras alveiras e duas segundeiras) constitui outro imóvel a merecer um plano de intervenção. A sessão camarária de 13 de fevereiro de 1837 refere que “se desse de aforamento perpétuo pelo foro anual de 1200 reis o terreno onde Francisco Pereira da Trindade tem feito umas casas que servem de moinhos na Fontinha na rua de baixo” (24). Saliente-se que este proprietário e negociante possui o domínio útil do moinho da Praça, do moinho do Mosteiro, e a propriedade plena da Fontinha (contando no total com 15 pedras correntes e moentes). Para se perceber o valor desta unidade industrial basta referir que num arrendamento celebrado por três anos, em 1842, a renda era de oito moios de pão meado (240 alqueires de trigo e 240 de milho). Este moinho cessou a atividade por volta da década de 50 do século XX, sendo, na altura, designado por moinho da Eupépria, nome da sua proprietária.

3. Conclusão

O património industrial arrolado e contextualizado no presente texto necessita de ser encarado pelos poderes públicos e população como uma marca imprescindível do passado a fim de se conhecerem as dinâmicas sociais, económicas e tecnológicas da região. A rarefação deste tipo de património considerado demasiado tempo como não património ou património menor constitui mais um imperativo para a sua urgente salvaguarda e musealização.

Ao elaborar o historial de vida destas unidades de transformação dos frutos da terra visa-se constituir um ponto de partida para a sua ulterior classificação e requalificação. Este trabalho poderá, eventualmente, contribuir para a elaboração de roteiros de visita aos antigos espaços

produtivos, para dar visibilidade a estes bens patrimoniais e alertar a sociedade civil do seu valor histórico e cultural, assim como da sua potencialidade no âmbito do turismo cultural.

NOTAS

(1) Arquivo Distrital de Leiria, Governo Civil, Atividades Económicas, Agricultura, cx.12 (1876-1912): «Declarações sobre o estado dos moinhos de farinha no concelho de Caldas da Rainha em 1884, dando cumprimento ao Regulamento de 30 de Junho de 1884».

(2) O Leiriense, 190, 7 de maio de 1856.

(3) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Mosteiro de Alcobaça, Livro da Celeiraria, ou da Despesa do R. P. Fr. Paulo de Brito, nº1 (1717-1720), mç.5, cx.132 (Janeiro de 1718-1719-1720; Fevereiro de 1718-1719-1720; Março de 1718); Livro de Despesa do Mosteiro de Alcobaça, nº2 (1729-1732), mç.5, cx.132 (Janeiro de 1730-1731-1732); Livro das Despesas do Convento de Alcobaça, nº5 (1747-1750), mç.5, cx.132 (Janeiro de 1748, 1750; Março de 1749).

(4) Arquivo Distrital de Leiria, Cartório Notarial de Alcobaça, 1ºof., lv.104, 16 de Julho de 1895.

(5) Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, Mosteiro de Alcobaça, cx.2193, fl.498.

(6) A.H.M.F., Mosteiro de Alcobaça, cx.2193, fl.498v.

(7) Dicionário Geográfico (3ª parte, questão 16 – Maiorga); A.N.T.T., Carta de Arrematação 434 A.

(8) Biblioteca Nacional de Portugal, códice 1490, fl.52.

(9) A.D.L., C.N.A., 1ºof., lv.6, fls.7-11, 22 de Outubro de 1901.

(10) A.H.M.F., Mosteiro de Alcobaça, cx.2193, Autos de Descrição dos Bens de Raiz do Mosteiro de Alcobaça, fl.35v.

(11) A.N.T.T., Livro de Privilégios, Jurisdições, Sentenças, Igrejas deste Real Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, Ordem de Cister, Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, Livro 5.º de Sentenças fl.455. Agradecemos esta informação ao investigador Miguel Portela.

(12) A.N.T.T., Livro do Recibo e da Despesa da Administração do Santíssimo Sacramento do Real Mosteiro de Alcobaça, sendo Abade Geral Esmoler Mor Fr. Manuel de Mendonça, nº17 (1772-1828), mç.7, cx.134, fl.7.

(13) A.N.T.T., Livro do Recibo e da Despesa da Administração do Santíssimo Sacramento do Real Mosteiro de Alcobaça, sendo Abade Geral Esmoler Mor Fr. Manuel de Mendonça, nº17 (1772-1828), mç.7, cx.134, fl.20.

(14) A.D.L., C.N.A., 13ºof., lv.5, fls.31-32, 6 de Dezembro de 1912.

(15) Conservatória do Registo Predial de Alcobaça, lv.129, fl.7, 17 de Abril de 1920.

(16) B.N.P., códice 1493, fl.43.

(17) A.N.T.T., Dicionário Geográfico (3ª parte, questão 16).

(18) A.N.T.T., carta de arrematação 434A, registo 3.635.

(19) A.N.T.T, Livro de Privilégios, Jurisdições, Sentenças, Igrejas deste Real Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, Ordem de Cister, Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, Liv. 92, fl. 44v.

(20) A.N.T.T, Mosteiro de Alcobaça – Livro das Obras do Triénio do R. P. Fr. Manuel da Rocha, nº3 (1732-1734), mç.5, cx.132.

(21) A.D.L., C.N.A., 9ºof., lv.4, fls.28-29, 13 de Junho de 1840; A.D.L., C.N.A., 1ºof., lv.1, fl.52, 4 de Agosto de 1840.

(22) A.N.T.T., cartas de arrematação, lv. 434 A, registo 3.632; A.N.T.T., cartas de arrematação, lv.434 A, registo 3.663; A.D.L., C.N.A., 1ºof., lv.3, fls.81-82, 28 de Julho de 1854.

(23) A.D.L., C.N.A., 10ºof., lv.61, fls.55-56, 11 de Janeiro de 1875.

(24) Biblioteca Municipal de Alcobaça, Livros de Acórdãos das Sessões Camarárias, nº6, fls.45-47.

BIBLIOGRAFIA

BECKFORD, William – **Alcobaça e Batalha. Recordações de Viagem.** (Introdução, tradução e notas de Iva Delgado e Frederico Rosa). Lisboa: Vega, 1997.

FIGUEIREDO, Maria Olímpia – Continuar Cister. Conhecer, memorizar, compartilhar os valores patrimoniais dos coutos cistercienses. In **Espaços Adepa 1**, 40-51.

GONÇALVES, Iria – **O Património do Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV.** Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1989.

MADURO, António Valério – **Cister em Alcobaça. Território, Economia e Sociedade (séculos XVIII-XX).** Porto: ISMAI, 2011.

MADURO, António Valério – O Inquérito Agrícola da Academia Real de Ciências de 1787. O Caso da Comarca de Alcobaça. In **Mosteiros Cistercienses. História, Arte, Espiritualidade e Património.** Tomo III, 2013, p.319-354.

MADURO, António Valério; MASCARENHAS, José Manuel de; JORGE, Virgolino Ferreira – A Construção da Paisagem Hidráulica no Antigo Couto Cisterciense de Alcobaça. In **Cadernos de Estudos Leirienses 4**, 2015, 29-60.

NATIVIDADE, Joaquim Vieira – As Granjas do Mosteiro de Alcobaça. In **Obras Várias II**, Alcobaça, sd.

NATIVIDADE, Manuel Vieira – **O Mosteiro de Alcobaça (Notas Históricas).** Coimbra, 1885.

NATIVIDADE, Manuel Vieira – **Mosteiro e Coutos de Alcobaça.** Alcobaça, 1960.

TERENO, Maria do Céu – Breve notícia sobre o antigo lagar dos frades da Ataíja de Cima. Separata da revista **Cistercium**, julio septiembre, 2001, 224, A: LIII.



OS ADMINISTRADORES DA FÁBRICA DO JUNCAL E A REAL CASA DA NAZARÉ

Maria Filomena Costa Coelho da Silva Martins

Professora de História aposentada e investigadora

2480-389 Juncal (Porto de Mós) Portugal

filomena.martins@outlook.pt



Os Administradores da Fábrica do Juncal e a Real Casa da Nazaré

Maria Filomena Costa Coelho da Silva Martins

Historial do artigo:

Recebido a 09 de dezembro de 2016

Revisto a 15 de dezembro de 2016

Aceite a 19 de dezembro de 2016

RESUMO

A Fábrica do Juncal foi fundada em 1770 e laborou durante mais de um século produzindo louça utilitária e decorativa bem como azulejos.

A decoração da louça viria a distinguir-se das demais devido à originalidade na decoração sendo mesmo conhecida como “maneira do juncal”.

A qualidade e o prestígio alcançado valeu-lhe uma distinção da Rainha D. Maria I que lhe concedeu o título de Real Fábrica do Juncal.

Entre os clientes contaram-se igrejas e mosteiros da região bem como casas senhoriais, entre eles a real Casa da Nazaré.

Esta instituição, ao longo dos anos e, nomeadamente no final do século XVIII e início do século XIX, foi fazendo obras de vulto, quer no santuário, que no palácio real e casa do administrador como em casas destinadas aos festeiros que vinham com os círios por altura das festas de N^{ra}. Sr^a da Nazaré.

A Real Casa da Nazaré teve durante longos anos relações próximas com a Real Fábrica do Juncal. Nos primeiros tempos da fábrica, os seus administradores recorreram à Real Casa da Nazaré para pedir dinheiro emprestado para custear obras diversas; esta, por sua vez, comprou em diversas ocasiões azulejos e louça para as dependências que dela faziam parte.

Palavras-chave: Real Casa da Nazaré, Fábrica do Juncal, Azulejos, Louça

ABSTRACT

The Factory of Juncal was founded in 1770 and produced decorative earthenware, dishware and tiles for more than a century.

The decoration of the earthenware become known as “the Juncal way of painting” due to its originality.

The quality and prestige achieved, lead to the concession from Queen Mary I to the factory of the distinct title of Royal Factory of Juncal

Churches, monesteries and manorial houses in the region were found among its customers namely the Royal House of Nazaré.



This institution made several renovations along the end of the XVIII and beginning of the XIX centuries in the sanctuary, the royal palace, the administrator's house as well as in the houses meant to festivity sponsors who come with pilgrims at the time of the festivities dedicated to the Lady of Nazaré.

The Royal House of Nazaré developed a relationship close to the Royal Factory of Juncal during early period of the factory its administrators appealed to the Royal House of Nazaré to lend money to finance some renovations at the factory while the Royal House of Nazaré bought tiles and earthenware to the several houses belonging to its Heritage.

Key-words: Royal House of Nazaré, Factory of Juncal, Tiles, Earthenware

1. Breve História da Fábrica

A Fábrica do Juncal foi fundada em 1770, por José Rodrigues da Silva e Sousa, natural dos Milagres (Leiria) mas descendente de artistas juncalenses que trabalharam em Mafra e no Santuário do Senhor Jesus dos Milagres.

Numa época em que o incentivo à produção nacional foi incrementada pelo Marquês de Pombal, a indústria de cerâmica tinha no Juncal um local privilegiado para se desenvolver já que era uma excelente zona de argilas a que se juntavam as condições de escoamento dos produtos pois se encontrava próximo da Estrada Real que ligava Lisboa ao Porto. Localizada, segundo documentação da época, na Rua da Carreira da Vila, a fábrica funcionou, inicialmente, em barracões provisórios tendo-se desenvolvido progressivamente com a construção de novas instalações.

No único livro de matrícula conhecido, o registo dos empregados data de 1778 onde se destaca José Luís Fernandes da Fonseca que, tendo muito provavelmente trabalhado nas oficinas do ceramista Briosso, veio de Coimbra para o Juncal para "...benefício da fábrica e fazê-la manobrar" (1). Com este artista, que viria a ser o administrador da Fábrica, foram introduzidas novas influências e novas técnicas na decoração. A maneira clássica e erudita deu lugar à chamada "maneira do Juncal" mais simples nas formas e na decoração e inspirada na flora local. Relativamente ao azulejo, ele seguia os modelos da época, apesar de ter algumas particularidades. São ainda hoje belos exemplares a maior parte dos azulejos que decoram as Igrejas do Juncal e dos Milagres, uma escadaria do Santuário de N. Sra. da Nazaré e outras capelas da região.

Em 1782, consciente da importância que a fábrica atingira, José Rodrigues da Silva e Sousa dirigiu à rainha D. Maria I uma petição para usar as Armas Reais por cima da porta da fábrica, graça que lhe foi concedida em 28 de setembro de 1784, passando a denominar-se como Real Fábrica do Juncal.

Durante as Invasões Francesas, como é sabido, o país sofreu grande destruição sendo toda a região largamente afetada e a fábrica foi destruída.

Em 1811, José Rodrigues voltava a reconstruir tudo de novo, fazendo sociedade com José Luís Fernandes da Fonseca, já administrador e casado com uma sobrinha do primeiro.

Por morte de José Rodrigues, em 1824, a fábrica passou para a posse do seu sócio José Luís Fernandes da Fonseca.

A Fábrica pertenceu ainda a mais duas gerações da família tendo sido administrada por Bernardino da Fonseca e depois por seu filho José Calado da Fonseca que viria a encerrá-la no ano de 1876 para se dedicar à atividade agrícola já que possuía grande número de propriedades.

2. As relações entre os administradores da Fábrica e a Real Casa da Nazaré

A Fábrica foi construída de forma faseada tendo o seu fundador recorrido a empréstimos diversos para custear as obras. Uma das entidades credoras foi a Real Casa da Nazaré. Ele próprio o refere em memórias que deixou registadas:

...também paguei a Real Casa de N^a Sr^a. De Nazareth que por morte de m^a 1^a mulher se lhe devia de creditos atrasados de sete anos e sete meses... 30 495 rs

Destratedei e paguei a d.^a Real Casa o d^o juro, que havia mais de 34 anos se tinha feito por cujo destrato paguei 80 000 rs (2)

Mas as relações do administrador da Fábrica com a Real Casa da Nazaré não se limitaram ao recurso a empréstimos; decerto pelo prestígio alcançado, nomeadamente com a distinção concedida pela rainha D. Maria I, as encomendas daquela Real Casa foram-se sucedendo.

A primeira encomenda de que demos conta reporta-se a 28 de Abril de 1802 e refere-se à compra de azulejos para a Casa da Administração.

Despenderão mais os ditos Rd^{os} Mordomos no fim desta lauda assignados em moeda de metal a quantia de trinta e oito mil, setecentos e doze reis -----

Com que satisfizeram a José Rodrigues da Silva e Sousa da Fabrica de Louça do lugar do Juncal, termo de Porto de Moz, mil, seis centos outenta e dous azulejos que venderão para as casas da Administração à razão de dous mil e trezentos reis o cento e lhes mandarão fazer D.^{or}Dez.^{or} D. José Maldonado Menistro que foi desta Real Casa. E de como recebeo a dita quantia assignou por ele marciano Fortunato mestre carpinteiro da mesma Real Casa comigo escrivão

(seguem assinaturas) (3)

Segundo testemunhos orais, tratava-se de uma casa senhorial, com belas salas com silhares de azulejos e rico mobiliário.

Segundo testemunhos orais, nos anos 80 do século passado, foi destruído todo o interior do edifício, os azulejos foram para entulho e muitos objectos, entre os quais de mobiliário foram queimados no quintal. O objectivo era edificar o atual lar de idosos (**vd. Figura 1**)



Figura 1. Casa do Administrador, atual Lar de idosos da Confraria de N. Sra. da Nazaré.
Fonte: Fotografia de Júlio Martins

Segundo documentação da época, a Família Real deslocava-se com alguma frequência à Nazaré em visita ao Santuário. Por ocasião de uma dessas visitas, em Agosto de 1806, surge a referência a um nova encomenda, desta vez de uma remessa de louça para preparar a visita do príncipe Regente, D. João:

Despenderão mais mil e seiscentos reis com que satisfizeram a José da Fonseca fabricante de louça do lugar do Juncal, termo de Porto de Moz a louça que consta da sua cartilha (?) que fica no Carthorio e venderão para esta Real Casa necessária para a vesita do Principe Regente Nosso Senhor na Casa da Administração em Agosto deste ano. E de como tenho a dita quantia assigne e eu escrivão aqui por ele e ditos Rd^{os} Mordomos...

(seguem assinaturas) (4)

O facto de se fazer uma compra de louça à Fábrica do Juncal para receber uma personalidade ilustre denota a confiança na qualidade dos produtos que eram encomendados.

De referir que, desta vez, é nomeado José da Fonseca que já seria, um colaborador da confiança do proprietário.

Em 8 de Outubro de 1809, surge nova encomenda à Fábrica do Juncal, desta vez de azulejos:

Despendero o Rdo Mordomo Cypriano Ribeiro de Abreu no fim desta Lauda assignado, em moedas de metal sinco mil outo centos e doze reis com que em Agosto deste ano satisfizerao a José Rodrigues da Silva e Sousa do Juncal, termo de Porto de Moz, dous mil, setecentos e sincoenta e dous reis de outenta e seis azulejos que venderão para esta Real Casa como se vê de uma cartilha de conta(?) que ficão no Carthorio... (segue na mesma nota compra de cal e assinaturas) (5)

Embora não haja qualquer referência ao local a que se destinavam os azulejos, tudo leva a crer que se trata dos azulejos que preenchem os rodapés de uma escadaria de acesso à sacristia do Santuário de N. S.^ª da Nazaré onde ainda se encontram, apesar de faltarem alguns e outros se encontrarem estalados ou partidos. (vd. **Figura 2.**)



Figura 2. Rodapé da escadaria de acesso à sacristia do Santuário de N. S.^ª da Nazaré. **Fonte:** Fotografia de Júlio Martins

Curiosamente, na Capela da Memória, toda ela forrada a azulejos, pode ver-se algumas lacunas preenchidas com azulejos da tipologia dos acima referidos (vd. **Figura 3.**) o que leva a pensar que terão sido ali colocados aleatoriamente sem o cuidado de os repor no devido local.



Figura 3. Pormenor de uma parede da Capela da Memória com azulejos do Juncal. **Fonte:** Fotografia de Júlio Martins

Segue-se um período de vários anos em que não se dá conta de qualquer encomenda e que coincide com o período das Invasões Francesas em que, como foi referido, a Fábrica foi largamente danificada.

Mas, em Outubro de 1820, surge nova encomenda de louça e que se destinava a uma casa de festeiros; na época, era usual haver casas anexas ao Santuário que albergavam os peregrinos dos círios que vinham à Nazaré por altura das festas em honra de N. S.^a da Nazaré:

Despenderão mais os ditos Mordomos nove centos e secenta reis

Com que satisfizerão a louça que veio do Juncal para a casa dos festeiros de Queluz como consta no documento 80...

(seguem assinaturas) (6)

Em 1824, morreu o fundador da Fábrica do Juncal. Apesar de já não ser ele o administrador, esta unidade fabril continuava a fornecer a Real Casa da Nazaré, podendo ver-se o registo de uma significativa encomenda de louça (**vd. Figura 4.**) em Setembro de 1832:

Despenderão mais os ditos mordomos mil novecentos e secenta reis com que satisfizerão o custo de cinco dúzias de pratos piquenos, huma dúzia deles grandes, e meia dúzia d'elles sopeiros da fabrica do Juncal, como consta do documento nº 215

(seguem assinaturas) (7)



Figura 4. Prato Real Fábrica do Juncal. Fonte: Coleção particular.

Embora não haja referência ao destino a dar a esta encomenda de louça, poderia destinar-se ao Palácio construído para acomodar a Família Real quando esta vinha em peregrinação, havendo registos de visitas régias coincidentes com a época a que se reportam as compras de louça ao Juncal.

3.Nota Final

A Real Fábrica do Juncal teve no final do século XVIII e primeira metade do século XIX uma projeção digna de destaque a avaliar pelas regalias concedidas ao seu fundador, com foi o caso da autorização de usar as armas reais ou o título de Monteiro mor de Vila de Rei.

Por outro lado, os grandes clientes da Fábrica eram os mosteiros da região como o de S. Francisco de Leiria, dos Agostinhos de Porto de Mós, o de Alcobaça ou do Lourçal ou ainda as casas senhoriais de que se destaca a Real Casa da Nazaré e igrejas como a da Mendiga, Juncal e Milagres.

As peças da Real Fábrica que ainda existem fazem parte dos acervos de museus ou de colecionadores sobretudo porque a sua decoração, pela sua originalidade se distinguiu de todas as outras provenientes de fábricas da mesma época.

NOTAS

- (1) Arquivo Distrital de Leiria (=ADL), Fundo Casa Calado, *Livro de Matrícula, folha 2*
- (2) ADL, Fundo Casa Calado, MF003, *Memorando de José Rodrigues da Silva e Sousa*
- (3) *Arquivo da Real Casa da Nazaré, atual Confraria de Nossa Senhora da Nazaré (AHCNSN), caixa 27, livro 1, folha 163 verso*
- (4) *AHCNSN, caixa 27, livro 1, folha 282 verso*
- (5) *AHCNSN, caixa 27, livro 2, folha 47 verso*
- (6) AHCNSN, caixa 28, livro 1, folha 8 verso
- (7) AHCNSN, caixa 28, livro 1, folha 282 verso

BIBLIOGRAFIA

FIALHO, José Jorge, et. al. - **Santuário da Senhora da Nazaré. Apontamentos para uma cronologia (de 1750 aos nossos dias)**, Nazaré, Edições Colibri/ Confraria de Nossa Senhora da Nazaré, 2002, depósito legal nº 186 182/02

MARTINS, Maria Filomena Silva- **Azulejos do Juncal**, S.I. Editorial Diferença, 1997, ISBN 972-8393-03-2

MANUSCRITOS

Livros de despesas da Real Casa da Nazaré, caixas 27 e 28, acessível no Arquivo da Real Casa de Nossa Senhora da Nazaré atual Confraria de Nossa Senhora da Nazaré, Nazaré, Portugal

Livro de Matrícula da Fábrica do Juncal, [Manuscrito], acessível no Arquivo Distrital de Leiria, Leiria, Portugal, Fundo Casa Calado, MF003

SOUSA, José Rodrigues da Silva- **Memorando** [Manuscrito], acessível no Arquivo Distrital de Leiria, Leiria, Portugal, Fundo Casa Calado, MF003

SOUSA, José Rodrigues da Silva- **Petição à Rainha D. Maria I e respectivo despacho** [Manuscrito], acessível no Arquivo Distrital de Leiria, Leiria, Portugal, Fundo Casa Calado, MF003

Mosaico



CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS
OS DEPÓSITOS PÚBLICOS E O APARECIMENTO DA JUNTA
DO CRÉDITO PÚBLICO

Joaquim Pombo Gonçalves

Caixa Geral de Depósitos, Gabinete de Património Histórico, Lisboa;

joaquim.pombo@cgd.pt

Helena Real Gomes

Caixa Geral de Depósitos, Gabinete de Património Histórico, Lisboa;

helena.real@cgd.pt



Caixa Geral de Depósitos

Os Depósitos Públicos e o aparecimento da Junta do Crédito Público

Joaquim Pombo Gonçalves
Helena Real Gomes

Historial do artigo:

Recebido a 09 de dezembro de 2016

Revisto a 15 de dezembro de 2016

Aceite a 19 de dezembro de 2016

RESUMO

A apresentação que se segue pretende promover uma reflexão sobre a instituição Caixa Geral de Depósitos (CGD) e seus antecedentes. A Junta do Crédito Público (JCP) foi uma instituição de grande importância e o propósito da sua constituição nasce da necessidade de reorganizar as finanças públicas. Pretende-se, assim, recuar no tempo de forma a compreender-se a origem da Junta e a sua funcionalidade.

É fundamental compreender o contexto em que a CGD é criada e de que modo foi administrada. A Junta foi a instituição gestora da “jovem” Caixa, criada em 1876. Como instituição credível e da maior confiança do Estado, a JCP conduziu a instituição bancária nos seus primeiros passos.

Os depósitos públicos são de extrema importância por reunirem os dinheiros nacionais, e mais, porque são os depositários dispersos que era emergente reunir numa só instituição. A Caixa será a herdeira destes cofres (depósitos públicos, arcas orfanológicas e juízos) e será a instituição que constituirá o ponto de partida para o surgimento de um conceito de Banco do Estado.

A importância da história da CGD é inquestionável para o estudo da economia portuguesa, sendo da responsabilidade do Gabinete Património Histórico, a preservação da sua memória.

Palavras-Chaves: Caixa Geral de Depósitos, Depósitos Públicos, Finanças Públicas, Junta do Crédito Público.

ABSTRACT

The presentation that follows is an introduction to Caixa Geral de Depósitos (CGD) and its history. The Junta do Crédito Público (JCP) was an institution of great importance and its creation stemmed from need to reorganize the public finances. It is our intention to step back in time in order to understand the origin of the JCP and its mission.

It is essential to understand the context in which the CGD was created and how it was administered. The JCP was the managing institution of the recently created Caixa (1876). As a credible and trustworthy institution, the JCP was responsible for overseeing the bank's early days.

Public savings are of extreme importance as they make it possible for national funds to come together, and more so because they enable dispersed depositors to be assembled in a single institution. Caixa will not only inherit this wealth (public savings, etc.) but will also become the corner stone of the concept of State Bank.

The history of CGD is of great relevance to the study of the Portuguese economy and it is the responsibility of the Office Historical Heritage to preserve this memory.

Key-Words: Caixa Geral de Depósitos, Junta do Crédito Público, Public Deposits, Public Finances

1.A Génese

Com o surgimento de um surto de peste na cidade de Lisboa em 1518, D. Manuel I (1469 – 1521) implementou o conceito de “depósito público” com a criação da instituição Depósito da Cidade.

Definido em Carta Régia de 24 de outubro de 1519 (1), o Depósito da Cidade tinha por função a recolha dos objetos e valores penhorados (cabedais, moedas, joias, peças de ouro, prata, roupas, ornatos de casa, penhoras e embargos), competindo-lhe, também, a gestão dos bens dos órfãos (2).

Seria o início de uma política de participação ativa do Estado na gestão das finanças públicas através da criação dos *depósitos obrigatórios*, os quais resultavam dos dividendos da aplicação de ordens judiciais.

Na sequência do aparecimento dos *depósitos obrigatórios*, D. Sebastião (1554 – 1578), através de Carta Régia de 16 de setembro de 1568, fundou o Depósito da Corte e Casa da Suplicação que passou a deter a gestão desses depósitos (estando na origem do aparecimento da Junta do Depósito de Lisboa).

2.As alterações das políticas financeiras

No século XVIII verificou-se uma maior intervenção do Estado nas necessidades sociais, participações através de investimentos na aquisição de bens públicos, tendo sido definidas políticas de obtenção de receitas que vieram a constituir um meio de financiamento a essas necessidades (3).

Uma das medidas implementadas foi a criação, pelo Marquês de Pombal, da Junta do Depósito Público de Lisboa (Alvará de 21 de maio de 1751), decisão que marcou o início de uma nova política financeira, resultando no reforço da administração pública e tendo como consequência a extinção do Depósito da Corte do Depósito da Cidade e a integração dos seus serviços naquela Junta (4).

Refira-se, no entanto, que até este período não existiu qualquer referência à pretensão de criar de um banco do Estado, com exceção de algumas diretrizes definidas pelo Alvará de 26 de Março

de 1757 relativas à aplicação de fundos na Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão. Esta foi criada pelo Marquês de Pombal, com o objetivo de controlar a atividade comercial do Estado naquelas regiões do Brasil, a fim de fortalecer a prática do mercantilismo no reino.

O surgimento da Junta do Depósito Público de Lisboa permitiu ao Estado desenvolver uma política inovadora de reforço da administração pública, encontrando-se vocacionada para a receção dos *depósitos obrigatórios* (5), mas, também, de *depósitos voluntários* (6).

Não possuindo características de entidade bancária, a Junta funcionava como um depositário que prestava serviço ao depositante (pago por este). Neste contexto, os valores (dinheiro líquido, ouro, prata lavrada ou pedras preciosas) eram apenas depositados e não implicavam qualquer aplicação ou rendimento de juros.

la surgindo a necessidade de criar uma instituição bancária de carácter idóneo que alcançasse a confiança dos depositantes, com regras e normas estratificadas enquadradas na lei.

Esta necessidade tornou-se mais premente tendo em consideração as medidas implementadas para a reconstrução da cidade de Lisboa, após o terramoto de 1755, entre elas a criação de um cofre por cada bairro que, gerido pela Junta do Depósito Público de Lisboa, tinha por objetivo arrecadar os valores resultantes dos terrenos comprados para as novas construções, atividade registada nos livros de *entrada e saída* dos cofres e nos livros de *caixa*, ou *razão* (7).

No âmbito da política financeira adotada neste período, e com vista a colmatar a *dívida interna* e a *externa*, o Estado procedeu à venda de *padrões de juro* (*títulos de dívida pública*), utilizados frequentemente como papel-moeda, iniciativa que visava suprir o *défice* e enfrentar as exigências públicas.

Nesta linha, foi criada a Junta de Administração de Empréstimos (Alvará de 13 de março de 1797) a qual se destinava a *arrecadar e administrar os fundos consignados á dotação para pagamento de juros e amortização de títulos de dívida publica* (8). A denominação seria alterada para Junta dos Juros dos Reais Empréstimos (Alvará de 2 de setembro de 1801) com o objetivo de gerir as *somas obtidas por empréstimo e recebedores e claviculários das somas destinadas ao pagamento dos juros* (9).

3.A Junta de Crédito Público

Foi no decurso da década de 1820 que o sistema financeiro português se afirmou de uma forma decisiva.

A reformulação da política financeira nacional e a centralização do controlo financeiro, ficaram patentes na Constituição de 1822:

Art.º 231 - *Todos os rendimentos nacionais entrarão no tesouro público (...);*

Art.º 232 - *A conta da entrada e saída do tesouro público, bem como a da receita e despesa de cada um dos rendimentos, se tornará e fiscalizará na contadoria do tesouro, que são reguladas por um regimento especial;*

Art.º 229 - *(...) haverá um Contador de fazenda, nomeado pelo Rei sobre proposta do Conselho de Estado (...);*

Art.º 231 - *Ao Tesoureiro-mor se não levará em conta pagamento que não for feito por portaria assinada pelo Secretário dos negócios da fazenda (...);*

Art.º 234 - *Ao Governo compete fiscalizar a cobrança doas contribuições na conformidade das leis.*

A criação do Banco de Lisboa (31 de dezembro de 1821) refletiu esta linha de orientação financeira, pois foi-lhe atribuído o direito de receber depósitos, conceder empréstimos e emitir notas. Esta disposição (Decreto de 4 de abril de 1823) impôs a obrigatoriedade dos depósitos em dinheiro, que eram realizados na Junta do Depósito Público de Lisboa, em passarem a ser efetuados no Banco de Lisboa.

As tentativas de gestão por parte do Estado, foram uma constante dos governos do século XIX através da imposição de sucessivas iniciativas, sendo disso exemplo o Decreto de 16 de maio de 1832 que extinguiu a Junta dos Juros dos Reais Empréstimos (10) e criou a Junta do Crédito Público (11).

Mas a recém-criada Junta do Crédito Público não teve um início de existência isento de alterações, pois a mesma foi dissolvida tendo, no seu lugar, sido nomeada uma Comissão Interina (Decreto de 13 de março de 1834), entidade a quem foram entregues todos os livros e documentos que constituíam o Cartório dos Próprios da Nação, contratos relativos a empréstimos nacionais e estrangeiros, ficando esta obrigada a realizar o pagamento dos seus juros (Portaria de 14 de abril de 1835).

No entanto, nas Cortes Gerais realizadas em 15 de julho de 1837, foi tomada a decisão definitiva de criar a Junta do Crédito Público, tendo em 5 de outubro desse ano sido dissolvida a Comissão Interina existente. **(vd. Figura 1.)**

Constituída por cinco membros (um eleito pela Câmara dos Deputados, dois nomeados pelo Governo e dois eleitos (...) *pelos individuos que recibessem annualmente da mesma junta 500\$000 réis ou mais de juros de titulos de divida publica (...)* Serviriam pelo tempo de uma legislatura e o presidente era nomeado pelo governo de entre os membros das mesma Junta), competia-lhe arrecadar e gerir os fundos destinados ao pagamento dos juros e amortizações da totalidade da dívida consolidada de Portugal (12) e, a partir de 9 de novembro de 1841, também a administração da dívida externa fundada.



Figura 1. Selo Branco Junta do Crédito Público Caixa Geral de Depósitos. Fonte: Os Autores.

Apesar das iniciativas, o problema de gerir os destinos financeiros portugueses ganhava dimensão. Mais do que uma questão económica era, também, um interesse político.

A Lei de 8 de junho de 1843 alterou a composição dos órgãos diretivos da Junta do Crédito Público (os cinco membros a serem eleitos: um pela Câmara dos Pares, um pela Câmara dos Deputados, dois por juristas e um pelo Governo), deixando de ser suas atribuições a cobrança de impostos e a gestão do papel selado, responsabilidades que transitaram para o Tesouro Público, passando a ficar sujeita a uma dotação anual paga pelas Alfandegas de Lisboa e do Porto e pelos valores associados ao contrato do Tabaco.

O objetivo de centralizar as cobranças dos rendimentos públicos, foi transversal aos vários governos deste período. A fundação do Tribunal de Contas, em 10 de novembro de 1849 (13), surgiu como um elemento fulcral para alcançar esse objetivo. Era definida como uma *Instituição necessária em qualquer Governo regular, qualquer que seja a forma e princípio da sua constituição (...)* (14), encontrando-se no âmbito das suas funções, fiscalizar as ordens de pagamento das despesas através de um “visto prévio” (Regulamento da Contabilidade Pública de 1881).

A década de 70 do séc. XIX caracterizou-se pelo surgimento de um número acentuado de instituições bancárias em Portugal, antecedidas pela fundação do Banco de Portugal (1846) e do Banco Nacional Ultramarino (1864). Esta situação resultou na dinamização e incremento de valores depositados, expandindo-se até à crise bancária de 1876 (a qual provocou o encerramento de muitos dos bancos existentes e a regressão dos depósitos efetuados).

A difícil situação económica que se fazia sentir em Portugal era generalizada e a dívida pública resultante dos empréstimos internos e externos contraídos pelo Governo para fazer face às necessidades públicas impunha-se como um problema a carecer de solução. Disso é exemplo a

política de fomento (15) dos governos da Regeneração, a qual causou um agravamento das despesas do Estado devido ao elevado volume de obras públicas.

Impunha-se a necessidade de criar um banco de cariz público que representasse um incentivo ao crédito.

Assim, em 1870 e por iniciativa de Anselmo José Braamcamp, ocorreu a primeira tentativa de proposta de lei para criar uma “caixa de depósitos”. No entanto, esta pretensão não obteve parecer favorável pois, algumas das atividades que lhe seriam inerentes, colidiam com funções já atribuídas ao Banco de Portugal. Refira-se que o banco central detinha a gestão dos depósitos anteriormente efetuados na Junta do Depósito Público de Lisboa e do Porto, conforme consta no *Relatório e Projecto de Reforma do Depósito Público de Lisboa* (21 de dezembro de 1868).

Em 1876 (Carta de Lei de 10 de abril) foi criada a Caixa Geral de Depósitos, administrada por intermédio da Junta de Crédito Público, e tinha como efeito, conforme definido no seu Art.º 14 *Logo que as disposições da presente lei estejam em completa execução ficam extinctas as juntas dos depositos publicos de Lisboa e Porto, e bem assim os respectivos juizos das praças dos leilões.*

No entanto, as alterações nas políticas financeiras mantinham-se e a Junta de Crédito Público sofreu uma nova reestruturação (Decreto de 15 de dezembro de 1887), ficando a funcionar junto da então criada Direcção Geral da Divida Publica e as suas funções cingidas a atribuições fiscais e consultivas.

Esta situação seria revertida em 1893 (Decreto de 14 de agosto), ficando da Junta de Crédito Público novamente independente de qualquer outro organismo. As suas atribuições foram formalizadas em Regulamento aprovado em 8 de outubro de 1900, o qual só viria a ser publicado em 1914 (vd. **Figura 2**).

De acordo com o Art.º 6º desse Regulamento, os órgãos administrativos a Junta de Crédito Público seriam renovados de três em três anos, contando-se os triénios a partir de 1 de setembro de 1893, data da sua reorganização.

Ainda conforme o Regulamento, a Junta de Crédito Público podia exigir as informações que julgasse necessárias com o objetivo de propor ao Governo medidas que considerasse mais convenientes sobre a administração da dívida pública, sendo as resoluções tomadas tendo em consideração a maioria dos votos apurados.

Eram funções desta Junta (...) *exercer directamente e independente de qualquer repartição ou autoridade, a administração geral da divida publica interna ou externa, superintendendo em todos os serviços inerentes á referida administração, nos termos das leis de 26 de fevereiro de 1892 e 20 de maio de 1893* (16). Competia-lhe, ainda, *Fiscalizar rigorosamente as emissões e amortizações de titulos de divida publica* (17) (Decretos de 15 de dezembro de 1887, de 30 de dezembro de 1892 e de 14 de agosto 1893).

Segundo a revista *Brasil – Portugal*, *Constitue a Junta todos os mezes nas suas agencias no estrangeiro deposito da importancia correspondente aos seus encargos a satisfazer ali, e informa os portadores de divida publica no reino e nas bolsas estrangeiras dos saldos em deposito no Banco de Portugal e nas agencias, em moeda corrente e em ouro: apresenta tambem annualmente ao parlamento e ao Tribunal de Contas o relatorio dos seus actos e as suas contas de gerencia e exercicio* (18).

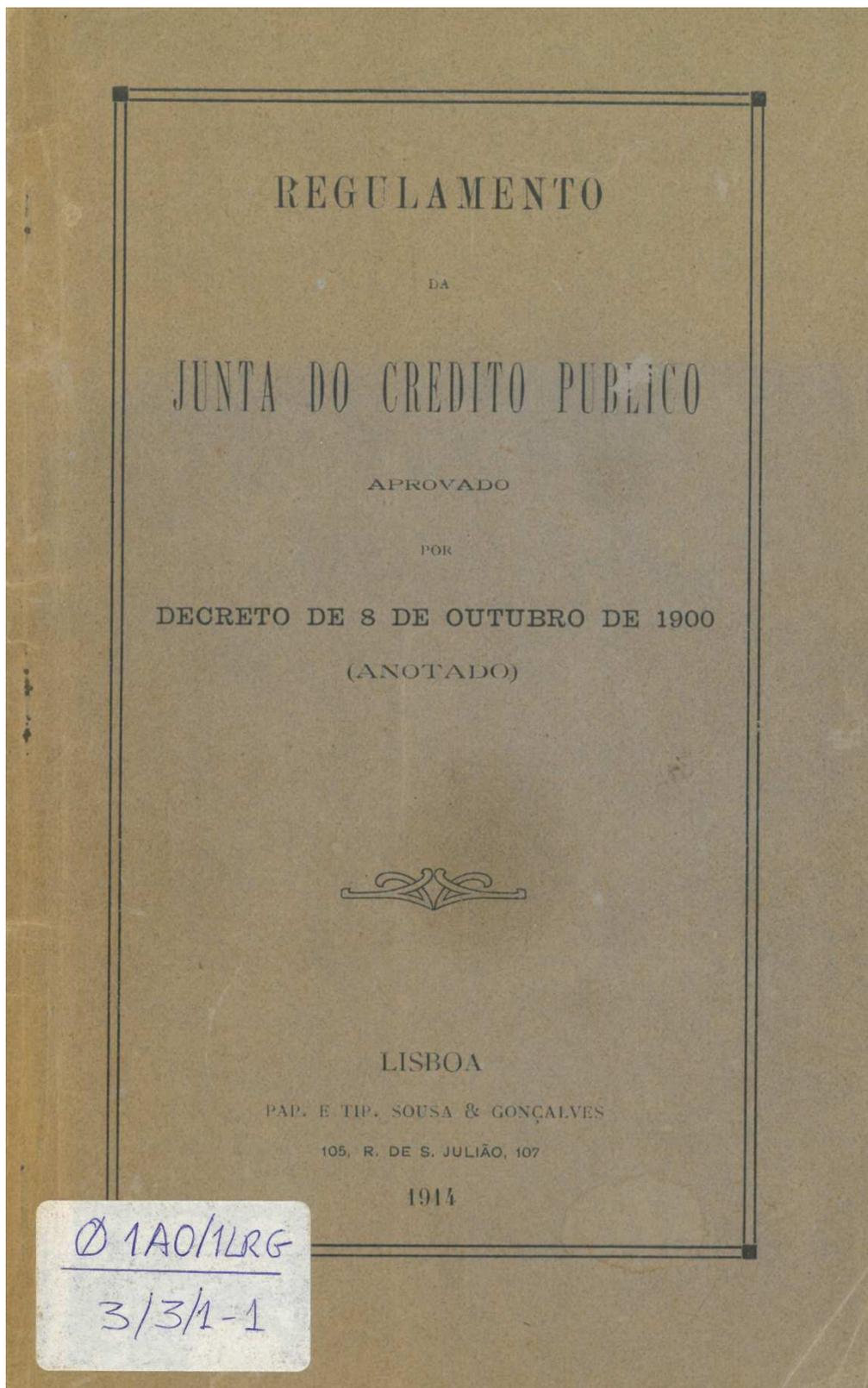


Figura 2. Regulamento da Junta do Crédito Público. Fonte: Os Autores.

Por Decreto de 9 de agosto de 1902, a total amortização de todos os títulos de *dívida pública* completar-se-ia no ano de 2001.

Conclusões

Este breve percurso cronológico procurou, através de um enquadramento histórico, apresentar alguns dos fatores e das instituições que antecederam a criação da Caixa Geral de Depósitos.

A crescente pretensão de controlo e participação do Estado na gestão das finanças públicas, geralmente para corresponder às necessidades sociais, implicou a definição de políticas financeiras que se procuraram adequar às circunstâncias locais e nacionais.

No decurso dos séculos XVIII e XIX verificaram-se, em Portugal, dinâmicas muito significativas na implementação de políticas financeiras que visaram, fundamentalmente, colmatar a *dívida pública* resultante dos investimentos para aquisição de bens públicos.

A criação das diversas instituições financeiras teve como objetivo corresponder à realização dos projetos que eram definidos pelos sucessivos governos, sendo a sua extinção, ou absorção de funções por outras instituições, do reforço da administração pública.

A fundação da Junta de Crédito Público permitiu o início da centralização do controlo do sistema financeiro, da cobrança dos rendimentos públicos e do pagamento das despesas do Estado, mas sem uma faceta bancária.

A expansão económica e a sequente crise bancária de 1876, da qual resultou o encerramento de diversas instituições bancárias, impôs a necessidade de criação de um banco de cariz público que transmitisse aos clientes uma imagem de solidez e confiança, surgindo a Caixa Geral de Depósitos como resposta enquanto organismo idóneo.

NOTAS

(1) Nós ordenámos o ano passado quando começaram de morrer nessa cidade que houvesse nela um recebedor e escrivão dos depósitos (...). In OLIVEIRA, Eduardo Freire de. **Elementos para a História do Município de Lisboa**, vol. VI, Typographia Universal, Lisboa: 1893, p. 147-148.

(2) A preocupação sobre a gestão dos bens dos órfãos, resultantes das guerras de definição de fronteiras e da expansão marítima, originou a necessidade de criar um sistema judicial que conferisse proteção legal a esses mesmos bens. Desta necessidade surge o conceito Arcas dos Órfãos.

(3) MATA, Eugénia. **As finanças públicas portuguesas da Regeneração à Primeira Guerra Mundial**. Coleção História Económica, vol. 4, Banco de Portugal, Lisboa: 1993, p. 11.

(4) As Juntas do Depósito Público de Lisboa e do Porto seriam extintas por decreto datado de 21 de julho de 1870, passando as suas funções a serem assumidas pela Caixa Geral de Depósitos.

(5) Os depósitos obrigatórios, ou depósitos necessários, eram aqueles que resultavam da disposição da lei, de resoluções do governo, de decisões dos tribunais, de prescrições administrativas e/ou com intervenção da autoridade pública.

(6) Os depósitos voluntários eram aqueles que eram livremente constituídos e que podiam ser livremente levantados pelas partes interessadas.

(7) A necessidade de centralizar a contabilidade e a fiscalidade régias já se registava desde o séc. XIII, sendo os quatro livros *Recabedo Regni*, nos quais se assentavam as receitas régias, a primeira contabilidade organizada em Portugal. In <http://www.aatt.org/site/index.php?op=Nucleo&id=3>.

(8) Pressupunha a existência de um cofre de quatro chaves, uma entregue ao tesoureiro geral dos juros e ao respetivo escrivão e a dois homens de negócios. Revista Brasil-Portugal – **A conversão da Dívida Externa**, n.º 106, 16 de junho de 1903, p. 150. In <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/BrasilPortugal/BP5.htm>.

(9) Revista Brasil-Portugal – **A conversão da Dívida Externa**, n.º 106, 16 de junho de 1903, p. 150. In <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/BrasilPortugal/BP5.htm>.

(10) Reorganizada pelo Alvará de 31 de maio de 1825.

(11) <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4206698>.

(12) Revista Brasil-Portugal – **A conversão da Dívida Externa**, n.º 106, 16 de junho de 1903, p. 151. In <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/BrasilPortugal/BP5.htm>.

(13) Extinto por Decreto de 11 de abril de 1911 sendo substituído pelo Conselho de Administração Financeira do Estado e em 1919, pelo Conselho Superior de Finanças, com funções de fiscalização da atividade financeira pública. Foi restaurado em 1930.

(14) Diário do Governo, n.º 267, de 12 de novembro de 1849. In <http://www.tcontas.pt/pt/apresenta/historia/tc1849-1911.shtm>.

(15) Política de Fontes Pereira de Melo com o fomento das obras públicas, caminho-de-ferro, estradas, pontes, telégrafos, escolas, entre outros.

(16) **Regulamento da Junta do Credito Publico**, aprovado por decreto de 8 de outubro de 1900 (anotado), secção II, Art.º 9.º, 1.º.

(17) **Regulamento da Junta do Credito Publico**, aprovado por decreto de 8 de outubro de 1900 (anotado), secção II, Art.º 9.º, 3.º.

(18) Revista Brasil-Portugal – **A conversão da Dívida Externa**, n.º 106, 16 de junho de 1903, p. 152. In <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/BrasilPortugal/BP5.htm>.

BIBLIOGRAFIA

CAIXA GERAL DEPÓSITOS-ARQUIVO HISTÓRICO – **Junta do Crédito Público, Relatório e Propostas sobre a Administração da Caixa Geral de Depósitos**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1878.

CAIXA GERAL DEPÓSITOS-ARQUIVO HISTÓRICO – **Regulamento da Junta do Credito Publico**, aprovado por decreto de 8 de outubro de 1900 (anotado), Lisboa: 1914.

Carta da Fundação da CGD – **Leis**, DGLAB.

FARIA, Miguel Figueira; MENDES, José Amado de (coord.) – **Dicionário de História Empresarial Portuguesa, séculos XIX e XX, vol. I, Instituições Bancárias**, Lisboa, INCM, 2013, ISBN 978/972/27/22/21/6.



LAINS, Pedro – **História da Caixa Geral de Depósitos, 1876-1910, Política e Finanças no Liberalismo Português**, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa: 2002, ISBN 972/671/095/2.

MATA, Eugénia – **As finanças públicas portuguesas da Regeneração à Primeira Guerra Mundial**. Coleção História Económica, vol. 4, Banco de Portugal, Lisboa: 1993.

OLIVEIRA, Eduardo Freire de – **Elementos para a História do Município de Lisboa**, vol. VI, Typographia Universal, Lisboa: 1893.

PEREIRA, Raul da Silva – **História da Caixa Geral de Depósitos**, Edição do Autor, Lisboa, 2007.

DOCUMENTOS ELETRÓNICOS

ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO – **JUNTA DO CRÉDITO PÚBLICO** - [Em linha]. [Consult. 17 Out. 2016]. Disponível em WWW:<URL: <http://www.digitarq.arquivos.pt/details?id=4206698>.

ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA TORRE DO TOMBO – **Contos de Lisboa/Contos do Reino** [Em linha]. [Consult. 17 Out. 2016]. Disponível em WWW:<URL: <http://www.aatt.org/site/index.php?op=Nucleo&id=3>.

ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA TORRE DO TOMBO – **Junta do Crédito Público** [Em linha]. [Consult. 14 Out. 2016]. Disponível em WWW:<URL: <http://www.aatt.org/site/index.php?op=Nucleo&id=1415>.

Diário do Governo, n.º 267, de 12 de novembro de 1849. [Em linha]. [Consult. 18 Out. 2016]. Disponível em WWW:<URL: <http://www.tcontas.pt/pt/apresenta/historia/tc1849-1911.shtm>.

Revista Brasil-Portugal – **A conversão da Dívida Externa**, n.º 106, 16 de junho de 1903. [Em linha]. [Consult. 14 Out. 2016]. Disponível em WWW:<URL: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/BrasilPortugal/BP5.htm>.

TRIBUNAL DE CONTAS – **TRIBUNAL DE CONTAS (1849-1911)** [Em linha]. [Consult. 18 Out. 2016]. Disponível em WWW:<URL: <http://www.tcontas.pt/pt/apresenta/historia/tc1849-1911.shtm>.

**TERRITÓRIOS CULTURAIS: SAGRADO E PROFANO NA FEIRA
DE SÃO CRISTÓVÃO NO RIO DE JANEIRO E SUAS RELAÇÕES
COM A CIDADE, O TURISMO E O PATRIMÔNIO CULTURAL**

**CULTURAL TERRITORIES: SACRED AND PROFANE IN THE SÃO
CRISTÓVÃO FAIR, IN RIO DE JANEIRO AND YOUR RELATIONS
WITH THE CITY, TOURISM AND CULTURAL HERITAGE**

Elis Regina Barbosa Angelo

Doutora em História
elis@familiaangelo.com



Territórios Culturais: Sagrado e Profano na Feira de São Cristóvão no Rio de Janeiro e suas Relações com a Cidade, o Turismo e o Patrimônio Cultural

Cultural Territories: Sacred and Profane in the São Cristóvão Fair, in Rio de Janeiro and your Relations with the City, Tourism and Cultural Heritage

Elis Regina Barbosa Angelo

Historial do artigo:

Recebido a 09 de dezembro de 2016

Revisto a 12 de dezembro de 2016

Aceite a 17 de dezembro de 2016

RESUMO

Esse artigo tem como principal enfoque estudar as representações culturais da vida e obra de Padre Cícero Romão Batista e as relações de religiosidade, fé e consumo na Feira de São Cristóvão, Rio de Janeiro, entre visitantes, turistas e mantenedores das identidades. Com especial atenção às fontes diversificadas de documentos e objetos sob o poder de “guardiões da memória”, na concepção do lugar, das pessoas e dos objetos e a museologia, aspira-se compreender as relações ali representadas e formadas a partir da combinação de elementos que despertam as mais variadas “identidades” do povo nordestino. Nessa localidade, se concentra a diversidade dos nove estados nordestinos em termos de participação e comunhão do lugar e especialmente as relações ora estabelecidas a partir do lugar de memória identitária, a ser analisada e pensada em termos de concepção do lugar/território. Como metodologia, foi elaborado inventário de bens para direcionar quais os elementos de representação da vida do padre estão condensados nesse espaço, que incluem mobiliário, vestes, documentos e registros manuscritos de pessoas que tiveram contato com ele e de lembranças, memórias e testemunhos vivos. Também foi aplicada pesquisa quantitativa, por meio de questionários estruturados, aplicados para os feirantes e comerciantes e os frequentadores em geral, numa amostragem de 346 questionários, de forma a compreender as relações entre o turismo, a religiosidade e a imagem do padre Cícero. Como resultado compreendeu-se a partir dos sentidos da manutenção da religiosidade pela cultura popular, pela representação do padre e pela ideia de manter os elos com a terra, a história, e a figura do líder em outros tempos/espacos, as relações entre memória, história e turismo, numa tríade capaz de ampliar as discussões sobre como se forma o patrimônio cultural da religiosidade dos nordestinos nesse recanto.

Palavras-Chave: Padre Cícero, Feira de São Cristóvão, Memória, Turismo

ABSTRACT

This article's main focus is to study the cultural representations of the life and work of Father Cicero Romao Batista and the religious, faith and consumption relations in the São Cristóvão Fair, in Rio de Janeiro, between visitors, tourists and maintainers of identities. With special attention to diversified sources of documents and objects under the power of "guardians of memory", in the place, people and objects conception and museology, this research aims to understand the relationships represented there and formed from the combination of elements which arouse the various "identities" of the northeastern people. In this location, it focuses the diversity of the nine northeastern states in terms of participation and communion of the place and especially the relationship now established from the place of identity memory, to be analyzed and considered in terms of conception of the place / territory. As methodology, it was prepared an inventory of goods to give direction about which are the elements of representation of the priest life that are condensed in this space, including furniture, clothing, documents and handwritten records of people who had contact with him and memories and living witnesses. It was also applied quantitative research through structured questionnaires administered to and the general audience, on a sample of 346 questionnaires in order to understand the relationships between tourism, religion and the image of Father Cicero. As a result, it was comprehended from the senses of religion maintenance in popular culture, the representation of the priest and the idea of maintaining links with the land, history, and the leader figure in another time / space, the relationship between memory, history and tourism, a triad able to broaden the discussions on how to form the cultural heritage of the religiousness of this northeastern in this place.

Keywords: Priest Cicero, São Cristóvão Fair, Memories, Tourism.

1. Introdução

Esse artigo tem como principal enfoque, estudar por meio dos elementos de memória e história, as representações culturais da vida e obra de Padre Cícero (NETO, 2009), em territórios diferentes de onde viveu, especialmente por meio da exposição de documentos e objetos sob o poder de "guardiões da memória", realizada no Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas - Feira de São Cristóvão – na cidade do Rio de Janeiro. Dessa forma, aspira a partir das representações de religiosidade - por meio da conservação de acervos, tanto materiais quanto imateriais, e da leitura de outros sujeitos que participaram da experiência de vida de padre Cícero-, que compõem espaços de memória, compreender como os sentidos de fé e de tradições religiosas, além de continuar a manutenção das identidades do povo nordestino, corroboram com o pertencimento dos migrantes nordestinos no Estado do Rio de Janeiro e fomentam o turismo por meio das relações entre lugar, objetos e simbologias que identificam temporalidades, religiosidade e consumo.

O Centro, cujo nome homenageia o grande cantor popular, sendo mais conhecido por Feira de São Cristóvão ou Feira dos "Paraíba's", promove a cultura e o comércio de produtos do nordeste brasileiro. Esse espaço, hoje administrado pela Prefeitura Municipal, oferece acesso às tradições nordestinas, representadas de diversas formas, principalmente com a culinária e a música. O pavilhão possui dois palcos para apresentações de artistas nordestinos ou grandes nomes da música popular brasileira e, assim, sempre se pode encontrar alguns repentistas, os cantores e poetas, que, com uma palavra, ou assunto fazem rimas cantadas de improviso. Existem centenas de barracas de artesanatos, CDs, doces, bebidas, vestuário, decoração, utensílios domésticos de culinária, além de inúmeras opções de restaurantes. Portanto, como atraem turistas, numa



proporção de cerca de 90 mil pessoas por mês, preservando a cultura nordestina, foi o local escolhido para difundir e celebrar o mito do Padre Cícero, incluindo turistas do Brasil e do mundo, especialmente nos finais de semana e feriados, onde há a maior concentração de visitantes. (VALVERDE, 2011, p.82)

A figura religiosa referida, carinhosamente “Padim Ciço” para seus seguidores, nasceu na cidade de Crato, em 1844 e faleceu em Juazeiro do Norte, no ano de 1934, ambas no Estado do Ceará, na região nordeste do Brasil. A história de Padre Cícero pode ser vista como um misto de fé e poder, pois foi um sertanejo carismático que, por sua determinação, organizou uma comunidade no interior cearense, exercendo nela a liderança sacerdotal e política. Viveu uma vida religiosa controversa, mas adquiriu grande prestígio como santo milagreiro, tendo muitas vezes conflitos com a Igreja Católica, na medida em que seu primeiro fato milagroso, o “milagre da hóstia”, não foi reconhecido por ela. Apesar disso, seus seguidores aumentaram e, até os dias atuais, possui muitos fiéis que visitam em romaria a cidade na qual viveu e atuou como religioso e político na região. Em nota de curiosidade, esse personagem foi escolhido em 2001, como o “Cearense do século” e, em 2012, como um dos “100 maiores brasileiros de todos os tempos”, peregrinações, devoções e outras manifestações foram feitas e divulgadas por meio de redes de comunicação. (BRAGA, 2015) Enfim, em abril de 2016, obteve o perdão da Santa Sé, fato amplamente comemorado com romaria e festas em Juazeiro do Norte.

Na relação entre o nordeste e o Rio de Janeiro, alguns elementos vão sendo dotados de sentidos, como é o caso da figura/imagem do padre Cícero. O assessor de Imprensa da Feira de São Cristóvão, Marcelo Fraga, em entrevista, realizada em 01 de dezembro de 2015, na feira de São Cristóvão, comentou que nos meses de agosto, setembro e outubro de 2014, o Centro de Tradições Nordestinas apresentou uma exposição sobre Padre Cícero Romão Baptista. Nela, os visitantes tiveram conhecimento dos milagres que lhe foram atribuídos - embora fosse afastado de suas funções sacerdotais pela igreja -, sua história política de 16 anos, quando se tornou prefeito de Juazeiro (1911), primeiro vice-governador do Estado da Paraíba e deputado federal, cargo este que não assumiu para não abandonar os fiéis, afora várias relíquias ligadas à vida do padre. Dentre seus pertences pessoais, estavam: Título de Eleitor, batina, cartas, fotografias, sendo muitas inéditas. Essa exposição foi considerada a primeira maior fora do nordeste e a segunda do Brasil, segundo seu depoimento. Na biblioteca do Centro, viu-se um acervo de obras de cordelistas existentes na cordelteca e de outros livros, que retratam tradições da região nordeste, coletâneas editoriais do padre e alguns objetos adquiridos de dona Generosa Alencar. Segundo Tito (2014), essa senhora, uma beata considerada sua última pupila, lia para ele quando já não podia fazê-lo devido ao mal de cataratas, mas que, após a morte do padre, converteu-se ao Evangelho Protestante. O acervo esteve à mostra para visita nas sextas, sábados e domingos, das 10 às 20 horas nos meses de agosto a outubro de 2014 citados.

Ao analisar o significado social, cultural, religioso e turístico da exposição da vida e obra do Padre Cícero, relacionou-se esse fato tanto com a memória histórica dos brasileiros quanto com o turismo.

2. Representação cultural do Padre Cícero: as relações entre museu, território e turismo

Ao considerar as representações culturais de fé e devoção da cidade de Juazeiro do Norte, no Ceará, com a imagem de Padre Cícero Romão Baptista, diversas inquietações surgem,

especialmente sob a vida e obra de uma das figuras mais emblemáticas do Brasil que, ao longo de sua trajetória, passou por muitos percalços e mudanças tanto de direção quanto de posição social, política e religiosa. Especialmente, por conta de sua conversão em importante líder religioso e, conseqüentemente, num santo de devoção popular, que rendeu e ainda promove diversas apreensões no meio acadêmico e religioso, além daquela cidade, ter se tornado um significativo centro de visitas turísticas de cunho religioso e da cultura popular.

A organização de acervos sobre sua vida e obra acabou ficando dispersa em lugares de memória distintos, como é o caso do centro de Tradições Nordestinas do Rio de Janeiro, que, ao ter como missão a manutenção das identidades do povo nordestino, trouxe em seu bojo uma significativa identificação com a história do Ceará, mais especificamente sobre Juazeiro do Norte cuja figura simbólica é o padre Cícero. Nessa correlação, entre a simbologia da figura e a sua representação e multiplicação, torna-se oferta dentro de uma combinação estruturante entre o turismo e o lugar de memória. Nas considerações de Moesch (2000), dentro da perspectiva dialética histórico-estrutural, o turismo é [...] “Uma combinação complexa de interrelacionamento entre produção e serviços” e, essa prática acumula de certo modo uma “herança histórica, a um meio ambiente diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade, troca de informações interculturais [...] (p.09) e, isso favorece a interlocução dos sujeitos, lugares e das identificações simbólicas, nesse caso a religiosidade e a fé ao padre Cícero.

Neste contexto de multiplicação da história e memória do padre fora do seu espaço de existência, a elocução pode ser considerada relevante exposição do Brasil e a primeira maior fora do nordeste, pois se fortalece não apenas com o entorno, no bairro de São Cristóvão, mas por conta da concentração de nordestinos no Rio de Janeiro e de inúmeros turistas que também visitam a feira, pela identificação e pertencimento dos migrantes, que saíram de sua terra em busca de novas oportunidades pelo Brasil. Nesse sentido, segundo jornal, a feira contabilizou no ano de 2008, cerca de 30 milhões de visitantes. (DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, 2008)

Da relação de escolha pela identificação e mesmo pela variedade do que se comercializa nos espaços da feira, ela foi sendo palco de uma complexa e variada esfera de atrativos culturais, especialmente voltados para o público nordestino e simpatizante, pois, “O pedacinho do nordeste”, como é conhecida, completou 70 anos em 2015 e mantém diariamente atividades como festas, mostras, museu, cinema, música e dança, além de gastronomia, shows, artesanato e outras *tipificidades* nordestinas.

Esses visitantes, entre turistas e moradores da cidade e da região, ao entenderem sua aproximação com a memória efetivada nos recantos da feira, possuem, de certa forma, uma ligação com a vida e obra de uma figura emblemática da história do Brasil. *A priori* esta ação *in memoriam* ao padre Cícero traz consigo um olhar para as representações simbólicas do povo nordestino, com especial atenção às questões populares. Esses visitantes da Feira de São Cristóvão demonstram simpatia e identificação com tudo que se referencia à história do nordeste, dos sabores, das imagens e símbolos, dos sentidos e saberes, bem como aos espaços e fronteiras do sagrado e do profano da vida cotidiana, pois, este espaço da Feira corrobora com o sentido de pertencer a uma terra, uma gente e uma sintonia que somente os “seus” poderiam entender. Para isso, a pesquisa empírica com os visitantes mostra que, de uma amostragem de 346 pesquisados, 82% se referem à identificação com a comida, a arte, as cores e sensações, pois, vêem na feira um lugar que os faz “voltar” à terra natal.

Essa perspectiva de reconhecimento dos sentidos que os objetos e instrumentos de memória possuem para a história foram fundamentais para os objetivos desse projeto, pois, ao considerar que os componentes de memória fazem parte da formação dos sujeitos históricos, busca-se entender como os sujeitos inscritos nesse novo espaço/território tratam as questões da

memória, do passado, presente e futuro das representações, tais como a figura/imagem e fé no padre Cícero.

Para Pierre Nora, os lugares formam-se tanto da intenção em manter viva a imagem de tradição quanto da seleção de uma organização voluntária, intencional e seletiva da mesma. A memória só vive por meio dos objetos que a referencia (NORA, 1993). Os lugares de memória nascem de um sentido formado a partir do conceito de que não há conhecimento espontâneo, considerando a necessidade que se tem em acumular vestígios, testemunhos, documentos sobre o passado, entre muitos outros elementos capazes de formar provas e registros do que foi sucedido.

Neste caso da exposição do acervo do padre Cícero, a feira de São Cristóvão apoia-se na ideia de que, enquanto instituição que tem também um cunho museológico, possuindo arquivos, biblioteca, objetos e instrumentos que de certo modo têm a missão de salvaguardar a memória, passou de múltipla e coletiva, para única e sagrada, pois se refere à religiosidade popular, à memória da terra e dos antepassados. Em análise dos dados, a amostragem sugere que, os adeptos de padre Cícero têm na sua essência a história e a memória do povo das regiões de sertão nordestino.

O museu, como uma construção social, enquadra-se na formação do sentido de memória, onde os artefatos são meios de voltar a um tempo/espço “propícios à pesquisa histórica, [...], aptos em inserir os objetos em seu contexto de produção e significação social” (JULIÃO, 2006, p. 95). Essa aptidão do museu volta a fornecer a imagem do objeto tanto no contexto em que foi criado (passado) quanto no atual e futuro, revelando os sentidos criados e recriados em outros territórios, como é o caso da feira de São Cristóvão. Nora (1993) esclarece que a memória produzida nesses lugares é voluntária e seletiva, ao passo que essa referida foi incorporada com uma finalidade também específica: valorizar a vida e obra do Padre Cícero.

Esse lugar de memória, que é o museu, passou a ter a ideia de reivindicação do direito de “cultivar” suas lembranças (RIOS e RAMOS, 2010). Nesse caso, a necessidade de mostrar aos “seus”, quem é, ou quem “são”, os símbolos, imagens, pessoas e lugares que identificam a cultura nordestina.



Figura 1. Museu Luiz Gonzaga – Feira de São Cristóvão, RJ. Fonte:Acervo pessoal de Elis Regina Barbosa Angelo

Para compreender quais são os objetos mais alinhados à formação da representação da cultura do padre Cícero, entre os quais se justificam como objetivos primordiais de memória e identidade, a Feira de São Cristóvão no Rio de Janeiro busca manter a história viva sobre os personagens, sujeitos e personalidades mais importantes do nordeste, simbolizada nos espaços diversos da feira e rememorada em museus, mostras, livros, artigos e espaços. (NEMER, 2016) Esse museu, conhecido como “O canto da religiosidade” traz como elementos de memória, objetos que relacionam a fé, a religiosidade e o encontro com o lugar do passado, nesse caso, a despeito do Ceará, onde se concentram inúmeras relações com os objetos produzidos no sentido do passado sertanejo.

No caso dos outros territórios, como a proposta desse “outro lugar” que é a feira na cidade do Rio de Janeiro, percebe-se que, além dos comerciantes e visitantes, a maioria dos usuários mantém um elo de pertencimento e identificação com os municípios que fazem parte do universo simbólico nordestino, ao considerar a relação de migrações para o sudeste do país, em especial nas décadas de 1940 a 1960. A relação de formação do bairro a partir dos migrantes de regiões do nordeste, incluindo os nove estados que fazem parte da região, fornece elementos de identificação e historicidade, pois, “para além dos objetos em si, com vistas a inseri-los no mundo que os cercam, reconhecendo sua historicidade, suas relações com contextos sociais específicos” (JULIÃO, 2006, p. 95), as cidades debruçam-se nesses contextos, e, nesse caso, de nordestinos.

Essa escolha de objetos de memória não encerra sua contextualização e as experiências postuladas no universo de símbolos agregados à ideia do mentor de inúmeras pessoas que

corroboram com os milagres do padre, com as suas idas e vindas aceitas pela Igreja e, recentemente, com a acolhida dessa personagem religiosa pelo Vaticano.

Na atual conjuntura, na qual o Vaticano repensa o papel do padre Cícero e os seus milagres, os artefatos/objetos de recordação fatos religiosos passam a ter uma valorização diferente, a ser parte de um acervo aceito e dignificado por autoridades eclesíásticas, ou seja, o valor atribuído aos mesmos muda de figura. Como mencionado por Bourdieu (1998), a simbologia depende de quem lhe atribui o valor.

Uma carta do Secretário de Estado de Sua Santidade, o Cardeal Pietro Parolin, datada de 20 de outubro de 2015 e dada a conhecer no dia 13 de dezembro do mesmo ano, data da abertura das portas santas da misericórdia nas catedrais do mundo, reconhecendo as virtudes e bem que o Padre Cícero fez ao povo de Deus no Nordeste foi amplamente divulgada no final do ano passado. (RADIO VATICANO, 2015)

Essa aceitação religiosa corrobora com a aproximação dos visitantes, tuistas e morados, na medida em que, os objetos inventariados fazem parte do acervo de memória do museu, que, ao elegê-los enquanto artefatos vividos pela “simbologia” do sagrado na vida do padre referenciam um pouco de seus feitos e do próprio cotidiano que vivia em Juazeiro do Norte.

Essas relíquias foram sendo adquiridas em Juazeiro do Norte e toda região do Cariri, por meio de relações comerciais entre pessoas, portadores de histórias e as próprias memórias do padre e de seus amigos, parentes e conterrâneos. Dessa relação estão os objetos que de certo modo, foram parte do cotidiano de padre Cícero e das pessoas mais próximas que viviam com ele, tem-se:

1 caderno ; 19 boletins informativos; 1 pasta de fotografia e anotações (expocrato); 619 fotos; 1 cartilha (programa de geografia); 2 folheto do memorial do Padre Cícero; 3 pastas de documentos ; 2 cartas; 1 roteiro de excursão ; 1 folha com posses do Padre Cícero; 1 folha com anotações ; 1 documento de aposentadoria (Maria); 7 anotações; 1 manual de instruções; 2 recibos ; 5 informativos; 1 xerox de documentos (Vicente Tavares Leite); 1 livro ; 1 álbum de fotos ; 1 livro de azulejo Portugueses; 1 Bandeirinha de Fátima ; 1 Baú; 1 cofre; 1 porta lápis; 24 fotos grandes ; 1 garrafa ; 4 pratos ; 2 leques ; 1 caixa com objetos ; 1 maquina de escrever ; 20 quadros ; 1 disquete ; 6 guardanapos; 1 abotoadeira ; 1 seringa; 1 furador de papel ; 1 broche; 1 terço; 3 punhais; 1 aspersor; 1 almofariz ; 5 balas (de arma); 9 talheres ; 1 baú; 1 criado mudo; 1 fiteiro ; 1 reque; 2 jarros ; 1 rec.; 1 máquina de costura; 12 pastas; 13 cartões telefônicos; 16 jornais; 1 revista(modas); 16 revistas; 3 boletins; 3 livros; 1 Lista telefônica; 1 semanário ; 2 cartilhas; 2 Livros ; 1 pasta com declaração de imposto de renda; 2 anuários; 1 pasta com fotos; 1 cédula de 100 contos de réis; 1 carta pastoral; 7 panfleto pastoral; 2 livretos (beatificação Bento XVI); 1 estatuto; 1 caderno do Padre Cícero; 1 convite; 1 Livro (O auto do cangaço); Papeis relacionados ao memorial do Padre Cícero (média 100 folhas); 16 Documentos gerais; Aproximadamente 3.000 páginas. (PESQUISA DE DOCUMENTOS, 2016)

As relíquias formam um acervo importante sobre o padre na feira de São Cristóvão, começam a fazer parte da feira e da curiosidade dos visitantes com um espaço entre o sagrado e o profano, onde dialogam diversificados credos e formas de ver e entender as relações de religiosidade com Juazeiro do Norte e o Rio de Janeiro.

De cada um dos objetos, algumas relações foram sendo efetivadas, seja pela afetividade ao mesmo, seja pela relevância sobre sua vida neles contida, como os cadernos de receitas, os manuscritos e objetos de uso pessoal, que foram tendo valor sentimental e museológico e ao mesmo tempo um valor financeiro importante para os que guardavam suas histórias, os móveis,

artefatos, objetos de uso pessoal, as batinas usadas durante as atribuições eclesiásticas, e outros objetos que atentam a ele algum significado próximo.

Outros documentos, transcritos para análise dentro de um projeto complexo, que compreende as relações mais estreitas entre os visitantes e a fé na imagem e na concepção do padre enquanto uma figura sagrada foi elaborado na universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, intitulado: Leituras do Patrimônio Cultural em Outros Territórios Simbólicos: As Representações Culturais do Padre Cícero na Feira de São Cristóvão – Rio de Janeiro. Desse ponto de partida, recortou-se elementos para essa análise, como proposta da extensão, da parceria entre a instituição e a feira de São Cristóvão e trouxe para ambas as relações entre a religiosidade, a cultura do povo nordestino e as transformações oriundas do processo de integração na cidade do Rio de Janeiro dos processos migratórios oriundos das décadas de 1950 a 1980.

Assim, as produções de sentido a partir dos objetos e memórias guardados vão definindo um caminho curioso para os seus usos, tanto dentro do espaço de produção (Juazeiro do Norte) quanto do seu espaço de apropriação (Rio de Janeiro na Feira de São Cristóvão).

As relíquias podem ser consideradas objetos de veneração religiosa, por isso definida nesse contexto como tal, além de simples objetos de uso cotidiano, incluindo a produção e o uso dos mesmos no dia a dia, em temporalidade adequada à vida do padre, além de artefatos, enquanto objetos manufaturados, cuja produção foi mecanicamente concebida, como os objetos produzidos em madeira, olaria, entre outros e, como, vão tomando rumos distintos, mas algumas pessoas guardaram para posterior uso essas memórias, como se pode observar nesse recorte de jornal:

Contemporâneos relembram convivência

"Eu era uma das pessoas que pensavam que depois da morte do Padre Cícero, Juazeiro ia se acabar!" É assim que ainda hoje D. Angélica Soares Rodrigues, 100 anos de idade, uma das poucas pessoas, ainda vivas, que conviveram com o Patriarca de Juazeiro, relembra a data da morte do sacerdote, naquela manhã do dia 20 de julho de 1934. Foram 40 anos vividos, quase que diariamente, na casa número 130 da antiga Rua Grande (hoje Pe. Cícero) onde acorriamromeiros, políticos, governantes em busca da bênção e amizade do sacerdote.

O nome Angélica é uma homenagem que sua mãe, Pastora Rodrigues, prestou à irmã do sacerdote, Maria Angélica Batista. D. Angélica morou durante muitos anos na casa e só chamava o padre, de papinha. Hoje centenária Dona Angélica sente dificuldade em recordar detalhes da convivência, mas sobre o padre, considerava um "rapaz muito bom para os pobres".

No livro "O Pe. Cícero que eu conheci", a escritora Amália Xavier de Oliveira diz que o "Pe. ao chegar a Juazeiro no dia 11 de abril de 1872 para fixar residência, trazia familiares como a sua mãe D. Quindó (o pai, Joaquim Romão Batista, morreu 10 anos antes, vítima de cólera-morbo), duas irmãs, Angélica Batista e Maria Angélica Batista e uma escrava, Teresinha Maria de Jesus. Quando conheci D. Quindó, ela já era cega e paraplégica. Diziam que cegara de tanto chorar o exílio do filho quando por ordem superior teve que retirar-se de Juazeiro, indo para Salgueiros, em 1897. Além dos familiares, uma outra pessoa, a "esta Dona Mocinha (Joana Tertuliana de Jesus) governanta da casa e com poderes absolutos na administração dos bens, fazia parte do dia-a-dia da residência mais importante do pequeno lugar. Ela havia chegado a Juazeiro com 12 anos de idade, em 1876.

A artista plástica Assunção



Assunção guarda recordações do antigo Horto

Gonçalves, 78 anos, ainda guarda no seu diário o seguinte registro: "Nesta tela registrei momentos que vivi na minha infância. O Pe. Cícero, na Rua São José, hoje Abrigo dos Velhos,



RCD médicos do Pe. Cícero, Mozart de Alencar

ainda escrevendo cartas. O timbre com a tampa ao lado, muitas vezes retrada por mim. O breviário, a História Sagrada, onde eu ficava olhando as figuras do Velho e do Novo Testamento, como também o "peso" de vidro em cima dos envelopes era a minha brincadeira".

A aproximação com o Pe. Cícero para Assunção Gonçalves, aconteceu porque o seu tio José Xavier de Oliveira, o Dedé, era um dos homens de confiança do religioso. Um ritual que Assunção não esquece era a chegada e saída do Pe. Cícero na missa das nove horas, rezada na Igreja de Nossa Senhora das Dores. "Eu ficava na calçada da casa do tio



Maria Angélica, 100 anos, morou na casa dele

Dedé esperando a chegada do automóvel Ford, dirigido pelo Seu Agostinho, trazendo o Pe. Cícero. Eu ia acompanhando ele até o altar e quando a missa terminava, o seguia até a saída da Igreja".

Uma imagem que marcou Assunção foi o exorcismo praticado pelo padre Cícero num homem que chegara à casa dele todo amarrado, e completamente fora de si. Recorda Assunção que a primeira providência do sacerdote foi mandar desamarrar o homem dominado por forças malignas. "Após a intervenção do padre o homem foi aos poucos adormecendo e acordou tranqüilo".

Uma das maiores tristezas de Assunção foi a destruição total da Igreja do Horto, que o Pe. Cícero começou a construir quando voltou de Roma, impressionado com a Igreja de São João de Latrã. A maquete foi construída em lãndere e o templo seria dedicado ao Coração de Jesus. "Anos depois da morte dele, o bispo mandou suspender os trabalhos. E o que já tinha sido construído foi se acabando, caindo, e nunca mais ninguém ressurta". No mesmo lugar construíram a sua estátua".

Quem também recorda, hoje em dia, momentos da vida do sacerdote, é o médico Mozart Cardoso de Alencar, 90 anos, e esclarece o tipo de sentimento externado por aqueles remanescentes e testemunhas da vida de um dos personagens mais importantes na história brasileira deste Século. Segundo o médico "os contemporâneos do padre Cícero não o veneraram como um santo, mas defendiam como um beato". E essa aproximação física determinava o grau de dimensionamento acerca do patriarca.

Mozart Cardoso de Alencar, formado pela Faculdade Nacional de Medicina, em 1931, um dia foi chamado pelos familiares do Pe. para medicá-lo naquelas violentas crises de dores abdominais e vômitos. Na ocasião, ele constatou que padre Cícero sofria de íleo paraplégico. O diagnóstico foi confirmado também pelos médicos Pio Sampaio, de Barabaha, e Elísio Figueiredo, residente no Crato.

"O Pe. Cícero sentou-se na cama e perguntou: 'Eu vou morrer, doutor?'" Eu não poderia dizer a verdade a ele. Continuei a acompanhá-lo o sofrimento dele. E naquela madrugada patética, eu segurando o seu pulso, ouvi quando ele abriu os olhos azuis, fitou o alto e disse: "Vou ascêndu rogar à Nossa Senhora por todos vocês". Ele continuou gemendo e chamei as pessoas e disse que o sacerdote estava morrendo. Ai senti que o coração parou. Trouxeram a imagem do Senhor e entronzaram nas mãos. Todos começaram a rezar". Finaliza Mozart de Alencar dizendo que o "padre Cícero era justo, muito religioso e dedicado, porém não era político e só vivia abençoando o povo".

Dona Generosa guarda acervo precioso



Ela lia livros e jornais para o padre

A professora aposentada Generosa Ferreira de Alencar, 80 anos, conheceu o Pe. Cícero em 1921. Ela foi criada no caso do Pe. Cícero e guarda como memorável sobre o Patriarca de Juazeiro, Generosa conta a história de como ela testemunhou no colégio do caso do sacerdote.

Seu depoimento:

"No meu residência todas as pessoas eram recebidas com carinho nos e pobres, autoritários e amigos. Havia um portão, José Gonçalves, que atendia a entrada das pessoas. A vida na casa dele não conheço dia nem noite. Já na terceira idade Pe. Cícero dormia pouco. Pela madrugada, ele terminava de rezar o rosário sendo acompanhado pelo copista Manoel das Neves, e em cima do mesa um bule de chá de folha de abacate, coberto com um abridor para não esfriar. Pelo manhã, o padre tomava a primeira refeição: café, leite, tomados ou fatias de pão-de-óo.

Logo cedo começa a vida social da casa. Romeiros, amigos, autoridades e outros que procuravam pedir conselhos, remédios e ajuda. Entre o café e o almoço, tomava leite ou suco de frutas. O almoço consistia de carne de arroz e leite, sendo pelo copista Maria Presto, em seus aposentos. Ele seguia um regime alimentar apropriado para quem sofre de constipação intestinal. De quatro em quatro horas tomava leite ou suco de frutas. À noite quando os visitantes retiravam-se ouvia a leitura dos jornais e revistas do País ou a vida dos santos.

Em portador de memória prodigiosa, se o leitor saltasse alguma frase, logo ele corrigia, dizendo: "A leitura está sem sentido volte o trecho". Uma noite, quando eu ia a visita de Santa Inês, marquei a página para continuar a ler

o café, leite, tomados ou fatias de pão-de-óo.

Logo cedo começa a vida social da casa. Romeiros, amigos, autoridades e outros que procuravam pedir conselhos, remédios e ajuda. Entre o café e o almoço, tomava leite ou suco de frutas. O almoço consistia de carne de arroz e leite, sendo pelo copista Maria Presto, em seus aposentos. Ele seguia um regime alimentar apropriado para quem sofre de constipação intestinal. De quatro em quatro horas tomava leite ou suco de frutas. À noite quando os visitantes retiravam-se ouvia a leitura dos jornais e revistas do País ou a vida dos santos.

Em portador de memória prodigiosa, se o leitor saltasse alguma frase, logo ele corrigia, dizendo: "A leitura está sem sentido volte o trecho". Uma noite, quando eu ia a visita de Santa Inês, marquei a página para continuar a ler

lura no dia seguinte. No dia seguinte, enquanto eu procurava o folho marcado, ele notou e disse: "Memina, wool ficou no trecho tal". Facilmente encontrei e continuei a leitura. Muitas vezes nos finais escolares ele solicitava a minha presença, para fazer tais leituras. Lia até altas horas da noite e só parava quando o beato Mozart vinho em meu socorro dizendo: "Já se faz tarde, é hora deste menino dormir". Ainda durante os férias, a leitura era realizada por Antônio Viana, e no período dos autos por Maria Mercedes Guimarães, Irmã da Farmácia e outras.

A pessoa de sua confiança maior era o beato Mocinho (Joana Tertuliana de Jesus), mulher privilegiada, inteligente e de temperamento forte possuidora de forte fé combatida.

Pe. Cícero sempre solo em visitas das famílias da cidade acompanhado por marquei o página para continuar a ler

Figura2. Notas de Jornal local sobre suas relíquias. Fonte: Notícias sobre o acervo de Padre Cícero. Fonte: DIARIO DO NORDESTE. Juazeiro. Contemporâneos relembram convivência. Fortaleza, Ceará, 24 de março de 1994. Pág. 04, Caderno Especial.

As fontes que comercializaram os acervos tinham de certa forma uma proximidade com ele, ao ficarem com seus pertences não viam sentido em guardá-los por mais tempo, dessa forma, foram comercializando os objetos próximos, móveis, acervos bibliográficos e manuscritos, cada um com um valor específico, inclusive sentimental. Nessa perspectiva, não se pode conceber exatamente o que foi combinado e cobrado, o que se sabe das observações de campo e das conversas informais é que a maioria foi vendida por conta de necessidades e de valorização das relíquias.

No contexto das representações culturais, no qual a memória está ligada, percebe-se que a valorização das imagens do passado tem sido atribuída à memória coletiva dos grupos, dentro dos quais os indivíduos mantêm-se unidos por lembranças, histórias ou períodos que lhes são particulares, ou de alguma forma foram relevantes às suas origens e também responsáveis



quando pensadas em comum. Dessa forma, permite preservar a identidade de um grupo, ainda que seja fora do seu território, como o Rio de Janeiro, enquanto expressão desse sentimento.

Sendo assim, esta pesquisa buscou a leitura da preservação da memória num momento em que a tradição dos grupos sociais já não se encontra mais viva no cotidiano de seus indivíduos, especialmente pela perspectiva do lugar, mas condicionada em outras esferas, como a proposta do que um museu traz sobre as origens de grupos e sentidos a eles atribuídos.

Ao considerar essa memória focalizada na imagem e representação, é possível que ela seja preservada em “lugares”, como museus, mas também nas narrativas, nas histórias, de sujeitos que possuem elo com essa representação de sentidos. Nesta abordagem adotada, memória, história e pertencimento serão analisados como distintos, mas sempre dialogando como protagonistas de sentido, ou seja, como os sujeitos os percebem, e, isso pode ser percebido na medida em que cada objeto, sujeito ou lugar reforçam a “realidade” em que foi produzida, a exemplo de cada objeto de memória.

Essa proposta, de compreender simbolicamente o lugar e as representações culturais de religiosidade e de simbologias pertencentes ao padre Cícero, culmina na compreensão da imagem característica da religiosidade popular dos adeptos ao Padre Cícero e como ela se constrói na memória coletiva dos conterrâneos, seja de terra, de pensamento e atitudes ou mesmo de fé, tendo, como base de interpretação, o passado, o presente e o futuro das relações entre a cultura (i)material da vida de padre Cícero.

Com a finalidade de garantir esse percurso, a memória será analisada por seu papel de guardiã no tempo e em outras espacialidades e significâncias na contemporaneidade, nesse caso, na feira de São Cristóvão, como um território de tradições nordestinas, que além de representam os sujeitos de produção (nordeste), corroboram com a formação de identificações entre seus adeptos e multiplicadores de sentidos, no caso da religiosidade e mesmo do consumo de bens simbólicos, como o turismo.

Na busca pela valoração dos objetos do passado em territórios distintos, tanto representado nas cidades diversificadas dos nove estados nordestinos, focaliza as cidades com maior concentração de nordestinos fora do nordeste, como Rio de Janeiro e São Paulo, e, ainda concentra aspectos de ressignificação dos objetos no espaço museológico, de criação popular e de sentidos para as “sociedades” que compõe esses sentidos

Aqui, entra o “como” a transmissão de conhecimento é efetivada, como ela é lida e representada para a sociedade e, nesse contexto, estão as leituras da população, dos visitantes e turistas, direcionadas pelos mais de 90.000 (noventa mil) visitantes da feira por mês.

Na imagem do padre Cícero, constrói-se um elo com o passado e suas gerações passadas – pais, avós, tios e demais membros que vieram para o Rio de Janeiro -, que tinha na figura simbólica de Cícero, uma relação direta com as raízes nordestinas, no caso da identificação dos visitantes, turistas e demais consumidores do espaço/território, ao considerá-lo como socialmente vivido. Outra consideração efetiva dessa análise, leva em conta a Tecnologia Social como enfoque, na medida em que é um modo de fazer, um modo de produzir conhecimento, que presta atenção em valores tais como a participação e o aprendizado, a disseminação de informações e do conhecimento entre todas as partes envolvidas, especialmente em relação aos que produzem o sentido e os que absorvem a ideia desse.

Nesse contexto, as imagens carregam os símbolos criados pelo povo, e dela se apropriam para a identificação com a terra de onde vieram ou mantém laços.

Há menções em trabalhos diversos sobre os nordestinos, sobre como “a Feira somou as funções simbólicas de nostalgia às trocas que garantiam a sobrevivência dos migrantes.” (VALVERDE, 2011, p.04).

Essa sobrevivência é visualizada em diversas formas, como é o caso das imagens condizentes à história do nordeste brasileiro em forma de sons, cheiros e sabores e também dos símbolos sagrados, como é o caso da fé em padre Cícero.

Dessa relação entre o discurso produzido e as memórias de infância e mesmo sobre as lembranças de outros, como é o caso de parentes que vieram do nordeste do país nos processos migratórios, - a história oral e, eventualmente, as histórias de lembranças, memórias e inquietações dinamizam aspectos envolvidos nessa análise, pois se considera que

As sociedades nas quais a memória social é principalmente oral, ou as que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita, permitem melhor compreender esta luta pelo domínio da recordação e da tradição, esta manipulação da memória (LE GOFF, 2000, p.57).

Através das entrevistas - efetuadas com a coordenação da feira, sob a perspectiva do assessor de imprensa e braço direito da direção - também foi possível ensejar outras formas de pesquisar e organizar a informação, em conjunto com as comunidades, tais como dinâmicas de grupo, formação de equipes de trabalho e estudo, minicursos, entre outros métodos de pesquisa e de mobilização interativos aplicados para o levantamento dos dados, da forma quantitativa, buscando perceber a relação dos sujeitos com o território e dos turistas como mantenedores dessa relação identitária, seja pelo apelo à cultura do “nordeste”, seja pelas relações de valor ali estabelecidas.

O recorte inicial da cidade do Rio de Janeiro pretendeu nortear uma proposta ampla, sugerindo a extensão às demais cidades do entorno, como um mecanismo inicial, a fim de construir informações sobre a cultura e o patrimônio cultural religioso pelo padre Cícero.

O patrimônio, ao ser visualizado na natureza e na cultura de um povo, por meio de suas manifestações culturais, seus costumes e práticas cotidianas, percebidos especialmente na língua, na música e alimentação, na religiosidade e em outros momentos relevantes postulados pelos criadores e mantenedores, reencontra uma perspectiva subjetivada no papel da memória e da tradição, numa forma de construção de identidades e também de legitimação de nação pelos Estados modernos. A pesquisa também focalizou os bens culturais imateriais, conforme proposta do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional:

Os bens culturais de natureza imaterial estão incluídos, ou contextualizados, nas seguintes categorias que constituem os distintos Livros do Registro: 1) Saberes: conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades. 2) Formas de expressão: manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas. 3) Celebrações: rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social. 4) Lugares: mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e se reproduzem práticas culturais coletivas (BRASIL, 2006, p. 22).

Desses bens, na Feira de São Cristóvão, destacam-se a culinária típica, o artesanato, os sabores, cores e odores produzidos no espaço e que fomentam a vinda de visitantes ao local. Na formação desse território, condensam-se sujeitos e moradores do bairro que, de certa forma, mantém um elo com o nordeste e todo o seu povo.

As relações entre as memórias vão sendo escritas nesse território composto de lembranças, pois, a visibilidade conferida à cultura nordestina perpassa apenas uma parte de suas representações materiais e imateriais. Outras referências que contribuíram para a afirmação de

uma identidade nordestina puderam ser encontradas nos próprios estereótipos usados pelos cariocas. A figura emblemática de Lampião, justiceiro e fora da lei, foi incorporada como um tipo ideal da cultura nordestina: rústica, autêntica e viril. A imagem do sertão semi-árido é celebrada como uma paisagem nordestina, onde a vida é mais honesta, ao contrário da hipocrisia cosmopolita das cidades. É perceptível também o uso da arte naif – sobretudo as esculturas e a literatura de cordel - como elemento identitário, relativizando a pequena valorização. O que era visto como sinal do atraso, da pobreza e da falta da educação ganhava força como discurso afirmativo nordestino. (VALVERDE, 2011, p.5-6)

As caracterizações do povo nordestino, incluindo aspectos da sua cultura popular, vêm desenhando uma relação de representação material e imaterial do espaço. Essas relações vão sendo afirmadas e negadas no espaço e passam a ter uma representação aceita no momento em que há certa valorização, como é o caso das visitas, dos turistas e outros que vão redefinindo o espaço como sendo um terreno fértil de singularidades do outro. No caso dessa afirmação, referente aos aspectos de valorização ou desvalorização apregoados aos sujeitos produtores de sentido, percebe-se uma aproximação com o que se vende, como se vende e como almeja a fidelidade desse consumo, seja de bens materiais ou imateriais, onde a religiosidade se aloca.

A formação de acervos que vão aos poucos inserindo as histórias de vida de personagens da história do nordeste reescreve os processos de migrações, pois, redesenham aspectos que não foram pensados até o momento, como é o caso de figuras emblemáticas como a do padre Cícero e sua leva de seguidores.

Ao criar um ambiente propício para a religiosidade, apregoa-se uma relação mais sensível com a população e os visitantes, comemorando e abraçando um a vertente popular que é a fé e suas representações na cultura material e imaterial.

O turismo como meio interveniente nesse processo de valorização e consumo, passa de certa forma a ser um dos meios de produção de sentidos. Esse sentido se dá como processo de luta pela hegemonia do chamado “discurso forte” (BOURDIEU, 1998, p.136) e, esse pode ser assente no que se considera um meio de disseminação de discursos, ora produzidos para criar uma imagem, ora para modificá-la.

A feira de São Cristóvão e a própria ideia de formação da imagem por meio da religiosidade e da cultura nordestina passa por essa criação de sentidos e de consumo, planejada e ampliada no conceito do turismo, seja pelo segmento gastronômico, cultural e mesmo religioso.

O turismo efetivamente se condensa na relação com a representação de padre Cícero quando formado o elo com a produção de sentidos, de fé, religiosidade e mesmo de pertencimento com o lugar. O simples fato de compor a entrada principal com sua imagem favorece o “sentido” criado e ressignificado nesse território de saberes e sabores que é a feira.

Na medida em que o espetáculo se forma, seja por meio de subterfúgios materiais ou imateriais, a ideia de sentido e de lugar vai se organizando e seduzindo o espectador, turistas e visitantes identificam-se com essa forma de conceber o entretenimento além do cotidiano. A diversão é postulada, reproduzida, seduzindo públicos (turistas) por meio do viável que atrai esses turistas e seus contextos sociais imediatos, criando a reinserção de uma materialidade e uma concretude cada vez maior, pois o consumo estético realizado, durante o seu tempo de lazer, é uma imagem tangível. É a prevalência desse existente empírico, na sua simples complexidade, que conduz a relativização do poder da razão e a concordância sobre a eficácia da imagem (MOESH, 2000, p.121).

O público espera a diversão, muitas vezes revestida com um sentido ou sentimento de prazer e ao mesmo tempo, de reverência a sentidos do passado, como a religiosidade de antepassados.

Dos questionários aplicados, grande parte (cerca de 80%), visita a feira por compreender diversão, lazer, entretenimento e pertencimento, em um só lugar.

3. Território e acervos: os bens de padre Cícero na Feira

O território de memória, fé e religiosidade das representações culturais do Padre Cícero na feira de São Cristóvão, Rio de Janeiro, acaba produzindo discursos e direcionamentos sobre o legado transmitido no tempo, que servem como instrumentos embaixadores de estratégias de controle do espaço, na medida em que sujeitos da própria comunidade afirmam a devoção, as práticas populares de crença e mesmo a manutenção de inúmeros seguidores temporalmente construídos, mas que ainda devotam ao “padim”. Esse viés concretiza-se na medida em que sua efetivação de poder no presente depende do valor atribuído no passado e como isso será visualizado no futuro, quando da intenção em torná-lo um “santo”, devotos vão construindo outros sentidos às práticas do passado, dos seus ensinamentos à própria ideia de ter um santo oriundo do Brasil, especialmente do nordeste brasileiro.

Dessa forma, tentou-se compreender a reivindicação social do direito de “cultivar” as memórias de religiosidade e cultura popular em outros territórios, expressivamente a questão de que a História pode ser apropriada por discursos/representações de grupos sociais, que convencem segmentos múltiplos capazes de produzir sentidos, objetos e mesmo territórios entre o passado e o futuro dos homens/grupos que fazem parte da sociedade.

Com essa expectativa, envolveu-se, nesse diálogo, a representação de fé e religiosidade, a partir da imagem do padre Cícero no Rio de Janeiro, em especial por meio da apreensão do significado produzido pela Feira de São Cristóvão na contrapartida do sentido de produção da memória em Juazeiro do Norte, local de produção dos valores a ele atribuídos, socialmente concebidos.

O que foi indagado, nessa perspectiva, debruça-se em torno do uso da memória socialmente construída e produzida pelos sujeitos oriundos de outras localidades e que ora representam a cidade onde nasceu e ora a “cidade” onde se apropria das representações e imaginários, elaborados sobre esses outros espaços culturais. Para isso, utilizou-se a memória não apenas decifrada como conservação do passado, mas, como um trabalho sobre o passado (BOSI, 1987).

Essa relação entre turismo, religiosidade e o próprio sentido da fé, é valorizado também na medida em que a discussão sobre a santificação dele pelo vaticano torna pública. Ao tentar compreender, nas ressignificações, o sentido das relações sociais envolvidas nos processos de construção do passado através dos objetos, como é o caso da Feira de São Cristóvão, e a produção de acervos e significações, faz-se necessário rever os interesses do presente, especialmente para entender as representações dos sujeitos tanto produtores desse processo quanto receptores – nesse caso os visitantes, turistas e moradores de São Cristóvão.

O valor dado ao sujeito vai de encontro à produção de sentido que vai sendo costurada em torno do padre na feira. Esse lugar (museu) ao ser criado atende aos anseios de devoção e religiosidade tanto dos visitantes/moradores pertencentes quanto de turistas que buscam compreender a relação entre a interação de fé e matéria organizadas a partir do pertencer de sujeitos sociais adeptos a essa manifestação e expressão de fé.

O espaço/território da feira compromete-se a formar não apenas um elo com o passado, mas uma forma de garantir as identidades, manter a luta pela história e as concepções cotidianas e

de grupos específicos. Há também a representação das afinidades políticas desse processo, na qual as relações de construção social de memórias podem caracterizar um embate conflitante que, de certa forma, escolhem o que deve ser lembrado e esquecido.

Indiferente desse “novo” território, representado pelo espaço museológico, os objetos que se referem à vida e obra do padre Cícero possuem e referem significados e sentidos que se relacionam e formam a memória social.

Essa perspectiva é produzida pelos sujeitos que organizam e ofertam a musealização, campo entendido como a projeção no tempo e no espaço dos processos que incluem os sujeitos, os objetos e a forma de visibilidade dos mesmos num cenário específico (RÚSSIO, 1981).



Figura 3. Objetos do Padre Cícero. Museu Luiz Gonzaga. Feira de São Cristóvão, 2015. **Fonte:** Acervo pessoal de Elis Regina Barbosa Angelo

A referida exposição, na composição atual, além de ser considerado um ‘lugar de memória’, é um espaço político de construção de sentidos sobre o passado (GOMES e OLIVEIRA, 2010. p. 51). Nesse sentido, a leitura dos acervos conduz, a partir da construção social da memória, os sentidos e significados dados a objetos, indiferente do significado atribuído em outros tempos. Dos objetos e relíquias apresentados no museu, compreende que a fé e a devoção são os entrepostos de sentidos dado à relação dos visitantes com a memória representada pela própria biografia de Cícero Romão Batista.

A crítica faz-se à eleição do que foi mantido e eleito para ser preservado, pois, as “memórias e identidades sociais estavam em jogo nessa operação” (JULIÃO, 2006, p. 102). E, nesse movimento, a ressignificação dos objetos da obra e da vida cotidiana do padre Cícero legitima-

se no sentido que teve no passado, especialmente o que foi construído e aceito pela sociedade e pela própria Igreja.

Padre Cícero é uma representação da tradição religiosa nordestina, todavia, também, simboliza o povo, as migrações, as lutas sociais e a cultura popular e, principalmente no Rio de Janeiro, os territórios de nordestinos fora de Juazeiro do Norte, que demonstram apego ao passado e ao pertencimento, especialmente, a relação do povo com seu lugar, aquele que remete à infância, à fé e à imagem de alguém que nasceu e viveu nas terras, que ora significam identidades.

Além das imagens norteadoras de fé e devoção estão alguns pertences do padre, adquiridos por sujeitos que tentam armazenar no tempo essas relíquias, ou seja, pelo “guardião da memória”, e, nesse caso, o gestor da Feira de São Cristóvão, Senhor Marcelo Fraga, que, além de ser um multiplicador de acervos no caso da feira de São Cristóvão, organizou um acervo a partir do processo em que adquiriu objetos de memória na cidade de Juazeiro do Norte. Em entrevista, Marcelo Fraga, traça um panorama da proposta do Museu e destaca algumas ponderações diante da sua própria função de “guardião da memória”:

Então qual é a ideia, é a gente fazer esse centro de documentação aqui pra dar, abraçar os nordestinos aqui, pra gente saber quem são os nordestinos aqui, o que eles precisam, o que a gente pode propor, organizar essa história dele, porque, por exemplo, você acha que esse material aqui que nós temos tá faltando, quem é que está contando a história do Padre Cícero? Será que essas coisas não são importantes? Que a Dona Generosa não falou que era beata, então teremos como contribuir com a história né? a montagem da história da feira, contar as história dos cordelistas, cadastrar os cordelistas, eu já falei pro Marcio, - funcionário da feira – [...] eu quero o nome e o contato de todas as personalidades da feira, aqui temos uma mulherzinha que ela dança aqui o tempo todo, todo final de semana a mulherzinha tá aqui, é a coisa mais linda do mundo, então eu preciso ter o cadastro dela, né? De todos os xilógrafos, de todos os cordelistas, de todos os repentistas, fazer reunião com eles, estão precisando mais, sabe, vamos lançar um cordel, vamos comprar uma maquinazinha de cordel, meu Deus é tão barato uma máquina, por cinco mil reais você compra uma gráfica de cordel, então pra gente incentivar, dai tem as escolas de samba, eu trago as escolas e faço as visitas guiadas, então ali a gente fez a conferência de saberes, futuramente quero fazer isso aqui no auditório, então a gente recebe essas crianças, você precisa ver como elas saem daqui, então tem teatro de fantoches, teatro de marionetes, então a gente precisa contar essa história [...](FRAGA,M. 2016)

Marcelo Fraga, conta um pouco da sua trajetória e também dos princípios que o levaram a participar dessa construção de acervos e de memórias, nas quais estão ligados os objetos, a arte popular, os sentidos de cada objeto e também o seu papel nesse processo, dessa forma, ao contar sobre as propostas da feira, inclui “padre Cícero” no acervo e também na forma de tratar do sujeito nordestino e sua representatividade na cidade e no território da feira.

Essa possível organização dos espaços culturais da feira traz benefícios tanto à própria proposta dos eventos, planejamento e execução das atividades quanto da ideia de ter uma forma de garantir a história e a cultura do nordestino nesse território que é o Rio de Janeiro dos nordestinos, assim, diz:

Ensinar pra eles o que é cultura, tem os analfabetos aqui, a gente precisa trazer um curso de alfabetização aqui pra dentro, então tem muitas coisas que temos que vai ajudar o desenvolvimento do nordestino e carioca, então aos trintas anos pro centenário da feira, né, já vamos fazer, e eu e a Priscila vamos coordenar ainda o centenário da feira, to vendo lá na frente, vou estar de bengalinha, sou igual o Eduardo Paes [...] lançou Rio quinhentos, então meu projeto é feira cem por cento, cem anos de feira, que ela é cem por cento, professora Elis queria que ela escutasse isso, que é o projeto que é cem por cento nordestina, ou seja, passa um pente fino

né, feira cem por cento nordestina, passar um pente fino tirar tudo que não é do nordeste daqui, cem por cento brasileira, pra ser cem por cento brasileira ela tem que cumprir todas as normas e regras técnicas de alimentação, de saúde, de tudo, acessibilidade, né vamos inventar tudo que a gente puder e cem por cento carioca que a gente tá aqui pra acolher o carioca, entendeu?

A ideia de ser referência do nordeste na cidade do Rio traz consigo uma missão atrelada ao papel da feira, além da comercialização dos objetos, instrumentos, sabores e saberes típicos, singulares, ou seja, também formar um elo de pertencimento com o nordeste, e sua história, rememorando aspectos relevantes, como é o caso do padre Cícero, figura de importante fatuidade histórica não apenas do Ceará e seu povo, mas de todo nordeste do Brasil.

Outras leituras vão sendo definidas por Marcelo ao esboçar a sua proposta para a feira e a missão social e cultural deles:

“Então são três frentes, cem por cento nordestinas, cem por cento brasileira e cem por cento carioca, e são trinta anos pra gente chegar, cumprir tudo isso aí, daí a gente vai ter uma feira autossustentável, porque esses cones aqui estão errados, esses ferros, eles foram construídos pra baixo, tá vendo? Então eles abafam você não viu o calor que é lá, então se a gente mudar esses cones assim a gente cai captar à água da chuva tá certo, a gente vai captar a energia solar ó o espaço que a gente tem pra isso, e a minha ideia era possibilitar pra eles, a gente tem aqui o térreo, já eu tenho o primeiro andar como vocês vão ver em algumas barracas e eu queria possibilitar pra eles construir um segundo andar com isso, porque não tem mais pra onde crescer a feira e ela precisa né? Ela tem que subir ou descer, tem subterrâneo, mas é caríssimo, estacionamento poderia ser legal, mas então tudo isso a gente tem que pensar porque da feira pra daqui a trinta anos ter um caminho porque se não a cada diretoria vai pra lá, vai pra cá, ou seja, não vai pra lugar nenhum, então se a gente tem um pensamento de Universidade aqui à gente consegue seguir, é e a gente pode apoiar tudo na dança, no cinema, na fotografia, em todas as vertentes culturais, sociais, ecológicas, tudo isso a gente pode por em prática, e é onde entram os projetos que a gente tá fazendo junto com a cultura, essa equipe da cultura (ISS) está sendo maravilhoso e a gente esta trabalhando com eles, com esses equipamentos culturais no Rio de Janeiro, entendeu? Então isso acho muito legal porque a gente tem que cumprir uma missão, que pra nós é muito importante pro nordeste, por ser muito importante, temos que ser referência e levantar essa bandeira e tem bandeiras muito bonitas que o nordestino levanta, eu acho muito legal isso em termo de cultura, é que por exemplo a cultura do Rio de Janeiro, qual é a cultura do Rio de Janeiro? É a cultura de quem veio de fora, quem é o carioca nato? Não sei, porque foi na época do primeiro, então foi o português? Então né, nordestino não é carioca, Rio de Janeiro não é carioca, mas quem é o carioca? Tá, então essas culturas vieram de fora de tamanha importância delas que a gente precisa resgatar e trabalhar isso aí”. (FRAGA, M. 2016)

O seu trabalho cumpre um papel importante para ampliar a missão da feira que é unir e reunir os nordestinos de lá e cá. Essa relação se torna possível na medida em que sentidos vão sendo incorporados à feira e também na própria função social dela, que inclui a educação, a sociabilidade, e a pesquisa. Outras formas de trazer visitantes são os atrativos condensados em sons, cores e sabores, além da própria religiosidade, agora na figura de padre Cícero Romão Batista, que, a partir da relação religiosa e cultural vai sendo uma proposta nova de sentido para a localidade.

4. O turismo cultural e a feira de São Cristóvão: as relações com os visitantes

O turismo forma-se a partir da identificação dos espaços tidos como atrativos. A preferência por um passeio turístico também parte da prerrogativa de que a opção do lugar passa pela escolha de si, de seus protagonismos de identidade e mesmo de alterativa cultural. No caso da Feira de São Cristóvão, muitos são os aspectos que levam visitantes a escolherem esse destino de lazer e atividades diversas. Da gastronomia à expressão artística do povo nordestino, vai, aos poucos, traduzindo seus espaços como território de sabores e saberes, tornando-o parte de um Turismo Cultural. A relação de formação desse espaço, enquanto um elo com a herança migrante nordestina pode ser vista como um dos aspectos de sua escolha como opção de lazer e identificação. Nesse sentido,

A Feira de São Cristóvão começava a se transformar em um acontecimento cultural no qual os migrantes nordestinos poderiam celebrar a sua região de origem. Tratava-se nesse momento de um lugar onde a memória do Nordeste permite a autoafirmação. De fato, a Feira somou as funções simbólicas de nostalgia às trocas que garantiam a sobrevivência dos migrantes (VALVERDE, 2011. p. 04).

A feira, de início, acontecia só aos domingos, pretendendo ser uma réplica das grandes feiras do Nordeste, mas na atualidade, funciona de terça a quinta-feira, entre 10h e 18h, com entrada gratuita, mas nos domingos cobra-se R\$ 3,00. Quer dizer, foi transformando-se aos poucos em um lugar de visitação diária, pois, seu público aumentou gradativamente, especialmente por conta do turismo no Rio de Janeiro e também pelo número de nordestinos e descendentes na região. (JÚNIOR, E. PORTO, Elizabeth, 2002)

Do cordel ao sabor da terra, a feira vai garantindo o elo do nordeste com a cidade do Rio de Janeiro e, em especial, reafirmando as identidades nordestinas, pois, abrange a região e as típicas cidades que compõe os vários Estados e suas singularidades.

O Conselho Internacional de Monumentos e Sítios - ICOMOS trouxe o conceito de Turismo Cultural “enquanto uma forma que tem como premissa [...] o conhecimento de monumentos e sítios histórico-culturais”. (ICOMOS, 2008)

A Organização Mundial de Turismo – OMT entende o Turismo Cultural como “o movimento de pessoas, devido essencialmente a motivos culturais como viagens de estudo, viagens a festivais ou outros eventos artísticos, visitas a sítios e monumentos, viagens para estudar a natureza, a arte, o folclore as peregrinações” (OMT, 1995, p.14).

Das múltiplas conceituações propostas tanto no Brasil quanto em âmbito internacional, algumas características parecem comuns à denominação Turismo Cultural, exemplificadas:

- originalidade e diversificação dos serviços: os elementos da cultura local, objetos e expressões, tais como alimentos e bebidas, música, elementos decorativos, entre outros;
- significado dos bens materiais e imateriais para a comunidade;
- paisagem, que inclui edificações históricas e suas representações, tanto no espaço urbano quanto rural.

Além dessa apreensão conceitual, as relações entre o turismo cultural e a religiosidade, por exemplo, passa pelo crivo da forma em que o objetos/símbolo foi apreendido, apresentado e multiplicado.

O sentido da fé e da religiosidade e sua manifestação ao objeto em si, como a figura do padre Cícero, passa a ter uma conotação tanto cultural quanto religiosa, fazendo parte desses dois tipos de turismo e de turista. Quando o turista viaja em peregrinação, em busca da fé e da contemplação da fé, enquadra-se dentro do turismo religioso, mas quando viaja em busca dos aspectos culturais, artísticos e mesmo religiosos, como contemplação de templos, imagens e artes, parte-se da premissa de que faz um turismo cultural.

Da pesquisa sobre o Padre Cícero, considerando os dados quantitativos, pode-se dizer que, dos 346 questionários aplicados, cerca de 60% dos visitantes tem algo em comum com a fé e a religiosidade, além de ter na imagem do padre uma devoção geracional e mesmo tradicional. Cerca de 70% são moradores do Rio de Janeiro e 30% turistas de todos os estados brasileiros, que consideram aspectos ligados à tradição dos saberes e sabores como marcas e expressões advindas geracionalmente pelas famílias que vieram e trouxe a comida, a música, a literatura, a forma de se vestir, andar, viver e se expressar. Essa conotação foi traduzindo a apropriação do turismo pela figura da religiosidade e os aspectos nordestinos fora do nordeste.

A imagem de fé vai sendo representada nos espaços vivos e itinerantes da feira. Padre Cícero se encontra em diversas esferas, da imagem ao santinho souvenir, até seus móveis, objetos pessoais, indumentárias e outros.

A primeira vista, o museu na sua função já carrega a representação de outros tempos, mas a religiosidade passa a ser uma forma de trazer os visitantes que tem uma relação mais próxima ao “santo” ou a imagem “sagrada”.

Tanto a cultura como a religiosidade vão reescrevendo a função dos espaços e desse território de tradições, no qual as relações vão sendo desenhadas e incorporam-se os sentidos que os objetos tem para a vida dos visitantes e turistas. Parece se transformar em uma modalidade de lugar, que cumpre sua função social. Nesse sentido as relações que sacralizam a imagem de padre Cícero lhe confere sentido, transformando-o em sagrado. (ELÍADE, 1992, p.13)



Figura 4. Estátua de Padre Cícero – Feira de São Cristóvão, RJ. Fonte: Acervo pessoal de Elis Regina Barbosa Angelo

A feira, com a exposição do Padre Cícero, passa a ser, para os visitantes, uma forma de contemplar a cultura, a fé, os sabores, cheiros e símbolos, mas não se refere apenas ao turismo religioso, e sim a tudo que é produzido e promovido no território de tradições nordestinas. Os sentimentos vão sendo atribuídos à imagem que elabora o sentido de fé, de expressão e de atos como o de rezar, pedir e agradecer.

O elo que os liga ao passado está nesse território, onde contempla, sente e volta ao tempo ou mesmo às memórias de seus antepassados.

A cenarização dos lugares é projetada para influenciar a escolha do turista, “os cenários do lazer surgem a partir da apropriação de imagens com o objetivo de compor repertórios de lugares turísticos que possam ser facilmente identificáveis ou categorizados pelo turista”. (SILVA, 2004, p.22).

A contemplação da fé no museu passa a ter um sentido e significado para os visitantes e turistas que extrapola as relações culturais do objeto, dotando-os de sentido religioso, tendo na imagem do padre um símbolo e um ícone condensado nas relações com o nordeste do país, a esse respeito estão às menções a religiosidade que extrapola o território, quando referenciado o uso de rezas, de devoções e demais apreços ao padre indiferente do lugar onde estão vivendo na atualidade, isso serve também aos turistas oriundos do nordeste em geral, quando dividem a relação com a imagem e símbolo do padre.

Ao mesmo tempo, o lugar vai sendo criado a partir da produção de sentido, cenograficamente pensada para envolver o elo com o passado, de forma que, ao passo em que rememora aspectos do passado e da história dos migrantes e seus antepassados, também significa a produção de turismo e lazer à população que aspira esse cenário.

5. Considerações Finais

Ao considerar as representações culturais de fé e devoção da cidade de Juazeiro do Norte, por meio da imagem, artefatos e símbolos de padre Cícero, diversas inquietações surgiram, nas quais sua vida e obra vão postulando novas direções, em especial, a cultural, social, política e religiosa, num novo rumo à sua história, agora aceita pela Igreja Católica.

Especialmente, por conta de sua conversão em importante líder religioso e, conseqüentemente, num santo de devoção popular, todavia promotor de diversas inquietações no meio acadêmico e religioso, tornou-se tanto uma imagem/objeto de devoção quanto de peregrinação, na qual a cidade onde edificou sua comunidade, Juazeiro do Norte, passa a ser significativo centro de visitas turísticas de cunho religioso e da cultura popular, além de favorecer a criação de outros territórios de relevância sociocultural.

Os lugares de memória possuem em seus “sentidos”, a escolha das lembranças, ao considerar que a memória não é espontânea, pois, essa necessidade do acúmulo de vestígios, testemunhos e documentos sobre o passado formam registros do que tinha relevância temporalmente construída, neste caso, a feira de São Cristóvão, ao escolher os objetos de memória, apoia-se na ideia de que, enquanto instituição que tem também um cunho museológico, com arquivos, biblioteca, objetos e instrumentos, de certo modo, tem a missão de salvaguardar a memória popular, e, passou de múltipla e coletiva, para única e sagrada.

Os objetos mais alinhados à formação da representação da cultura do padre Cícero, entre os quais se justificam como objetivos primordiais de memória e identidade simbolizam, nos espaços diversos da exposição, o rememorar dos sentidos e sentimentos por meio do museu, mostras, livros, artigos, espaços e da própria decoração dos lugares, buscando conservar e cultivar a história viva sobre os personagens, sujeitos e personalidades mais importantes do nordeste, como é o caso da Feira de São Cristóvão no Rio de Janeiro.

No caso do sentido adquirido em outro território, como no município do Rio de Janeiro, o qual mantém um elo de pertencimento e identificação com as cidades que fazem parte do universo simbólico nordestino, a exposição do padre, ou seja, a sua imagem como um elo com o passado de fé e religiosidade, cumpriu sua função de preservação da cultura popular, pois, esses objetos trazidos para a feira, fomentam o elo com suas relações com contextos sociais específicos, no caso, coma história de padre Cícero.

Essa perspectiva diz respeito à função do passado e dos espaços e territórios passados em conformidade com o presente ressignificado no território. Essa escolha de objetos de memória não encerra sua contextualização e as experiências postuladas no universo de símbolos agregados à ideia do mentor de inúmeras pessoas, que corroboram com os milagres do padre, embora com as suas idas e vindas à Igreja Católica e, recentemente, atualizados, mas com uma nova significância, em virtude da acolhida de sua personalidade pelo Vaticano, agora aceita e regrada pelo sentido sagrado. (VATICANO, 2015)

Os objetos possuem uma valorização diferente, além de ser parte de um acervo aceito e dignificado por autoridades eclesásticas, contemporaneamente, a sua importância mudou de figura, pois, conformou-se a eles uma condução da fé, uma legitimidade, agora aceita pelos dogmas da Igreja. Até porque se sabe que a simbologia depende de quem lhe atribui o mérito, sendo esse estudado nesse artigo, adquiriu, presentemente, um significado maior dado pelo catolicismo, ora representado pelo poder máximo da Igreja, quer dizer, a fé ao “Padim Çiço” conduzida não apenas pelo apelo profano, mas também pelo sagrado, aceita tanto pelas autoridades católicas quanto pela sociedade dela conforme.

Além dessas referências, não se pode negar a criação de produtos turísticos voltados para o público “cultural” e “religioso”, pois, cada sentido dado ao passado em um lugar de produção de turismo corrobora com a cenarização de novos objetos e sentidos, ora apropriados ora recriados pelos “sentidos do passado”, como é o caso do museu que se constrói.

A imagem do padre Cícero é um caminho para a relação que se estabeleceu na criação da feira de São Cristóvão, no intuito de favorecer um elo e uma identidade, e dar sentido à vivências sociais pelo grupo e para o grupo que também se apropria do turismo para se estabelecer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz - **A invenção do Nordeste e outras artes.** São Paulo: Cortez, 1999.

AQUINO, Pedro Ferreira de - **O Santo do Meu Nordeste. Padre Cícero Romão Batista.** São Paulo: Letras & Letras, 1997.

BARBOSA, Geraldo Menezes - **A um Sopro do Infinito.** Juazeiro do Norte: Realce, 2007.

BARBOSA, Geraldo Menezes - **Relíquia: o mistério do sangue das hóstias de Juazeiro do Norte.** Juazeiro do Norte: Gráfica e Editora Royal, 2004.

BOSI, Ecléa - **Memória e sociedade: lembranças de velhos.** São Paulo: T. A Queiroz, Edusp, 1987.

BOURDIEU, Pierre - **O Poder Simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand, 1998.

BRASIL - **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).** 2006.

CONTE, Ana Carolina Papacosta - **A proteção do patrimônio cultural brasileiro em face do direito ambiental: o centro da cidade de São Paulo e sua tutela jurídica.** Dissertação. Mestrado em Direito. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2002.

DELLA CAVA, Ralph - **Milagre em Joazeiro.** 2 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

DIÁRIO DO NORDESTE - **Juazeiro.** Contemporâneos relembram convivência. Fortaleza, Ceará, 24 de março de 1994. Pág. 04, Caderno Especial.



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO - **Feira de São Cristóvão recebe mais de 3 milhões de visitantes**. Poder Executivo - Ano XXII - N0180, Terça-feira, 9 de dezembro de 2008.

ELÍADE, Mircea. **O sagrado e o profano**. São Paulo: Martins Fontes, 1992

FORTI, Maria do Carmo P.- **Maria de Araújo, a beata do Juazeiro**. São Paulo: Edições Paulinas, 1991.

GOMES, Alexandre Oliveira; OLIVEIRA, Ana Amélia Rodrigues de - A construção social da memória e o processo de resignificação dos objetos no espaço museológico. **Museologia e Patrimônio**, v. 3, n. 2, jul/dez de 2010.

GUEIROS, Optato - **Lampião**. 2 ed. São Paulo: s/ed. 1953.

ICOMOS - **Carta dos Itinerários Culturais** - Comité Científico Internacional dos Itinerários Culturais (CIIC) do ICOMOS, ratificada pela 16ª Assembleia Geral do ICOMOS, em 4 de Outubro de 2008, no Québec, Canadá.

JUAZEIRO - Contemporâneos Relembrem Convivência. **Diário do Nordeste**, Fortaleza, Ceará, p. 04, Caderno Especial, 24 de março de 1994.

JULIÃO, Letícia - A pesquisa histórica no museu. **CADERNO de Diretrizes Museológicas I**. 2a ed.. Brasília: Ministério da Cultura; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Departamento de Museus e Centros Culturais. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura; Superintendência de Museus, 2006, p. 93-105.

JÚNIOR. Elzário; PORTO, Elizabeth - Feira de São Cristóvão: Patrimônio Cultural, Histórico e Artístico. **Caderno Virtual de Turismo**, Vol. 2, N° 3 (2002), p.11-16.

LE GOFF, Jaques - **História e memória**. Lisboa: Edições 70, 2000.

MENEZES, Fátima - **Lampião e o Padre Cícero**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1985.

MOESCH, Marutschka - **A produção do saber turístico**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

NEMER, Sylvia - **Espaço Urbano e Migrações. Feira de São Cristóvão: Os desafios da Memória**. Curitiba: Prismas, 2016.

NETO, Lira - **Padre Cícero: Poder, Fé e Guerra no Sertão**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

NOBRE, Edianne S. - **O Teatro de Deus: as beatas do Padre Cícero e o espaço sagrado de Juazeiro (1889-1898)**. Fortaleza: Edições IMEPH/UFC, 2011.

NORA, Pierre - **Entre história e memória. A problemática dos lugares**. Projeto História. PUC. São Paulo, v.10, n. 10, p. 7-28, dez/1993.

OLIVEIRA, Amália Xavier de - **O Padre Cícero que eu conheci**. 3 ed. Recife: Editora Massangana, 1981.

OMT- Organização Mundial do Turismo. **Conceitos, definições e classificações e estatísticas para o turismo**. Madrid: OMT, 1995.

RIO DE JANEIRO. Estado. **Edital de seleção nº. 005/2016/**. Pró-reitoria de Extensão da UFRRJ. Seropédica: UFRRJ, 2016.

RIOS, Kênia Sousa; RAMOS, F. Régis Lopes - O cultivo da lembrança no multiculturalismo: além da memória, mas aquém da história. In: FUNES, Eurípedes; LOPES, Francisco Régis; RIOS, Kênia Sousa; RIBARD, Franck (org.). **África, Brasil, Portugal: História e ensino de História**. Fortaleza: Editora UFC/ Expressão Gráfica e Editora. 2010.

RÚSSIO, W. - L'interdisciplinarité em muséologie. *Museological Working Papers/Documents de Travail Muséologique*, n. 2, p. 58-59. Stockholm, 1981.

SILVA, Antenor Andrade - **Cartas do Pe. Cícero**. Salvador (Bahia): Escolas Profissionais Salesianas, 1982.

SILVA, Maria Da Glória Lanci - **Cidades Turísticas: Identidades e Cenários de Lazer**. São Paulo: Aleph, 2004. (Série Turismo).

SOBREIRA, Azarias - **O Patriarca de Juazeiro**. Petrópolis: 1968.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de - **Bens Culturais e sua Proteção Jurídica**. 3a. ed. Curitiba: Juruá, 2009.

VALVERDE, Rodrigo Ramos Hospodar Felipe - **Transformações da feira de São Cristovão: recriando o lugar do migrante**. *Mercator*, Fortaleza, v. 10, n. 21, p. 81-90, jan./abr. 2011.

DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

BRAGA, Laurindo. Perdão a Padre Cícero leva 100 mil romeiros a Juazeiro do Norte. Disponível em: <http://brasil.estadao.com.br/noticias/geral/perdao-a-padre-cicero-leva-100-mil-romeiros-a-juazeiro-do-norte,10000005373> > São Paulo: Estadão, 20 de dezembro de 2015. Acesso em 10/02/2016.

BRASIL. IBGE. Censo demográfico das cidades 2006. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=230730>>. Acesso em: 29 de Nov. de 2014.

FEIRA de São Cristóvão terá passaporte para atrair turistas. Disponível em: <http://www.querodiscutiromeuestado.rj.gov.br/noticias/2959-feira-de-sao-cristovao-tera-passaporte-para-atrair-turistas>.> Acesso em: 12/01/2016.

JUAZEIRO DO NORTE. Cidade de Todos. Disponível em: <http://www.juazeiro.ce.gov.br/Cidade/Polo-artesanal/>>. Acesso em: 29 de nov. 2014.

RADIO VATICANO. A voz do Papa e da Igreja em diálogo com o mundo. Cardeal Dom Orani Tempesta: Padre Cícero Romão Batista. Juazeiro (RV). 2015. Disponível em: http://br.radiovaticana.va/news/2016/02/02/cardeal_dom_orani_tempesta_padre_c%C3%A0cero_rom%C3%A3o_batista/1205482> Acesso em 20/05/2016.

TITO, Cléber. Feira de São Cristóvão completou 69 anos com muita alegria e novos projetos. 07/10/2014. Disponível em: <https://clebertito.wordpress.com/2014/10/07/feira-de-sao-cristovao-69-anos-com-muita-alegria-e-novos-projeto/>>. Acesso em: 21 de setembro de 2015.

VATICANO. Autorizada pelo Vaticano a Reconciliação de Padre Cícero com a Igreja. 15 de dezembro de 2015. Disponível em: <http://misericordia.org.br/autorizada-pelo-vaticano-a-reconciliacao-de-padre-cicero-com-a-igreja/>.> Acesso em: 12/04/2016.



ENTREVISTA

FRAGA, Marcelo – Gestor da Feira de São Cristóvão - entrevista concedida em datas distintas: 01/12/2015; 02/02/2016; 20/01/2016; 24/01/2016 – Local: feira de São Cristóvão, Rio de Janeiro.

IMAGENS

Acervo fotográfico de Elis Regina Barbosa Angelo – Fotografias dos anos de 2014, 2015 e 2016.

**PAISAGEM CULTURAL: CAMINHOS E POSSIBILIDADES DA
EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO EXPERIÊNCIA
INTERDISCIPLINAR**

**CULTURAL LANDSCAPE: WAYS AND POSSIBILITIES OF ASSET
EDUCATION EXPERIENCE AS INTERDISCIPLINARY**

Lauro César Figueiredo

Professor Adjunto da Universidade Federal de Santa Maria/RS,
Departamento de Geociências.
NERA- Grupo de Estudos Regionais e Agrários
Grupo de Pesquisa Memória, Patrimônio Cultural, Natural e Desenvolvimento Local
Universidade de São Paulo – USP/EACH.
laurocfigueiredo@hotmail.com

Marta Rosa Borin

Professora Doutora. Departamento de Metodologia do Ensino/Centro de Educação;
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/RS/Brasil), Professora do Programa de Pós-
Graduação em História, Grupo de Pesquisa:
História Platina: sociedade, poder e instituição, UFSM/CNPq; Professora do Programa
de Pós-Graduação Profissionalizante em Patrimônio Cultural,
mrborin@gmail.com



Paisagem Cultural: Caminhos e Possibilidades da Educação Patrimonial como Experiência Interdisciplinar

Cultural Landscape: Ways and Possibilities of Asset Education Experience as Interdisciplinary

Lauro César Figueiredo

Marta Rosa Borin

Historial do artigo:

Recebido a 12 de novembro de 2016

Revisto a 12 de dezembro de 2016

Aceite a 18 de dezembro de 2016

RESUMO

Objetiva-se com este artigo apresentar discussões em torno do conceito de paisagem cultural aplicado à Educação Patrimonial, empregando o mesmo como instrumento de conservação do patrimônio. Como instrumento metodológico de pesquisa, foram utilizados, como dados primários, a observação participante realizadas em projetos de extensão, já às fontes secundárias, utilizou-se de produções acadêmicas que discutem a temática e auxiliaram no entendimento do conceito. Os resultados são parciais uma vez que a interdisciplinaridade, enquanto novo paradigma do conhecimento nos impõe uma espécie de deslocamento de nossa posição em um campo específico do saber, ampliando os horizontes de atuação e nos coloca como agentes na construção de um saber novo e, por isso mesmo, complexo e instável.

Palavras-chave: Paisagem Cultural; Educação Patrimonial; Interdisciplinaridade; Patrimônio

ABSTRACT

Objective with this article present discussions on the cultural landscape concept applied to heritage education, employing the same as heritage conservation tool. As a methodological research tool, they were used as primary data, participant observation conducted in extension projects guided by the author, since the secondary sources, we used academic productions that discuss the issue and helped in conceptual understanding. The results are partial since interdisciplinary as an adventure of knowledge imposes a kind of shift our position in a specific field of knowledge, expanding the horizons of action and puts us as agents in building a new knowledge and, that's right, complex and unstable.

Key-words: Cultural Landscape; Heritage Education; Interdisciplinary; Patrimony



1. Introdução

Este artigo objetiva discutir o conceito de paisagem cultural aplicado à Educação Patrimonial, empregando o mesmo como instrumento de conservação do patrimônio.

Ao compreender a trajetória da ampliação do conceito de patrimônio, percebemos, substancialmente, o alargamento disciplinar e a conseqüente regeneração que tem resultado no maior reconhecimento da diversidade cultural e no direcionamento rumo à valorização deste conceito. Uma delas vai ser a de “paisagem cultural”, que, desenvolvida pela Unesco desde o início dos anos 1990, combina de forma inextricável os aspectos material e imaterial do conceito, muitas vezes pensados separadamente, indicando as interações significativas entre o homem e o meio-ambiente natural. Há de se intentar compreender as partes, o todo, suas dimensões, seu funcionamento, interações, contradições, ambigüidades, dialógicas e dinâmicas, sua complexidade sistêmica e mutante, portanto. Com isso, o conceito parece oferecer uma rica perspectiva quando aplicada também às ideias tradicionais do campo da conservação, podendo servir para ampliar a perspectiva sobre os próprios centros históricos, permitindo leituras que compreendem justamente as interações entre os aspectos natural e cultural, material e imaterial desses conjuntos, muitas vezes ignoradas. A partir desta compreensão ampliada, parece-nos possível também se propor estratégias integradas de intervenção que, ao combinar esses diversos aspectos, terminam por constituir respostas muito mais completas ao complexo desafio da conservação urbana. Sendo a Paisagem Cultural um novo eixo dentro da estrutura do IPHAN e, portanto, sem a mesma experiência dos outros setores, existem ainda nessa fase inicial, mais perguntas do que respostas.

Diante do desafio que agora se impõe para as políticas de patrimônio para incorporação da paisagem cultural como um instrumento legítimo de valorização de identidades e prática da cidadania, tal debate se justifica, uma vez que, a maneira como um conceito polissêmico como o de paisagem for incorporado nas políticas públicas implicará em diferentes estratégias. O papel de estratégias para incorporação dos valores das populações envolvidas e sua apropriação enquanto identidade, seja pela necessidade de vinculação e pertencimento, seja pela necessidade de associar a população à prática, rumo à gestão sustentável é um caminho sem volta. Pensar a paisagem como patrimônio também implica em pensar suas potencialidades.

2. Patrimônio e Conservação

O entendimento que se tem hoje do que seja patrimônio e as medidas de proteção destinadas à sua salvaguarda são resultantes de uma formulação lenta e gradual da cultura no mundo ocidental. É claro que encontramos desde a Antiguidade objetos valorados e conservados, bem como medidas jurídicas para sua proteção, advindas de motivações de ordem cultural, política, econômica e religiosa. Todavia, uma reflexão crítica acerca do valor histórico, artístico e cultural dos bens a serem conservados ocorreu em épocas mais recentes e que acarretaram transformações no conceito.

A ampliação do conceito permitiu a compreensão de que os signos das identidades de um povo não podem ser definidos tendo como referência as culturas ocidentais, assim como a cultura camponesa não pode ser vista como menor em face às atividades industriais. O reconhecimento da mudança conceitual se fez presente nos fóruns internacionais destinados a refletir sobre a

conservação de bens culturais ou patrimônio cultural. A Convenção de Haia de 1954, patrocinada pela UNESCO, empregou o conceito. A partir de então ele passou a ter o sentido de objetos e estruturas herdadas do passado, com valores históricos, culturais e artísticos, bens que representam as fontes culturais de uma sociedade ou de um grupo social e que podem ser materiais ou imateriais, ao longo das duas décadas seguintes.

3. A Paisagem e a Abordagem Cultural

Embora desde o final do século XIX a paisagem tenha sido objeto de reflexão dos geógrafos, que trouxeram uma abordagem mais sociológica, cultural e humanista, como a ideia de “Paisagem Cultural”, Cauquelin (1998, 110-112) reforça que a noção pictórica de paisagem tem embasado a construção de uma retórica geral e dominante sobre o tema no campo do patrimônio cultural a qual poderemos identificar na atuação de diversas instituições responsáveis pela conservação do patrimônio, como a UNESCO, por exemplo.

Os estudos da paisagem cultural têm, em suas origens, Carl Sauer como grande expoente. Seu grande clássico, “A morfologia da paisagem”, publicado em 1925, é pioneiro da geografia cultural. Nele, Sauer defende que a cultura é apreendida através da análise das técnicas, dos utensílios e das transformações das paisagens, ou seja, dos aspectos materiais, utilizados pelo homem de forma a modificar o ambiente natural. Sauer é considerado fundador da chamada Escola de Berkeley, que tem alguns discípulos de relevância, em termos de produção. Desses, Philip L. Wagner e Marvin W. Mikesell, entre outros, desenvolveram, nessa Universidade da Califórnia, campus de Berkeley, sua base de pesquisa (CORRÊA; ROSENDAHL, 2000). Características principais da obra saueriana, segundo Corrêa e Rosendahl (2000, p.9) são: a crença na diversidade cultural, a ênfase no passado, a valorização da contingência, o primado da compreensão, uma certa postura anti-urbana e o privilégio de sociedades tradicionais.

Em texto originalmente escrito em 1931 e reeditado em 2000, Sauer afirma que a geografia cultural implica um programa integrado ao objetivo geral da geografia, qual seja: “um entendimento da diferenciação da Terra em áreas. Seu método é evolutivo, especificamente histórico até onde a documentação permite e, por conseguinte, trata de determinar as sucessões de cultura que ocorreram numa área” (SAUER, 2000, p.109-10). Holzer (1999: 111), afirma que, da década de 1920 até o início de 1960, o objetivo da Geografia Cultural era estabelecer bases metodológicas que atendessem a seu variado programa de estudos. A partir de 1960, a ênfase no caráter coletivo da cultura é deixada de lado e preocupações eminentemente epistemológicas direcionam os estudos para o estado das atitudes e preferências que, segundo o próprio Sauer, podiam ser inventadas ou adquiridas.

Uma grande mudança de atitudes caracteriza a transformação que começa a afetar os estudos culturais conduzidos a partir do início da década de 1970. Teve destaque, à época, a constatação de que as realidades que refletem a organização social do mundo, a vida dos grupos humanos e suas atividades jamais são puramente materiais. São expressões de processos cognitivos, de atividades mentais, de trocas de informação e de ideias. As relações dos homens com o meio ambiente e com o espaço têm dimensão psicológica e sociopsicológica. Nasceram das sensações experimentadas e das percepções a elas ligadas (CLAVAL, 2001: 97-99).

O ressurgimento da geografia cultural se faz em um contexto pós-positivista e vem da consciência de que a cultura reflete e condiciona a diversidade da organização espacial e sua dinâmica. A dimensão cultural torna-se necessária para a compreensão do mundo. O ressurgir da geografia cultural é marcado por diversas influências: pela geografia cultural que a antecedia



e pelo materialismo histórico e dialético, que considera a cultura como um reflexo e uma condição social, simultaneamente. Atualmente, valoriza-se a experiência, a intersubjetividade, os sentimentos, a intuição e a compreensão daquilo que não se repete.

Nesse cenário, o lugar é tido como um conceito-chave da geografia, por Relph (1976) e Tuan (1980; 1983). As temáticas da religião, da percepção ambiental, da identidade espacial e a interpretação de textos (literatura, música, pintura e cinema) estão entre as que emergiram ou foram retomadas. O espaço urbano passa a ser objeto de interesse na geografia cultural. Esta “distingue, descreve e classifica os complexos típicos de aspectos ambientais, incluindo aqueles feitos pelo homem, que coincidem com cada comunidade cultural” (CORRÊA, 1999, p.53). Ao fazê-lo, considera-os como paisagens culturais e procura origens na história da cultura (WAGNER; MIKESELL, 2000:15-17). Entende-se que a cultura resulta da capacidade de os seres humanos se comunicarem entre si por meio de símbolos. Assim:

“Quando as pessoas parecem pensar e agir similarmente, elas o fazem porque vivem, trabalham e conversam juntas, aprendem dos mesmos companheiros e mestres, tagarelam sobre os mesmos acontecimentos, questões e personalidades, observam ao seu redor, atribuem o mesmo significado aos objetos feitos pelo homem, participam dos mesmos rituais e recordam o mesmo passado” (WAGNER; MIKESELL, 2000, p.21).

Refletem, dessa forma, a existência de símbolos e língua comuns. A paisagem passa a ser concebida em uma amplitude de abordagens, tendo por base uma matriz não-positivista. Ela desempenha um papel na aquisição, por cada um, de conhecimentos, atitudes e reflexos dos quais temos necessidade para viver: constitui o quadro em relação ao qual se aprende a se orientar; fala da sociedade na qual se vive e das relações que as pessoas estabelecem com a natureza. Esse aspecto se apresenta carregado de lembranças históricas cuja significação pode ser apreendida pelo observador atento. A paisagem é, assim, uma das matrizes da cultura. É, também, o lugar onde as atividades humanas gravam sua marca. Altera-se o foco e fundamentação ontológica da paisagem. Uma das principais mudanças incorre no fato de se buscar compreender como a vida dos indivíduos e dos grupos se organiza no espaço, nele se imprime e reflete. Desse modo, “trabalha-se com a dialética das relações sociais no espaço, com sua ligação ao meio ambiente e ao papel complexo das paisagens, ao mesmo tempo suportes e matrizes das culturas” (CLAVAL, 2001:41-48). O próprio conceito de paisagem é uma forma especial de dar significados, estruturar e compor o mundo externo, “cuja história tem que ser entendida em relação à apropriação material da terra” (COSGROVE; JACKSON, 2000:16).

A paisagem cultural refere-se, pois, ao conteúdo de uma determinada área ou um complexo geográfico de certo tipo, no qual são manifestas as escolhas feitas e as mudanças realizadas pelos homens enquanto membros de uma comunidade cultural. Seu estudo serve, simultânea e inseparavelmente, a diversos fins. Independente da sua função de descrição sistemática proporciona uma base para a classificação regional, possibilita um insight sobre o papel do homem nas transformações do espaço e esclarece certos aspectos da cultura e de comunidades culturais em si mesmas. A paisagem cultural, então, pode ser entendida como um produto concreto e característico da interação complicada entre uma determinada comunidade humana, abrangendo certas preferências e potenciais culturais, e um conjunto particular de circunstâncias naturais. Trata-se de uma herança de um longo período de evolução natural e de muitas gerações de esforço humano (WAGNER; MIKESELL, 2000: 23-24). Ao reconstruir os conceitos de paisagem e de cultura com novas referências conceituais, os estudos recentes de geografia cultural enfatizam o caráter de construção cultural sofisticada do próprio conceito de paisagem. Esta passa a ser vista como um modo especial de compor, estruturar e dar significado a um mundo externo, cuja história tem que ser entendida em relação à apropriação material da terra. A paisagem pode, então, ser estudada por vários meios e superfícies: por intermédio da pintura sobre a tela, da escrita sobre o papel, das imagens gravadas em filme, e mesmo da terra,



da pedra, da água e da vegetação sobre o solo. Esses meios revelam significados que os grupos humanos atribuem às áreas e lugares, permitindo relacionar esses significados a outros aspectos e condições da existência humana (COSGROVE; JACKSON, 2000:21). A linha interpretativa dentro da geografia cultural recente desenvolve a metáfora da paisagem como ‘texto’, a ser lido e interpretado como documento social.

Os signos de que as paisagens são portadoras transmitem mensagens intencionais, geralmente muito fáceis de serem decifradas pelas pessoas familiarizadas com a cultura local. No entanto, a mensagem não se torna clara para os demais, a não ser que se conheçam os textos que ela procura transcrever. É ao papel que a paisagem desempenha nos processos culturais e aos valores que aí se leem que os pesquisadores se atêm, nos últimos tempos (CLAVAL, 1999). Nesse sentido:

“As paisagens tomadas como verdadeiras de nossas vidas cotidianas estão cheias de significados. Grande parte da geografia mais interessante está em decodificá-las. É tarefa que pode ser realizada por qualquer pessoa no nível de sofisticação apropriado para elas. Porque a geografia está em toda a parte, reproduzida diariamente por cada um de nós” (COSGROVE, 2004:32).

Assim, revelar os significados na paisagem cultural exige a habilidade imaginativa de entrar no mundo dos outros de maneira autoconsciente e, então, re-apresentar essa paisagem num nível no qual seus significados possam ser expostos e refletidos.

Adotada em 1992 pela UNESCO o conceito de “paisagem cultural” vem valorizando as inter-relações entre homem e meio ambiente, entre o natural e o cultural. Abarcando as ideias de pertencimento, significado, valor e singularidade do lugar, tais paisagens culturais podem ser intencionalmente definidas por razões estéticas (jardins e parques); evoluídas organicamente cujo processo de construção terminou no passado (paisagens relíquia ou fóssil e paisagens contínuas ou vivas, cujo processo evolutivo ainda está em curso; e, paisagens culturais associativas, que têm o seu valor determinado de acordo com associações feitas acerca delas).

A ideia de paisagem cultural, novo marco teórico que articula de forma inseparável os aspectos materiais e imateriais do conceito de patrimônio, muitas vezes pensados separadamente, indica que as interações significativas entre cultura e natureza tornam-se cada vez mais relevante para o homem do século XXI. Em tempos de mundialização e homogeneização das culturas, é saudável que possamos resguardar e valorizar contextos de vida singulares, que se traduzam na relação harmônica do homem com a natureza e, conseqüentemente, em maior qualidade de vida. A perspectiva da paisagem cultural implica ainda que se identifique as relações estabelecidas, nos vários momentos históricos, entre as comunidades locais e a natureza, considerada matéria-prima para a apropriação social. Estas relações entre comunidade-natureza explicam como se deu a produção dos objetos materiais (cidades, edificações, campos de cultivo) e da vida imaterial (festividades, lendas, tradições, crenças, elementos simbólicos, memória coletiva).

4. Educação Patrimonial: caminhos e possibilidades

Paulo Freire observou que o conceito de cultura empregado na discussão em tela é indispensável em qualquer contexto. Seu argumento é de que, ao discutir sobre o mundo da cultura e seus elementos, os indivíduos vão desnudando a sua realidade e se descobrindo nela. A cultura material torna-se elemento do processo de “alfabetização cultural” empreendido por Freire, assim como uma concepção de cultura que inclui as manifestações eruditas e populares.



Não pretendemos entrar na discussão das ideias de Freire, mas enfatizar que a visão de uma prática educativa fundamentada na cultura não surge com a Educação Patrimonial. Na verdade, o próprio “Guia Básico de Educação Patrimonial”, publicado pelo Iphan em 1999 (HORTA, GRUNBERG & MONTEIRO) deixa claro que a Educação Patrimonial pode ser um instrumento de “alfabetização cultural”.

Assim, inspirado em Paulo Freire, Ramos (2004:21) propõe a pedagogia do diálogo contida no “objeto gerador” do conhecimento, quando o pedagogo projetou uma forma de alfabetização para adultos por meio de “palavras geradoras”, isto é, que tivessem profundo significado para quem iria ser alfabetizado, constituindo a matéria-prima para a descoberta da forma pela qual as palavras seriam escritas.

Neste sentido, um bem cultural, como objeto gerador do conhecimento, deverá contribuir para a alfabetização cultural, e, sendo os museus, entre outros, uma instituição de caráter, essencialmente pedagógicos, contribuem para a alfabetização museológica (RAMOS, 2004:33) do adulto. Para tanto, é necessário que ele entenda a historicidade do patrimônio cultural, que identifique à multiplicidade de culturas entranhadas nele, como a trama de valores, o seu uso, as suas transformações, a sua destruição e a sua reconstrução. Por exemplo, um monumento ou um sítio histórico ou arqueológico, um parque ou uma área de proteção ambiental, um centro histórico urbano ou uma comunidade da área rural, uma manifestação popular de caráter folclórico ou ritual, saberes populares, expressões resultantes da relação entre indivíduos e seu meio ambiente.

Neste processo do conhecimento, o autor destaca que a “pedagogia da pergunta” viabiliza o trabalho com os objetos geradores, não tem uma resposta como solução, mas desperta o interesse em buscar novas respostas, de “ad-mirar”, ou seja, colocar-se frente ao “não-eu” para, curiosamente, compreendê-lo. Sugere que, não há ato de conhecimento sem admiração do objeto a ser conhecido, sendo este um dos princípios da Educação Patrimonial (RAMOS, 2004:36).

A expressão “Educação Patrimonial” foi formulada pela primeira vez no país em 1983, a partir de um seminário realizado no Museu Imperial, em Petrópolis, no Rio de Janeiro (HORTA, 2005; HORTA, GRUNBERG & MONTEIRO, op.cit.). O encontro teve por objetivo a apresentação de uma metodologia inspirada em uma iniciativa pedagógica adotada na Inglaterra e cujo mote era o uso educacional dos museus e monumentos. A ideia central era utilizar as fontes primárias como ferramenta didática dessas escolas, especialmente por meio da noção de “histórias baseadas em evidências para o ensino da História daquele país” (BEZERRA, 2006: 41).

Em certa medida, o que se percebe, é um modismo no uso da expressão “Educação Patrimonial” (CHAGAS, 2006; BEZERRA, 2006), o que, por um lado, aponta para a multiplicação do número de projetos baseados nos bens patrimoniais e, por outro, indica a urgência de se rediscutir sobre o tema, que tem desdobramentos importantes para a dinâmica de constituição e de preservação do patrimônio cultural como um todo.

A Educação Patrimonial é um tema complexo, entendido aqui, nos termos de Morin (1990), como uma “questão problema” e não meramente como uma solução, uma vez que anuncia tanto reflexões em aberto, porque próprias de um campo de discussão e de pesquisa que se define historicamente, como, ao mesmo tempo, aponta para um conjunto de ações de caráter técnico a serem avaliadas dentro de uma perspectiva ética, mas não de uma ética que desconsidera a visão do Outro e toma o olhar do técnico como algo que basta em si mesmo, e sim de uma ética de reciprocidade que situa o diálogo e a troca cultural como um horizonte possível.

Mas, afinal, o que é Educação Patrimonial? Com este questionamento, instigamos nossos leitores a pensarem sobre o seu estatuto no que tange ao processo de ensino-aprendizagem em intersecção com o campo do patrimônio. A Educação Patrimonial situa-se nos interstícios disciplinares. Portanto, não temos a intenção de propor qualquer tipo de definição.

Ao longo dos últimos anos, multiplicaram-se iniciativas educacionais voltadas à preservação patrimonial. Ao se adotar a expressão Educação Patrimonial, uma grande variedade de ações e projetos com concepções, métodos, práticas e objetivos pedagógicos distintos foi realizada por todo o país. Não obstante a extrema pertinência e a importância dos resultados alcançados por essas iniciativas, nem sempre se discerne uma orientação programática definida, subjacente a esse conjunto heterogêneo: ações pontuais e esporádicas de promoção e divulgação se acotovelam com propostas educativas continuadas, inseridas na dinâmica social das localidades; projetos e encontros, materiais de apoio, cadernos temáticos e publicações resultantes de oficinas se misturam a práticas significativas em que esses materiais não constituem um fim em si mesmo; ao contrário, compõem partes de processos educativos.

A Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio histórica das referências culturais, em todas as suas manifestações, a fim de compreender seu reconhecimento, valorização e conservação. Consideramos ainda que os processos educativos sejam construídos de forma coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural. Sua formulação decorre de um longo processo de debates institucionais, aprofundamentos teóricos e avaliações das práticas educativas voltadas à conservação do patrimônio.

A complexidade que envolve o conhecimento do “ambiental-urbano-cultural”, hoje no contexto mundial aponta para a necessidade de uma nova leitura do território, como forma de compreender a sua dinâmica e buscar estratégias de intervenções, mais adequadas - para as cidades contemporâneas. Essa nova leitura deve ser entendida, como um conhecimento integrado da paisagem cultural onde os processos urbanos e históricos de reconstrução das cidades possam ser revelados através das relações entre diferentes escalas espaciais e da interdependência entre os diferentes aspectos, físicos, econômicos, sociais, políticos e culturais. Essa integração sugere uma força, que pode significar um combate às constantes fragmentações do espaço urbano no que concerne às relações do seu processo de produção, tais como sociedade-natureza; rural-urbano; local-global; sujeito-objeto, teoria e prática social.

Partilham desse mesmo olhar, ZANIRATO (2009) e VARINE (2012), ao reafirmarem o valor e a utilidade da educação patrimonial com as comunidades. Conferem importância fundamental à educação social, patrimonial e ambiental em comunidades, enquanto instrumento de combate às desigualdades e conquista de maior soberania sobre decisões tomadas em relação à herança cultural. Corroboram com o desenvolvimento local sustentável e maior capacitação da autonomia das comunidades. Ambos defendem que os líderes comunitários, assim como agentes de outras instâncias, devem participar na tomada de decisões relativamente ao patrimônio local uma vez que são esses profissionais cujos investimentos lhes permitiram estar num patamar de liderança e de administração da sociedade. No entanto, e frequentemente, as prioridades pessoais parecem estar acima das necessidades da população. Devem ser cultivados sentimentos de liderança baseados na cooperação, e não na supremacia, para que a sociedade possa ter oportunidade de ser informada e formada deixando de ser um ideal.

Nesse viés partimos do princípio de que a interdisciplinaridade, como novo paradigma do conhecimento nos impõe uma espécie de deslocamento de nossa posição em um campo específico do saber, ampliando os horizontes de atuação, uma vez que nos coloca como agentes na construção de um saber novo e, por isso mesmo, complexo e instável.

Não defendemos, aqui, uma perspectiva holística e redentora dos saberes, o que apontaria para uma fusão de horizontes isenta de tensões. Pelo contrário, sinalizamos para os dilemas e complexidades existentes na aproximação de saberes, metodologias e perspectivas teórico-conceituais que precisam ser repensados no ato mesmo de se lançar a interdisciplinaridade.

A abertura dialógica, portanto, re-situa nosso olhar nesse processo de produção de um saber ampliado para além dos limites do campo de conhecimento do qual somos oriundos. Se isto é verdade, a especialização estreita, ou ainda a visão compartimentada do conhecimento, impõem-nos uma nova visada sobre o próprio fazer científico, assim como uma ética de reciprocidade que contemple a pertinência do olhar do outro, na medida em que percebe o significado de nosso olhar na interação.

Nestes termos, a perspectiva interdisciplinar emerge como uma questão central para as pesquisas e intervenções sobre a temática do patrimônio, especialmente quando se trata de pensarmos sobre o papel dos profissionais e dos técnicos do campo do patrimônio junto às comunidades em que tais elementos aparecem.

As nossas inquietações enquanto profissionais que trabalhamos nas interfaces das Ciências Sociais/Humanas com a Educação nos impõem sobre a necessidade de estabelecermos um diálogo constante entre os diversos saberes, evidenciando que o campo da Educação Patrimonial é uma área do conhecimento eminentemente interdisciplinar. Ou seja, qualquer atividade ligada ao tema da aprendizagem patrimonial deve considerar a matriz complexa que define o campo de atuação profissional e as formas de intervenção junto aos grupos sociais, que encerram estratégias didático-pedagógicas, situadas na interface das ciências.

Nesse contexto, os caminhos e possibilidades de um diálogo entre Paisagem Cultural e Educação Patrimonial revelam resultados profícuos uma vez que a paisagem cultural se aplica as diversas escalas territoriais, por ser um conceito que norteia as escalas intra-urbana e regional, visto que traz em seu bojo, como aporte genético, a noção geográfica de paisagem que está intimamente relacionada à noção de território. O cultural adjetiva as relações enfocadas neste território para além da percepção naturalista, estética, visual pictórica perspectiva e da paisagem projetada. Essa perspectiva permite tratarmos o patrimônio das cidades de maneira integrada, envolvendo toda sua complexidade, relacionando suas dimensões culturais materiais, imateriais e naturais às políticas de desenvolvimento e gestão territorial (FIGUEIREDO, 2013, 193-196).

5. Considerações Finais

Ao comungarmos com a proposta do IPHAN, 2014, quando almeja que a Educação Patrimonial seja uma construção coletiva do conhecimento, que identifica a comunidade como produtora de saberes e reconhece suas referências culturais inseridas em contextos de significados associados à memória social do local. Pois, se as interpretações do mundo são formas de representações que o nosso cérebro guarda, as pesquisas, os inventários e os mapeamentos do patrimônio cultural são instrumentos eficazes para compreender a pluralidade cultural brasileira. Salvar o patrimônio cultural é uma forma institucionalizada e objetivada de dar visibilidade às distintas formas de representações da cultura, imprimindo, assim, o



reconhecimento de identidades, de alteridades, de práticas de diferentes grupos sociais e suas maneiras próprias de ser no mundo.

Cabe ao pesquisador/investigador a interpretação destes patrimônios culturais e estabelecer inter-relações capazes de identificar os recursos de marcação identitária e social, bem como o seu significado simbólico, uma vez que, os dados dos representantes de diferentes culturas permitem marcar de forma visível a existência dos grupos, “como eles querem ser percebidos pelos outros”.

BIBLIOGRAFIA

BOURDIEU, Pierre - **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. ISBN – 972-29-0014-5.

CAUQUELIN, Anne - **Paisagem, retórica e patrimônio**. In: JEUDY, Henri-Pierre (Org.). *Patrimoines en folie*. Paris: Éditions de la Maison de Science de L’Homme, 1998, p. 24-28. ISBN - 978-2-7351-0352-2.

CLAVAL, P. - **O papel da nova geografia cultural na compreensão da ação humana**. In: CLAVAL, P. *A paisagem dos geógrafos*. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs). *Paisagens, textos e identidade*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2011. p. 13-74. ISBN – 8575110675.

CLAVAL, P. - **A Geografia Cultural**. Tradução: Luiz Fugazzola Pimenta; Margareth Afeche Pimenta. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999. ISBN – 978-85-328-0389-4.

CORRÊA, Roberto L.; ROSENDAHL, Zenir - **Apresentando leituras sobre Paisagem, tempo e cultura**. In: *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2000. ISBN – 85-85881-56-9

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org) - **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. ISBN 8528610373.

COSGROVE, Denis; JACKSON, Peter - **Novos rumos da Geografia Cultural**. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. *Geografia cultural: um século* (2). Rio de Janeiro: EDUERJ, 2000, pp.15-32. ISBN- 8575110276.

COSGROVE, Denis - **A Geografia está em toda parte: Cultura e Simbolismo nas paisagens humanas**. In: CORREA, Roberto L.; ROSENDAHL, Zenir. *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2004. ISBN – 85-85881-56-9.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina., MONTEIRO, Adriane Queiroz - **Guia básico de educação patrimonial**. Brasília, DF: IPHAN, Museu Imperial, 1999. Pdf. ISBN – 9788587222015.

FIGUEIREDO, Lauro César, PIMENTA, Margareth C. Afeche (Orgs.) - **Lugares, Patrimônio, Memória e Paisagens**. Editora da UFSC, Florianópolis, 2014. ISBN – 9788532807014.

FIGUEIREDO, Lauro César; MORAES, Heliana Alves - **A prática da Educação Patrimonial: uma experiência no município de Restinga Sêca**. In: *Educação Patrimonial: diálogos entre escola, museu e cidade (Cadernos Temáticos)*., vol. 04 João Pessoa, Superintendência do IPHAN na Paraíba 2014. ISBN – 978-85-7334-266-6.



HOLZER, W. - Paisagem, **Imaginário, Identidade**: alternativas para o estudo geográfico. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.). *Manifestações da Cultura no Espaço*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.p. 149-168. ISBN – 9788585881801.

IPHAN, Ministério da Cultura - **Educação patrimonial**: histórico, conceitos e processos. Brasília, DF, ISSN 2316-5014; IPHAN, 2014.

POLLAK, Michel - **Memória e identidade social**. In: *Estudos Históricos*; ISSN –2178-1494, vol. 2 n.3. Rio de Janeiro, 1989.

RAMOS, Francisco Lopes - **A danação do objeto**. O museu no ensino de História. Chapecó: Argos, 2004. ISBN - 978-85-7535-060-7.

RELPH, E. - **Place and Placelessness**. Londres: Pion, 1976. ISBN - 978-0850861761.

RUANO-BORBALAN, Jean-Claude - **Une notion clef des Sciences Humaines**. *Sciences Humaines*. ISSN – 0996-6994; nº 27, Abr. 1993.

SAUER, Carl O. - **Desenvolvimentos recentes em Geografia Cultural**. In: CORRÊA, R. L. ROSENDAHL, Z. (Orgs.) *Geografia cultural: um século (1)*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2000. p. 15-98. ISBN – 8575110276.

SAUER, Carl O. - **A Morfologia da Paisagem**. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Org.) *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1925, p.12-74. ISBN – 85-85881-56-9.

TUAN, Y. - **Espaço e Lugar**. São Paulo: Difel, 1980. ISBN – 8572166629.

VARINE, Hugues de - **As Raízes do Futuro**: O Patrimônio a Serviço do Desenvolvimento Local. ISSN 1984-3917. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

WAGNER, P. L.; e MIKESEL, M. W. - **Os Temas da Geografia Cultural**. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Org.) *Introdução à Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. ISBN 8528610373.

ZANIRATO, Silvia – **Usos Sociais do Patrimônio Cultural e Natural**. ISSN-1808-1967. Vol. 5, nº1, 2009, p.137-152.



**RIO DE JANEIRO – LISBOA, UM PROGRAMA DE ESTUDOS
SOBRE IMAGÉTICA: 10 ANOS DE COOPERAÇÃO
PEDAGÓGICA E CIENTÍFICA ENTRE UNIVERSIDADES**

**RIO DE JANEIRO – LISBON, A RESEARCH PROGRAMME
ABOUT IMAGERY: 10 YEARS OF PEDAGOGIC AND SCIENTIFIC
COOPERATION BETWEEN UNIVERSITIES**

Maria Leonor García da Cruz

Professora da Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Departamento de História;
Investigadora integrada e Coordenadora de projectos científicos em Programas de
Estudos no Centro de História da Universidade de Lisboa;
FLUL, Alameda da Universidade, 1600-214 Lisboa, Portugal;
cruzmaria@campus.ul.pt



Rio de Janeiro – Lisboa, um Programa de Estudos sobre Imagética: 10 anos de cooperação pedagógica e científica entre Universidades

Maria Leonor García da Cruz

Historial do artigo:

Recebido a 12 de novembro de 2016

Revisto a 12 de dezembro de 2016

Aceite a 18 de dezembro de 2016

RESUMO

A cooperação desenvolvida entre a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro, cumprindo objectivos de um acordo geral, manifesta-se de forma intensa desde 2005 no Programa de Estudos Imagética. Este Programa interdisciplinar, sediado no Centro de História da Universidade de Lisboa, orienta projectos de investigação e acções em coordenação com o Ensino Superior, liderando uma rede de investigadores-docentes de diferentes instituições académicas no seu corpo de investigação e em comissões científicas de colóquios, seminários e publicações.

Em 10 anos de actividade muito se tem avançado no estudo de imagens e de representações identitárias, numa perspectiva comparada, reunindo pesquisadores de diferentes formações que perspectivam o fenómeno político, social, antropológico, mental, económico, linguístico, religioso, de forma inovadora e, quantas vezes, aplicando saber e técnicas no aprofundamento da realidade brasileira.

Tem sido em crescendo a colaboração em seminário de investigadores de variadas regiões do Brasil a reequacionar comentários de fontes e interpretações que se repercutem numa relação de excelência pedagógica e científica que aprofunda e actualiza a própria investigação.

Palavras-Chave: Investigação – Formação – Interdisciplinaridade – Universidades – Portugal e Brasil

ABSTRACT

The cooperation developed between Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa and Universidade do Estado do Rio de Janeiro, fulfilling the objectives of a general agreement, has since 2005 shown to be intense by way of the Imagery Research Programme. This interdisciplinary Programme, based at Centro de História UL, orients research projects and actions in coordination with the Higher Education, leading a network of researchers-teaching staff of different academic institutions in its research body and in scientific committees of conferences, seminars and publications.

In 10 years of activity a great deal has moved forward in terms of the study of images and representations of identity from a comparative perspective, bringing together different backgrounds that put the political, social, anthropological, mental, economic, linguistic and religious phenomenon into perspective in an innovative fashion by applying know-how and techniques to the deepening of Brazilian reality.

The collaboration of researchers from different regions of Brazil has significantly increased in Seminars and other actions related to this area, by revisiting comments on sources and interpretations that have repercussions on a relationship of pedagogic and scientific excellence, thus deepening and updating the research itself.

Key-words: Research, Education, Inter-disciplinarity, Universities, Portugal and Brazil

1. A Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro em cooperação com outras universidades numa rede activa de investigação e de formação

Registaram-se em opúsculo de divulgação do Departamento de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa relativo aos Programas de Pós-Graduação em História e Cultura do Brasil, realizado em 2005, um inventário de *Teses e relatórios científicos sobre o Brasil, sua História e Cultura, apresentados em provas públicas à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (1939-2005)* (CRUZ; VICENTE, 2005: 15-27).

Nesse repertório evidenciam-se entre relatórios científicos, teses de licenciatura, dissertações de mestrado e teses de doutoramento, diferentes áreas científicas (Humanidades e Ciências Sociais) e disciplinares (da História, à Geografia, Filosofia, Linguística e Literatura) de trabalhos realizados no âmbito da História Moderna, da História dos Descobrimentos e da Expansão portuguesa, da História e Cultura do Brasil, História Contemporânea, História da Arte, da Arte, património e restauro, da História de África, de Geografia Física, de Geografia Humana, de Ciências Históricas e Filosóficas, de Filologia românica, Linguística Portuguesa Histórica, de Literatura Brasileira e Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa e de Literatura comparada.

Destacando-se em provas académicas tão variadas perspectivas de abordagem e esforços de interdisciplinaridade para o estudo da realidade brasileira, sobretudo no campo das ciências humanas, mais vasta ainda se torna a amplitude do olhar, cultural e cientificamente considerado, ao observar o catálogo de livros e de revistas científicas na biblioteca geral da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e em espólios temáticos que a integram provenientes de intelectuais, antigos centros de cultura e de investigação e de institutos de especialidade.

Hoje em dia, são inúmeras as bases bibliográficas e plataformas de pesquisa, algumas das quais objecto de assinatura específica da Universidade de Lisboa ou da Faculdade de Letras desta mesma Universidade, que permitem ao membro da academia um acesso ao conteúdo integral de publicações indexadas em livros e revistas internacionais digitais ou digitalizadas, em diferentes línguas. Em acesso aberto, a par das academias portuguesas muitas brasileiras coordenam-se já em plataformas como o RECAAP-Repositório Científico de Acesso Aberto de

Portugal. É o caso, a título de exemplo, do OasisBr-Portal brasileiro de publicações científicas em acesso aberto.

Por outro lado, a intensificação de acordos institucionais, também extensivos a outras áreas científicas, visíveis em acesso aberto da UL (1), manifestam um interesse crescente no intercâmbio de recursos humanos, de saberes e de bens culturais, entre a Universidade de Lisboa e as academias brasileiras, com destaque para a UERJ. A nível individual e de redes de investigadores-docentes colectam-se ainda mais colaborações internacionais e institucionais e a especificidade destas, com projecção a nível científico e de formação pedagógica.

Buscaremos neste artigo verificar esta dinamização a nível de um caso específico em torno do Programa de Estudos Imagética do Centro de História da Universidade de Lisboa (FLUL), criado em 2005 e que integra no seu corpo científico de investigadores desde logo pesquisadores-docentes da UERJ, com a qual a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e o Centro de História da UL assumiram um acordo geral de cooperação, mas convidando desde então, também, para múltiplas acções, investigadores de diferentes outras instituições brasileiras, entendendo nesse convite a variedade regional e o leque de especializações.

O Programa de Estudos Imagética, com sede no Centro de História da Universidade de Lisboa, unidade de investigação FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Ministério da Ciência, Tecnologia, e Ensino Superior) (2) tem como objectivos inventariar, organizar e analisar imagens e representações em materiais de diferentes suportes, de forma operatória, segundo linhas de interrogação dos conteúdos temáticos do programa. Trata-se de um catalisador de pesquisas individuais e colectivas, ele próprio projecto colectivo pluri e interdisciplinar, que almeja a comparação no tempo e no espaço de representações e construções identitárias.

Reune naturalmente uma equipa de investigadores com diferentes itinerários e experiência, incluindo formandos de pós-graduação (mestrado, doutoramento e pós-doutoramento), de especialidades científicas diferenciadas e proveniente de universidades nacionais e estrangeiras. Conta desde 2005 com consultores externos (de Universidades de Lisboa, Viterbo, Essex, Paris), congregando em Colóquios e Seminários e em publicações, comissões científicas de especialistas de mais universidades (de instituições universitárias de Lisboa, Évora, Cáceres, Sevilha, Essex, Paris, Rio de Janeiro, Viçosa, Washington), alargando consideravelmente o leque internacional de investigadores e centros especializados no convite a colaborar nas suas actividades.

De início (2005-2008) em parceria organizativa com a Universidade Aberta, de Lisboa (Maria Leonor García da Cruz com a co-coordenação de Ana Paula Avelar), o Centro de História da Universidade de Lisboa manteve a liderança nos anos seguintes, a nível de organização e de coordenação científica do Programa de Estudos Imagética (coordenação plena de Maria Leonor García da Cruz). Forma e lidera em 2016, através do Projecto de investigação Imagética das Migrações Culturais e do Universo do Viajante uma rede internacional que reúne o Centro de História da UL e a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa à Universidade do Estado do Rio de Janeiro, através do Programa de Pós-Graduação em História Social – Departamento de Ciências Humanas (DCH-FFP), sob a responsabilidade de Célia Cristina da Silva Tavares. Junta-se-lhes ainda o Seminario Permanente Familias y Redes Sociales: etnicidad y movilidad en el Mundo Atlântico da Universidad de Sevilla, sob a responsabilidade de Sandra Olivero Guidobono, e o Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais/CEMRI e a Universidade Aberta, sob a responsabilidade de Rosa Maria Sequeira.

Data de 2005 aquando de um encontro internacional organizado pela Universidade Federal Fluminense (3), onde participou activamente uma delegação portuguesa, o convite feito no Rio de Janeiro às investigadoras Célia Cristina da Silva Tavares e Daniela Buono Calainho, ambas

doutoradas pela UFF e professoras na Faculdade de Formação de Professores da UERJ, para integrarem a equipa dos Estudos Imagética com pesquisa nas suas áreas de especialização, isto é, os estudos inquisitoriais, história das instituições e formas de religiosidade no Oriente e na América portuguesa, uma mais ligada à actuação da Companhia de Jesus e à cristianização, a outra aprofundando temas da escravidão e da medicina. Convide aceite, participaram com palestras no primeiro Colóquio Internacional Imagética sobre A Imagética do Renascimento: para uma reflexão sobre identidade nacional (2005), originando, desde então, um trabalho inovador e contínuo que se desenvolve até hoje no CHUL.

Andréa Doré, por seu turno, doutorada igualmente pela UFF e professora na Universidade Federal do Paraná, também ela tornando-se membro da equipa Imagética, começará a intervir mais activamente a partir do segundo Colóquio Internacional sobre A Imagética do Medo e da Utopia: representações num Portugal moderno e contemporâneo (2007), no âmbito dos estudos sobre o Império português.

Estava então em Portugal a complementar o seu Doutoramento junto da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa António Filipe Pereira Caetano, investigador da UNEAL e doutorando da Universidade Federal de Pernambuco que se juntou ao número de formandos que apresentaram comunicação nesse Encontro. Também ele continuou uma colaboração estreita com o Programa Imagética em anos consecutivos, doutorado desde 2008, especializando-se nos movimentos políticos e de revolta no Brasil colonial, e actual professor na Universidade Federal de Alagoas. Participou no terceiro Colóquio Internacional sobre A Imagética de uma Nova Humanidade: representações e construções identitárias no tempo e no espaço (2009), onde, aliás, interveio com uma palestra Rogério de Oliveira Ribas, investigador e professor da Universidade Federal Fluminense, doutorado em 2005 pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e especialista em sociedades islâmicas, e inclusivamente num Encontro de Verão sobre Imagens identitárias - fronteiras e utopias (2010, 12-14 Julho).

Em 2011, no quarto Colóquio Internacional sobre A Imagética das Letras: representações de letrados e da construção de saberes, juntou-se mais um investigador brasileiro, professor na Universidade Federal de Viçosa, Angelo Adriano Faria de Assis, especialista em criptojudáismo, memória e resistências, constante colaborador desde então.

Desde 2012 o Programa de Estudos Imagética tem acentuado, mais ainda, a cooperação com os diferentes níveis de formação no Ensino Superior, alargando consideravelmente a participação de comunicantes que são formandos de Pós-Graduação mas, além disso, organizando acções de formação e sessões de seminário onde são simultaneamente público-alvo e oradores.

Foi o caso de *CinImagética – Acção de formação* (4) iniciativa que tendo por objectivo fomentar o debate académico sobre as diferentes realidades sociais das comunidades lusófonas em Portugal e de mais países de língua oficial portuguesa, com temas relacionados com a realidade social, a identidade e a cultura local, foi programada pelo Programa de estudos Imagética em coordenação com Seminários de Mestrado e Doutoramento em História, e configurada num ciclo de Documentários / Filmes lusófonos com discussão orientada. Organizou-se na FLUL com a inestimável colaboração de dois doutorandos brasileiros da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, um, Nilsen Christiani Oliveira Borges, mestre em História cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina e Bolseiro da Fundação Calouste Gulbenkian, o outro, Tito Barros Leal, Mestre em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará – UECE e bolseiro da FUNCAP (F.Cearense de Apoio ao Desenv. Científico e Tecnológico). Destaque para a passagem e debate de *Quanto vale ou é por quilo?*, realização de Sérgio Bianchi, 2005, comentado pela especialista em História do Brasil Maria Adelina Amorim, *Atlântico Negro - Na rota dos Orixás*, realização de Renato Barbieri, 1988, comentado pelo investigador João Ferreira Dias, e *Timor-*

Leste, o massacre que o mundo não viu, realização de Lucélia Santos, 2001, comentado por Nilsen Borges.

No quinto Colóquio Internacional sobre *A Imagética da Felicidade: para uma reflexão histórica e interdisciplinar sobre a valorização do humano* (2013), de entre um forte núcleo de formandos destacou-se a participação de Priscilla Pinheiro Quirino, mestre pela Universidade Federal de Pernambuco (2011) e doutoranda na Universidade de Coimbra, com bolsa CAPES e de Welber Carlos Andrade da Silva, mestre em História Social da Cultura Regional pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (2012), doutorando na Universidade de Évora, com bolsa CAPES.

Qualquer dos dois formandos continuaram a participar em acções do Programa de Estudos Imagética. Priscilla Pinheiro Quirino realizou nova comunicação no sexto Colóquio Internacional Imagética sobre *Comunidade(s) – representações e significados ontem e hoje* (2015), onde aliás se destacaram mais três jovens investigadores brasileiros como oradores: Beatriz da Costa Pan Chacon, mestre em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (2010); Marília Cunha Imbiriba dos Santos, doutoranda pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, com bolsa CAPES; Alexandre Bittencourt Leite Marques, mestre em História pelo Programa de Pós Graduação em História Social da Cultura Regional da UFRPE, doutorando na Universidade de Évora, com bolsa CAPES. Welber Carlos Andrade da Silva, por seu turno, voltará a intervir, desta feita em Seminário como investigador convidado.

O Programa de Estudos Imagética em parceria com o Programa de Doutoramento em Teoria Jurídico-Política e Relações Internacionais - Poder, Direitos e Cosmopolitismo numa Era Global, da Universidade de Évora, organizaram desde 2015, sob a coordenação científica de Maria Leonor García da Cruz (Centro de História da Universidade de Lisboa - Faculdade de Letras da UL) e de Maria de Deus Beites Manso (Universidade de Évora) *Seminários Imagética e Conexões Mundiais (a investigação em coordenação com os três ciclos de ensino superior)*. Como se disse supra, trata-se de uma acção que tem os formandos de diferentes níveis de Pós-Graduação (sobretudo doutoramento e pós-doutoramento) como público-alvo, fomentando não apenas a assistência de palestras e um diálogo com especialistas, mas a focagem no próprio trabalho de pesquisa dos jovens investigadores que neste espaço debatem problemáticas e métodos.

Com essa cooperação de pesquisadores portugueses e brasileiros, alguns dos quais membros de projectos de núcleos ou centros de investigação, contou o Centro de História da Universidade de Lisboa, a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e a Universidade de Évora, em sucessivas sessões, com a colaboração de entidades tutelares: em termos de financiamento de investigadores, com a FCT, a CAPES, a Rothschild Foundation (Hanadiv) Europe e a DAAD; em termos orgânicos, respectivamente, com a Sociedade de Geografia de Lisboa - Secção Artes e Literatura, a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e a Rede de Grupos de Pesquisa Escravidão e Mestiçagens, a Universidade Federal de Pelotas e o Programa de Pós-Graduação em História, A Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, a Universidade de São Paulo e o Laboratório de Interlocações com a Ásia, a Universidade Federal do Rio de Janeiro e o Grupo de Pesquisa Outros Orientes, a Universidade Federal da Bahia e o Programa de Pós-Graduação em História, a Universidade Estadual de Feira de Santana e o Centro de Pesquisas da Religião e Programa de Pós-Graduação, o Instituto Federal da Bahia, a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e o Programa de Pós-Graduação em História, a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e o Programa de Pós-Graduação em História, o CHAM-Centro de História de Além-Mar e a Universidade Nova de Lisboa, o Seminario Permanente Familias y Redes Sociales: etnicidad y movilidad en el Mundo Atlântico da Universidad de Sevilla.

2. O Programa de Estudos Imagética como rede interdisciplinar e ponte de cooperação pedagógica e científica sobre o Brasil

O Programa de Estudos Imagética, nos seus conteúdos programáticos desde 2005, foca-se no estudo de representações e construções identitárias, seleccionando como objecto de estudo imagens, símbolos e emblemas, em fontes textuais e pictóricas, monumentos e artefactos, desde o s. XV até à actualidade, nos diferentes continentes. É, assim, forte o seu perfil de transversalidade temática e interdisciplinar, o carácter internacional e interinstitucional da prática de investigação e formação, a atenção às humanidades digitais.

Como foi explicado numa apresentação do Programa em 2014 para um número da revista científica *Vozes dos Vales* (UFVJM – MG – Brasil /Ministério da Educação do Brasil) sobre “Pesquisas Doutorais: os estudos realizados nos doutorados em diversas áreas do conhecimento” (CRUZ, 2014: 10-15, 24-29), nele importa:

não apenas inventariar códigos e tentar decifrá-los no contexto do acto criador (razões, meios e formas) mas também compreendê-los no seu dinamismo processual, ou seja, na sua evolução ao longo do tempo e na reutilização (com ou sem modificações conceptuais e formais) que deles se faz até em diferentes espaços. A sua utilização e/ou interpretação, ela própria, pode manifestar uma capacidade renovada de conhecer e de criar. Na longa duração como na episódica ou na conjuntural, geram-se e interpretam-se fenómenos, constroem-se realidades conhecidas e imaginadas, produz-se saber e em função desse complexo processo criativo e interactivo, simultaneamente individual e colectivo, subjectivo e material, humano e transcendental, o Homem vive

- a) com o que o espanta, o desconhecido, o transcendente, diferentes interpretações e idealizações;
- b) com o mundo natural e cósmico, com vitórias e fracassos na apropriação dos seres e da natureza;
- c) com os outros, em sociedade ou à margem dela, lidando com o que ele próprio criou...;
- d) consigo mesmo, confrontando-se no outro, procurando definir a sua própria identidade.

(CRUZ, 2014: 10-11),

Sobre tal processo de relacionamento humano e de criação sempre se reflecte em todas as iniciativas Imagética, seja em projectos de investigação de longo alcance, seja em seminários e em ciclos de palestras e de debate. Entre 2009 e 2010, realizaram-se a esse propósito diversas jornadas de reflexão teórica e metodológica (5). Vale a pena enumerá-las:

- 1) Decifrar linguagens – Símbolos e representações
- 2) Explicar a Imagética – Representações e construções de Imagens
- 3) Imagens construídas e desconstruídas – transcontextualização e ambiguidades

4) Imagens identitárias – fronteiras e utopias

5) Comunidades e imagens construídas – simbioses e metamorfoses

Dos palestrantes e participantes nos debates, destaque-se a presença de João Medina, Professor Catedrático Jubilado da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, mais do que investigador mentor dos Estudos Imagética (6), na sessão 1, de Abílio Diniz-Silva (7) na sessão 3, de Célia Cristina da Silva Tavares (UERJ) (8) na sessão 2, de Maria Leonor García da Cruz (FLUL-CHUL) (9) nas sessões 2 e 3 e, na sessão 4 (Encontro de Verão supra mencionado), além de António Filipe Pereira Caetano (UFAL) (10), a participação da especialista portuguesa da História do Brasil colonial Ângela Domingues (11).

Orientando-se pelas interrogações atrás mencionadas o Programa de Estudos Imagética tem desenvolvido Colóquios internacionais de dois em dois anos segundo problemáticas de forte transversalidade (no espaço e no tempo) e actualidade e no âmbito das quais pondera linhas de pesquisa e tópicos. Eis o respectivo apontamento:

2005 - Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 24-25 Out.

I Colóquio internacional *A Imagética do Renascimento: para uma reflexão sobre identidade nacional*, coord. científica e org. Maria Leonor García da Cruz e Ana Paula Avelar / Centro de História UL e Universidade Aberta

- Da fortuna: o Homem e o transcendente
- Do mundo: o Homem e a Natureza
- Do mundo: o Homem e o Bom governo da “res publica”
- Do homem: o Indivíduo e a sua identidade

2007 - Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 19-20 Nov.

II Colóquio internacional *A Imagética do Medo e da Utopia: representações num Portugal moderno e contemporâneo*, coord. científica e org. Maria Leonor García da Cruz e Ana Paula Avelar / Centro de História-FLUL

- Do caos e da ordem – mundo
- Da tirania e da liberdade – sociedade
- Da morte e da eternidade – espiritualidade
- Do indivíduo e do grupo – individualidade

2009 - Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 15-16 Out.

III Colóquio internacional *A Imagética de uma Nova Humanidade: representações e construções identitárias no tempo e no espaço*, coord. científica e org. Maria Leonor García da Cruz / Centro de História-FLUL

- EUFORIAS: descoberta de mundos – viagens e explorações

- CONSTRUÇÕES: construção de crenças e saberes
- IDENTIDADES: contactos humanos, simbioses e metamorfoses
- ESPELHOS: símbolos e valores humanos em mutação

2011 - Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 20-21 Out.

IV Colóquio internacional *A Imagética das Letras: representações de letrados e da construção de saberes*, coord. científica e org. Maria Leonor García da Cruz / Centro de História-FLUL

- Sinais e escritas
- Letrados na sociedade
- Espaços de colecção e espaços de erudição
- Mentos e construção de saberes

2013 - Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 11-12 Nov.

V Colóquio internacional *A Imagética da Felicidade: para uma reflexão histórica e interdisciplinar sobre a valorização do humano*, coord. cient. e org. Maria Leonor García da Cruz / Centro de História-FLUL

- FINALIDADE: Paraíso? Idealizações no esperado e no realizável?
- COMUNICAÇÃO: Em comunidade? Formas de socialização em diferentes moldes e culturas.
- SABEDORIA: Pela ciência? Busca do sentido e do prolongamento da vida.
- CONSCIÊNCIA: Valorização da pessoa? Sentidos do humano.

2015 - Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 9-10 Dez.

VI Colóquio internacional *Imagética: Comunidade(s) – representações e significados ontem e hoje*, coord. cient. e org. Maria Leonor García da Cruz / Centro de História-FLUL

- O indivíduo em comunidade – integração social do indivíduo em organização com princípios normativos, da família à tribo, ao colégio, à república; em associações económicas, religiosas, políticas, mistas; com papel conduzido *versus* actividade espontânea; resistências.
- Do singular às utopias do universal – do indivíduo e do grupo a redes e interconexões; formas de socialização; pensar impérios; circuitos de informação, saberes e técnicas de comunicação (material e digital).
- Comunhão em ambiente multicultural – valores e tradições numa busca de comunhão com o cosmos e manifestações espirituais; vocação e missão *versus* sentidos do humano; tensões e revoltas face à intolerância religiosa.



– Diásporas e metamorfoses – migrações; evolução processual da comunidade, conservação e mutação; fronteiras; sincretismos.

Havendo uma natural relação nas linhas de questionário entre os sucessivos Encontros, embora para um aprofundamento temático específico em cada um, responderam ao desafio científico especialistas e jovens investigadores em anos consecutivos, com intervenção intensa do corpo de investigadores do Programa e o considerável alargamento do número de pesquisadores externos que se tornaram colaboradores assíduos. Destacaremos alguns exemplos, mais relacionados com a realidade brasileira, seja pela origem geográfica e institucional dos próprios, seja pelas matérias que aprofundam.

Na linha da história simbólica cultivada logo no primeiro Colóquio internacional por João Medina numa intervenção entretanto publicada sobre “A América em pessoa: representação mental e icónica do Novo Mundo no imaginário europeu desde o século XVI” (MEDINA, 2006), desenvolveram-se trabalhos sobre representações relacionadas com o Império português ora a partir da figuração da cidade e do binómio cultura-barbárie (caso da exposição de Andréa Doré (12) em 2007) ora da imagem criada (e sustentada) do governante, suas funções e virtudes cívicas (CRUZ, 2007b e 2008), ou do europeu “versus” o não europeu, dos letrados como “olhos da república” (CRUZ, 2007a) (exposições de Maria Leonor García da Cruz em 2005, 2009 e 2011). Abordaram-se as imagens simbólicas da arte caligráfica islâmica, do Magrebe ao Brasil (exposição de Joseph Abraham Levi (13) em 2013). Explorou-se a cartografia no confronto do pictórico e do textual (exposição de Célia Cristina da Silva Tavares com Carla Delgado de Piedade em 2007; CRUZ, 2015).

A relação do homem com o espaço / mundo levantou análises desde as concepções do sertão (Alexandre Bittencourt Leite Marques (14) em 2015 e Welber Carlos Andrade da Silva (15) em Seminário do mesmo ano), à imagem e valorização do ouro (Zélia Maria Silvestre Sampaio (16) em 2009) até aos estudos aprofundados de Ângela Domingues sobre explorações e circulação de informação a respeito da América portuguesa (exposições de 2009, 2010 e 2011, e DOMINGUES, 2006 e 2012).

Sobre representações léxico-figurativas dos índios brasileiros (exposição de 2009 e 2011; LEITÃO, 2012), o simbolismo do papel (2013) e as elaborações complexas da escrita historiográfica (2013) desenvolveram exposições enriquecidas respectivamente as investigadoras Ana Leitão (17), Maria de Deus Beites Manso (18) e Célia Cristina da Silva Tavares, pesquisadoras estas que têm aprofundado fenómenos de inclusão e exclusão, cristianização, gentilismo (TAVARES, 2004 e 2005).

Os movimentos e atitudes de revolta e resistência, seja no campo político ou no religioso, no colectivo ou no individual, têm os seus estudiosos em António Pereira Caetano (exposições de 2007, 2010 e 2011, CAETANO, 2009, 2010a e 2010b), Rogério Oliveira Ribas (2009) e Ângelo Adriano Faria de Assis (19) (2011). As elites, tal como as minorias e problemas de mobilidade social, por seu turno, também estudados em relação ao índio por Ângela Domingues (DOMINGUES, 2000), despertaram especial interesse por parte dos jovens investigadores Welber Carlos Andrade da Silva (2013), Marília Cunha Imbiriba dos Santos (20) (2015), Larissa Patron Chaves (21), Lais Viena de Souza (22) (qualquer das pesquisadoras em Seminários de 2015), Letícia Rosa Marques (23) (em Seminário de 2016 - a música como um espaço de sociabilidade e ascensão social) e Grayce Mayre Bonfim Souza (24) (Seminário 2016). Isnara Pereira Ivo (25), por seu turno, levantou em Seminário de 2015 de forma inovadora a problemática das distinções e hierarquização nas sociedades ibero-americanas - “Seria a cor, a qualidade, a condição ou o fenótipo?”

Trajectórias de religiosos e manifestações de messianismo ou revelações de diabolização de homens e terras entusiasmaram Patrícia Souza de Faria (26) (Seminário de 2016), a investigadora portuguesa Maria Adelina Amorim (27) (AMORIM, 2005) e Priscilla Pinheiro Quirino (28) (exposições em 2013 e 2015).

O ambiente multicultural tem sido particularmente cultivado em várias perspectivas. Basta recordar, a título exemplificativo, os contributos no âmbito do criptojudáismo na América portuguesa (exposição de Ângelo Assis em 2015), as manifestações de cultura popular e artes marciais no Brasil e no Atlântico Negro estudadas por Matthias Röhrig Assunção (29) (ASSUNÇÃO, 2005), os grupos religiosos no Brasil sob observação de Elizete da Silva (30), a interdisciplinaridade dos estudos de História e sociologia afro-brasileira de Anderson Pereira dos Santos (31).

De salientar, por fim, a vasta pesquisa de Daniela Buono Calainho (32), em temas que vão desde o corpo, fármacos e medicina (exposições de 2005, 2009; CALAINHO, 2006) até formas de diabolização da África e da América (exposições de 2005 e 2007; CALAINHO, 2008).

Como balanço destas reflexões, pode dizer-se que o Programa de Estudos Imagética combate por um diálogo científico alargado aos pesquisadores de diferentes formações e nacionalidades, tendo encontrado em trabalho de campo com investigadores brasileiros e sobre a histórica e multifacetada realidade do Brasil importante filão exploratório com resultados manifestos de desenvolvimento do conhecimento científico.

NOTAS

(1)

http://protocolos.ulisboa.pt/protocolos_ULisboa/FrontEnd/protocoloInternacionalList.seam

(2) <https://sites.google.com/site/imagetica0flul/>

(3) Colóquio Internacional *Biografias e Microbiografias no Império Colonial Português* (org. Companhia das Índias – UFF), Niterói /Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, 29 Mar. a 1 Abril 2005

(4) <https://sites.google.com/site/cinimagetica/>

(5) <https://sites.google.com/site/imagetica0flul/debates>

(6) João Medina – Professor Catedrático jubilado de História na Faculdade de Letras de Lisboa, nasceu em Moçambique (1939), licenciou-se em Filosofia na Faculdade de Letras de Lisboa (1966) e doutorou-se em Sociologia na Universidade de Estrasburgo (1970). Ensinou na Universidade da Provença (Aix-en-Provence) entre 1970 e 1974, na Universidade de Lisboa (até à jubilação em 2008) e ainda nas Universidades de Colónia (Alemanha), Pisa (Itália), USP (São Paulo, Brasil), Johns Hopkins University e, por duas vezes (1993 e 1997) na Brown University (Estados Unidos). É autor de uma extensa obra distribuída pela historiografia, pelo ensaio literário e pelo romance. Pertence desde a origem ao corpo de investigadores do do Programa de Estudos Imagética do Centro de História UL.

(7) Abílio Diniz-Silva – Foi Leitor de Cultura e Civilização Luso-brasileira no Instituto de Estudos Portugueses e Brasileiros da Sorbonne, Universidade de Paris III. Tem prosseguido uma carreira



de investigador em história dos sécs. XVII-XVIII, dedicando-se especialmente ao estudo da vida e obra de D. Luís da Cunha.

(8) Célia Cristina da Silva Tavares – Formada em História na Universidade Federal Fluminense desde a graduação (1985), passando por mestrado (*Entre a cruz e a espada: jesuítas na América portuguesa* – 1995) e doutoramento (*A cristandade insular: jesuítas e inquisidores em Goa* – 2002). Fez pós-doutoramento na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (2010) no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História dos Descobrimentos e da Expansão e colaboração do Programa de Estudos Imagética, sob supervisão da Professora Doutora Maria Leonor García da Cruz. É professora associada do Departamento de Ciências Humanas da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em São Gonçalo. É pesquisadora do Núcleo de Estudos Inquisitoriais – NEI; do GrPesq Companhia das Índias - Núcleo de História Ibérica e Colonial na Época Moderna, além de participar de grupos internacionais como os de *Imagética* e *Fazenda* do Centro de História da Universidade de Lisboa (investigadora associada); do CLEPUL, também da Universidade de Lisboa; do Red de História Social da Universidad de Antioquia, Colômbia e o núcleo *Pensando Goa*, vinculado à Universidade do Estado de São Paulo. Foi coordenadora do programa de Pós-Graduação em História Social da UERJ, em 2013 e 2014. Foi uma das organizadoras dos Colóquios internacionais (Companhia das Índias) *Biografias e microbiografias no Império colonial português* (Niterói 2005) e *Império de Várias Faces* (Niterói 2007). É responsável pela parceria da UERJ na rede internacional liderada pelo CHUL e FLUL para o Projecto de investigação *Imagética das Migrações Culturais e do Universo do Viajante* (2016-2017).

(9) Maria Leonor García da Cruz – Formada pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (licenciatura e mestrado), é doutorada em História Moderna pela mesma Universidade (*A Governação de D. João III: a Fazenda Real e os seus Vedores* - 1999). Professora da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e Investigadora integrada e membro dos Grupos de investigação “Building and Connecting Empires” e “Cultural Encounters and Intersecting Societies” do Centro de História da Universidade de Lisboa-FLUL (UID/HIS/04311/2013), é Investigadora responsável de projectos de investigação e acções de formação em Programas de Estudos Avançados *Imagética* / estudos interdisciplinares, sobre representações e construções identitárias (desde 2005), e *Fazenda* / História do pensamento e da gestão económica, fiscalidade, redes sociais, política e ética (desde 2009). Lecciona e pesquisa no âmbito de História Moderna e de História da Expansão e dos Impérios (Europa, África, América, Ásia, s. XV-XIX), orientando MA, PhD e pós-doutoramentos em campos específicos da sua especialidade: sociedades, mentalidades, espiritualidade, orgânica institucional, gestão político-financeira, representações e construções identitárias. Muitas das suas publicações, em livros e revistas de foro científico, encontram-se colocadas em acesso aberto no Repositório da Universidade de Lisboa. Lidera a rede internacional para o Projecto de investigação *Imagética das Migrações Culturais e do Universo do Viajante* (2016-2017).

(10) António Filipe Pereira Caetano – Com graduação em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2000), mestrado em História pela Universidade Federal Fluminense (2003) e doutorado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2008), é Professor na Universidade Federal de Alagoas, onde coordena o Grupo de Estudos América Colonial.

(11) Ângela Domingues – Mestre (1989) e Doutora (1998) na especialidade de História dos Descobrimentos e da Expansão pela Universidade Nova de Lisboa – FCSeH, foi investigadora do Instituto de Investigação Científica Tropical. Actualmente é membro do Centro de História da Universidade de Lisboa e investigadora associada do Centro de História de Além-Mar da Universidade Nova de Lisboa. Em 2006 tornou-se investigadora associada do projecto *Raízes do Privilégio: limpeza de sangue, hierarquias e mobilidade social no Império português (séculos XVI-XIX)* do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense. Autora

de livros, capítulos de livros e artigos nos domínios de História do Brasil Colonial, é colaboradora de numerosas revistas científicas.

(12) Andréa Doré – Professora do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná nas áreas de Teoria da História e História Moderna, possui mestrado em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (1996), Diplôme d'Etudes Approfondies pela Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (1995), doutoramento em História Social pela Universidade Federal Fluminense (2002) e pós-doutoramento pela Harvard University (2013). Foi bolseira na John Carter Brown Library, na Brown University, nos Estados Unidos em 2013. É investigadora associada do Centro de História UL e do Programa de Estudos Imagética.

(13) Joseph Abraham Levi – Doutor em Filologia/Linguística Românica (Português, Italiano e Espanhol Medieval) e Mestre em Português e Estudos Lusófonos, ambos os graus pela University of Wisconsin-Madison, com Laurea em Suaíli, Árabe e Estudos Islâmicos pelo Istituto Universitario Orientale, Nápoles, realizou uma Licenciatura em Língua Portuguesa e Estudos Lusófonos / História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa pela Universidade de Lisboa. Desde 2010, é Professor na George Washington University após uma longa carreira, tendo leccionado na University of Wisconsin-Madison, na University of Georgia, na University of Iowa, no Rhode Island College, na University of Hong Kong e na Universidade de São José em Macau.

(14) Alexandre Bittencourt Leite Marques – Mestre em História pelo Programa de Pós Graduação em História Social da Cultura Regional da Universidade Federal Rural de Pernambuco, doutorando na Universidade de Évora, com bolsa CAPES, é pesquisador do *Sistema de Consulta Prosopográfica: perfil social, trajetória e documentação de Pernambuco Colonial (1640-1822)* - CNPq/UPE.

(15) Welber Carlos Andrade da Silva - Mestre em História Social da Cultura Regional pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (2012), doutorando na Universidade de Évora, com bolsa CAPES, dedica-se ao estudo da economia e sociedades no sertão de Pernambuco entre os séculos XVIII e XIX. É membro do Grupo de Estudos em História Sociocultural da América Latina, sendo um dos coordenadores da plataforma Siconp/Universidade de Pernambuco/CNPq, um sistema web de consulta de perfis prosopográficos da Capitania de Pernambuco (1640-1822).

(16) Zélia Maria Cordeiro Silvestre Sampaio – Mestre em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, doutoranda em História e Cultura do Brasil pela mesma Universidade, é investigadora associada do Centro de História UL e do Programa de Estudos Imagética.

(17) Ana Leitão – Mestre em Língua e Cultura Portuguesa pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (2006, *Da selva para a escola: alfabetização dos índios do Brasil pela Companhia de Jesus (séc. XVI). Um contributo para a história da didáctica do português língua não materna*, doutorou-se em História, vertente de História e Cultura do Brasil. Desenvolve investigação de pós-doutoramento em História no projecto Post Scriptum, financiado pelo European Research Council (2012-2017).

(18) Maria de Deus Beites Manso – Doutora em História Moderna, desenvolve investigação nas áreas da História Cultural e Religiosa no Império Português. Professora da Universidade de Évora, investigadora no Centro de Investigação em Ciência Política, tem colaborado com diversas Universidades Portuguesas e estrangeiras, entre outras, a Universidade de Macau (China), Universidade de Brasília, Universidade Federal de Viçosa e Universidade Rural de Pernambuco.

(19) Ângelo Adriano Faria de Assis – Mestre (1998) e Doutor (2004) pela Universidade Federal Fluminense, é pós-doutorado pela Universidade de Lisboa (2011) e pela Universidade de Évora (2011), Professor da Universidade Federal de Viçosa e pesquisador da Cátedra de Estudos Sefarditas "Alberto Benveniste" da Universidade de Lisboa, além de Avaliador do SINAES e da REDE Nacional de Ipfes (INEP-MEC).

(20) Marília Cunha Imbiriba dos Santos – Membro do grupo de pesquisa *População, família e migração na Amazônia* (RUMA CNPq), é doutoranda na especialidade de História dos Descobrimentos e da Expansão da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, com bolsa CAPES.

(21) Larissa Patron Chaves – Com graduação em Artes Visuais pela Universidade Federal de Pelotas (1995), mestrado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2002) e doutoramento pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2008), tem experiência na área de Arte e História, com ênfase em Teoria, História e Crítica de Arte e Metodologia da Pesquisa. É Professora da Universidade Federal de Pelotas e membro do Centro de Artes – CEARTE.

(22) Lais Viena de Souza - Professora no Instituto Federal da Bahia, é doutoranda na Universidade de Évora.

(23) Letícia Rosa Marques – Graduada pela Universidade Federal de Santa Maria (2010), com mestrado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2013 - *José Marianno de Mattos: Conquistas e desafios de um mulato carioca na Revolução Farroupilha. 1835-1845*), é doutoranda na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, com bolsa CAPES e estágio na Universidad de Sevilla.

(24) Grayce Mayre Bonfim Souza - Professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, é Coordenadora do Laboratório de Estudos e Documentação Inquisitorial (LEDI/UESB) e pós-doutoranda na Universidade de Évora.

(25) Isnara Pereira Ivo – Mestre e Doutora em História pela Universidade Federal de Minas Gerais, é Professora da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Dirige o Laboratório de Estudos da Escravidão e das Mestiçagens – UESB, é membro do Centro de Estudos sobre a Presença Africana no Mundo Moderno-CEPAMM – UFMG, e do Grupo de Pesquisa CNPq-UFMG *Escravidão, mestiçagem, trânsito de culturas e globalização - séculos XV a XIX*, um dos coordenadores da Rede de Grupo de Pesquisa *Escravidão e Mestiçagens*, liderando ainda o Grupo de Pesquisa *Escravidão e Mestiçagens: Escravidão, comércio e trânsitos culturais nos sertões da Bahia e de Minas Gerais. Século XVIII* – CNPq-FAPESB-UESB.

(26) Patricia Souza de Faria – Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense e pós-doutoranda na Universidade de Évora com bolsa CAPES. É Professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e pesquisadora do Centre des Recherches Historiques – École des Hautes Études en Sciences Sociales (estudos pós-doutorais).

(27) Maria Adelina Amorim – Mestre em História e Cultura do Brasil pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (2005), doutorada pela mesma Universidade com a tese *A Missionaçãõ Franciscana no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1622 - 1750): Agentes, Estruturas e Dinâmicas*, prepara o pós-doutoramento com bolsa FCT e o projecto *Política Indigenista dos Franciscanos na Amazônia Colonial (Séculos XVII e XVIII): Discursos e Praxis da Missionaçãõ*. Investigadora integrada do Centro de História da Universidade de Lisboa e do CHAM - Centro de História de Além-Mar da Universidade Nova de Lisboa, com vasta experiência na docência universitária e em publicações científicas, pertence a diversas instituições académicas e científicas, incluindo a Comissão Científica da «Associación Hispânica de Estudios Franciscanos»

(U. Internacional de Andalucia/ Universidade de Jaen, Espanha) e a Comissão Científica do «Seminario Permanente Familia y Redes Sociales: etnicidad y movilidad en el Mundo Atlántico» do Departamento de Historia de América da Universidade de Sevilha (Espanha).

(28) Priscilla Pinheiro Quirino - Mestre pela Universidade Federal de Pernambuco (2011), doutoranda na Universidade de Coimbra com bolsa CAPES. Foi Professora e coordenou o projeto *Poderes e Religiosidades* na Faculdade de Formação de Professores da Mata Sul (Brasil). Colabora no Centro de História da Sociedade e da Cultura da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e é Avaliadora da Revista Labirinto da UNIR. Os temas das suas publicações giram em torno dos movimentos messiânico-milenares ocorridos no Brasil entre os séculos XIX e XX e da História do Nordeste Brasileiro e da Religião como força social de controle e (re)encanto da realidade.

(29) Matthias Röhrig Assunção - Mestre pela Universidade de Paris VII e Doutor pela Universidade Livre de Berlim (FU). É Professor na Universidade de Essex, Inglaterra e Consultor do Programa de Estudos Imagética do Centro de História UL. Autor de vários livros e artigos sobre a história do Maranhão, desenvolve igualmente como linha de pesquisa a cultura popular e as artes marciais no Brasil e no Atlântico Negro. Foi co-director e coprodutor dos documentários *Versos e cacetes. O jogo do pau na cultura afrofluminense* (2009) e *Jogo de Corpo. Capoeira e ancestralidade* (2014).

(30) Elizete da Silva – Professora da Universidade Estadual de Feira de Santana, Bahia, é pós-doutoranda na Universidade de Évora e pesquisadora e autora de livros e artigos sobre grupos religiosos no Brasil. É membro da Associação Brasileira de História das Religiões e do Grupo de Trabalho História das Religiões e Religiosidades da Associação Nacional de Professores Universitários de História do Brasil.

(31) Anderson Pereira dos Santos - Licenciado em História (2005) e Mestre em Sociologia (2009) pela Universidade Federal de Sergipe. Doutorando em História Social na Universidade Federal da Bahia e complementarmente na Universidade de Évora, com bolsa CAPES, é pesquisador das Fortunas, formas de acumulação e distinção social no Brasil Colonial e da Sociologia Afro-Brasileira.

(32) Daniela Buono Calainho - Professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Faculdade de Formação de Professores, é Licenciada pela Universidade Federal Fluminense (1985), Mestre em História Social pela UFRJ (1992 - tese *Em nome do Santo Ofício: Familiares da Inquisição Portuguesa no Brasil Colonial* publicada em 2006) e Doutora pela Universidade Federal Fluminense (2000) com a tese *Metrópole das Mandingas: Religiosidade Negra e Inquisição Portuguesa no Antigo Regime*. Concluiu em 2008 na Universidade de São Paulo o seu pós-doutoramento. Investigadora do Projecto Imagética (CHUL-FLUL) desde 2005, integra a *Companhia das Índias: Núcleo de História Ibérica e Colonial nos Tempos Modernos* (2003, sede na UFF) e o Grupo de Pesquisa *Mundo Luso Afro Brasileiro: população e sociedade* (2002). Foi uma das organizadoras do Colóquio internacional *Biografias e microbiografias no Império colonial português* (Companhia das Índias, Niterói 2005). Foi ainda responsável pela pesquisa sobre *Religiosidade Negra e Inquisição na América Portuguesa - Séculos XVI a XVIII* (2002-2004), o projeto *Médicos e curandeiros na América portuguesa – Séculos XVI a XVIII* (2003-2006) e desde 2006 um outro sobre *Circulação de drogas, farmacopéias e saber médico no mundo luso-brasileiro setecentista*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, Maria Adelina – **Os Franciscanos no Maranhão e Grão-Pará: Missão e Cultura na Primeira Metade de Seiscentos**. Lisboa: CEHR/ U. Católica Portuguesa, 2005. ISBN: 978-972-8361-20-3

ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig – **History of an Afro-Brazilian Martial Art**. London; New York: Routledge, 2005. ISBN 0-203-49476-8

CAETANO, António Filipe Pereira – **Entre Drogas e Cachaça: A Política Colonial e as Tensões na América Portuguesa (1640-1710)**. Maceió: Edufal, 2009. ISBN: 978-85-7177-472-8

CAETANO, António Filipe Pereira – **Alagoas e o Império Colonial Português: Ensaio sobre Poder e Administração (Séculos XVII-XVIII)**. Maceió: Editora Graciliano Ramos/CEPAL, 2010a. ISBN: 978-85-62030-08-6

CALAINHO, Daniela Buono – Farmacopéia e drogas medicinais no mundo luso-brasileiro setecentista. **Anais de história de além-mar**. ISSN: 0874-9671. Lisboa: CHAM. Vol. 7 (2006), p. 213-229.

CALAINHO, Daniela Buono – **Metrópole das Mandingas: Religiosidade Negra e Inquisição Portuguesa no Antigo Regime**. [S.l.]: Garamond, 2008. ISBN: 9788576171539

CRUZ, Maria Leonor García da; VICENTE, Paulo – Teses e relatórios científicos sobre o Brasil, sua História e Cultura, apresentados em provas públicas à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (1939-2005). In **História e Cultura do Brasil: Cursos de Pós-Graduação Mestrado Doutorado 2005-2007. Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Departamento de História**. Lisboa: FLUL, DH, Instituto Infante D. Henrique, 2005, p. 15-27. Disponível edição digitalizada em linha desde 2014 no Repositório da Universidade de Lisboa: <URL:<http://hdl.handle.net/10451/12123>>.

CRUZ, Maria Leonor García da – O comportamento humano num projecto de consciencialização e de reforma económica de 1553. In **Problematizar a História. Estudos de Homenagem a Maria do Rosário Themudo Barata**. Lisboa: Caleidoscópio e CHUL, 2007a. ISBN: 978-989-8129-16-1. p. 307-342. Disponível edição digitalizada em linha desde 2010 no Repositório da UL:<URL:<http://repositorio.ul.pt/handle/10451/1788>>.

CRUZ, Maria Leonor García da – O crime de Lesa-Majestade nos séculos XVI-XVII: leituras, Juízo e competências. In **Rumos e Escrita da História. Estudos em Homenagem a A.A. Marques de Almeida**. Lisboa: Colibri, 2007b. ISBN: 972-772-690-9. p. 581-597. Disponível edição digitalizada em linha desde 2010 no Repositório da UL: <URL:<http://repositorio.ul.pt/handle/10451/1787>>.

CRUZ, Maria Leonor García da – Jurisdição de Capitánias no Brasil: público ‘versus’ privado, a partir do processo Itaparica e Itamarandiba. In: DOMINGUES, Francisco Contente; HORTA, José da Silva; VICENTE, Paulo, coords. - **D'Aquém, D'Além e D'Ultramar. Homenagem a António Dias Farinha**. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2015. ISBN: 978-989-97911-5-2. Vol. II. p. 1495-1520.

DOMINGUES, Ângela – **Quando os índios eram vassallos: colonização e relações de poder no Norte do Brasil na segunda metade do século XVIII**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000. ISBN: 9727870031



DOMINGUES, Ângela – Notícias do Brasil colonial: a imprensa científica e política ao serviço das elites (Portugal, Brasil e Inglaterra). **Varia Historia**. ISSN 0104-8775. Belo Horizonte. Vol. 22, nº 35 (2006), p.150-174.

DOMINGUES, Ângela – **Monarcas, ministros e cientistas: Mecanismos de poder, governação e informação no Brasil Colonial**. Lisboa: Centro de História de Além-Mar, 2012. ISBN 9789898492142

MEDINA, João – A América em pessoa: representação mental e icónica do Novo Mundo no imaginário europeu desde o séc. XVI. **Clio. Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa**. Lisboa: CHUL. Nova série, Vol. 14/15 (2006), p. 289-348.

TAVARES, Célia Cristina da Silva – **Jesuítas e inquisidores em Goa: a cristandade insular (1540-1682)**. Lisboa: Roma Editora, 2004. ISBN: 972-8490-47-X

TAVARES, Célia Cristina da Silva; CALAINHO, Daniela Buono; CAMPOS, Pedro Marcelo Pasche de – **Guia de fontes e bibliografia sobre a Inquisição: a Inquisição nos principais arquivos e bibliotecas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2005. ISBN: 85-7511-078-0

DOCUMENTOS ELECTRÓNICOS

CAETANO, António Filipe Pereira – Os Amotinados e seus Algozes: A Construção de Imagens do Homem Rebelde na América Portuguesa (Séculos XVII-XVIII). **Revista Crítica Histórica** [Em linha]. Vol. 2 (2010b), p. 11-29. Disponível na [www](http://www.revista.ufal.br/criticahistorica/attachments/article/68/Os%20amotinados%20e%20seus%20algozes.pdf):

<[URL:http://www.revista.ufal.br/criticahistorica/attachments/article/68/Os%20amotinados%20e%20seus%20algozes.pdf](http://www.revista.ufal.br/criticahistorica/attachments/article/68/Os%20amotinados%20e%20seus%20algozes.pdf)>.

CRUZ, Maria Leonor García da – **Imagery of the balance of power (16th-17th centuries)**. [Em linha]. 2014. Comunicação na European Social Science History Conference 2008. Network: Social inequality. Lisboa/Amesterdão: International Institute of Social History. 2008. Disponível no Repositório da UL: <[URL:http://hdl.handle.net/10451/12139](http://hdl.handle.net/10451/12139)>.

CRUZ, Maria Leonor García da – “Sisa”, first general and permanent tax in Portugal and the tension of an ill-known society / A “sisa”, primeiro imposto geral e permanente em Portugal e as tensões de uma sociedade pouco conhecida. Presentation of researches within Research Programmes of Advanced Studies (MA, PhD, postdoctoral) at Faculty of Letters of Lisbon University / History Centre. **Vozes dos Vales. Revista Multidisciplinar de Publicações Académicas: Pesquisas Doutorais: os estudos realizados nos doutorados em diversas áreas do conhecimento** [Em linha]. UFVJM – MG – Brasil /Ministério da Educação do Brasil. N.6, ano III, 10/ 2014, p. 1-29. Disponível na [www](http://www.ufvjm.edu.br/vozes):<[URL: www.ufvjm.edu.br/vozes](http://www.ufvjm.edu.br/vozes)>. ISSN: 2238-6424

LEITÃO, Ana Rita Bernardo – **Problemática assistencial, sociocultural e educativa nas aldeias e missões do Real Colégio de Olinda (séculos XVII e XVIII): contributos para a história indígena e do ensino do português no Brasil** [Em linha]. 2012. Tese de doutoramento em História (História e Cultura do Brasil). Acessível na Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Lisboa, Portugal. 3 v. Disponível no Repositório da Universidade de Lisboa: <[URL:http://hdl.handle.net/10451/6044](http://hdl.handle.net/10451/6044)>.

